

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CADEIA  
PRODUTIVA DA BANANA EM SÃO JOÃO DO  
POLÊSINE/RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Beatriz Deprá Rosso**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

# **DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CADEIA PRODUTIVA DA BANANA EM SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS**

**Beatriz Deprá Rosso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Geografia e Geociências, Área de concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Meri Lourdes Bezzi**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ROSSO, Beatriz Deprá  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CADEIA PRODUTIVA DA BANANA  
EM SÃO JOÃO DO POLÉSINE/RS / Beatriz Deprá ROSSO.-2013.  
145 p.; 30cm

Orientadora: Meri Lourdes bezzi  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013

1. Cadeia produtiva 2. Bananicultura 3.  
Desenvolvimento Local I. bezzi, Meri Lourdes II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós - Graduação em Geografia**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CADEIA PRODUTIVA DA BANANA  
EM SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS**

elaborada por  
**Beatriz Deprá Rosso**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestra em Geografia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Meri Lourdes Bezzi, Dr<sup>a</sup>.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Clécio Azevedo da Silva Dr. (UFSC)**

---

**Carmen Rejane Flores Wizniewsky Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, 24 de abril de 2013

Dedico este trabalho a minha Mãe Lidia Maria Deprá Rosso pela vida, pelo incentivo de chegar até aqui, perseverança e o amor e dedicação que ela sempre teve e tem por mim.

## **Agradecimentos**

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, pela oportunidade de realizar uma Pós-Graduação em uma IES pública e a possibilidade de desenvolver esta pesquisa;

À professora e orientadora Meri Lourdes Bezzi por ter proporcionado a oportunidade de desenvolver este trabalho, junto ao Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA), oferecendo apoio, amizade e por compartilhar um pouco do seu olhar geográfico em todos os momentos;

Aos pesquisadores e mais do que isso, amigos do NERA, pelo apoio e ajuda nas pesquisas, em especial a amiga e colega Elizandra que hoje traz consigo a beleza da Valentina;

A todos que colaboraram e participaram dessa pesquisa, em especial, aos agricultores e aos órgãos públicos do município de São João do Polêsine;

Aos meus amigos pelo apoio e pela compreensão ao longo da graduação e do mestrado, em especial a Gabriela Dambrós, Gabriela Portes, Pamela Fleck, Daniel Junges Menezes, Luana Colvara, aos amigos de café do DAGEO, aos amigos da Extensão Rural, aos amigos do Movimento Estudantil, os quais são inúmeros e me proporcionaram uma outra visão de mundo. Sempre de alguma forma as pessoas entram em nossas vidas e nos alegram, nos apóiam, nos fazem rir e nos trazem variados conhecimentos, assim se resume estes anos em que cada dia foi um aprendizado constante;

Aos meus pais e família, pelo apoio e pela incondicional “torcida” com a qual sempre contei em todas as etapas da minha vida;

À minha mãe por ter me incentivado ao longo de toda a minha vida a enfrentar as dificuldades e os desafios;

À Deus.

“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredita que ele possa ser realizado”  
(Roberto Shinyashiki, 2009)

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências  
Universidade Federal de Santa Maria

### **DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CADEIA PRODUTIVA DA BANANA EM SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS**

AUTORA: BEATRIZ DEPRÁ ROSSO

ORIENTADORA: MERI LOURDES BEZZI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de abril de 2013.

A dinâmica do espaço, na atualidade, evidencia a competição entre as distintas unidades territoriais mediadas pelo capital. Tal fato, de certa forma, ratifica a importância do local e o estímulo às suas culturas no processo de participação regional, tornando o espaço vivido atrativo, mediante a valorização de suas potencialidades. Nesta perspectiva, pretende-se avaliar o cultivo da banana como alternativa econômica para a economia local. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa centra-se em caracterizar e analisar a cadeia produtiva da banana em São João do Polêsine/RS destacando suas transformações (aspectos socioeconômicos, tecnológicos e culturais) responsáveis pela (re)organização espacial e sua inserção no mercado local/regional. Especificamente a pesquisa procura: (a) Identificar as transformações espaciais da cadeia produtiva da banana em São João do Polêsine; (b) analisar a cadeia produtiva que se organiza para o desenvolvimento da banana, considerando as suas etapas até o mercado local/regional e as agroindústrias em expansão e (c) verificar se a bananicultura é uma prática agrícola local ou se ela pode ser introduzida em outros municípios que compõem a Microrregião de Restinga Seca. O caminho investigativo para alcançar os objetivos propostos se apoiou no método de investigação dialético. A decisão em se trabalhar com este método se justifica pelo entendimento da realidade como um processo em permanente transformação o qual se insere em um ambiente de oposições, de contradições e de mudanças, onde observa-se distintos atores dialéticos que (re)configuram o espaço local. Desse modo, pretende-se entender a dinâmica da cadeia produtiva da banana e sua influência sobre esta unidade territorial. Entende-se, então, que a compreensão do espaço produtivo perpassa as práticas da sociedade local, as quais estão diretamente ligadas através de seu trabalho, na busca de maior rentabilidade, ou seja, de novas formas de inserção da agricultura na economia local/regional. Com esse propósito buscam-se novas alternativas, no espaço rural, de produzir utilizando-se de todas as suas potencialidades locais.

**Palavras- chave:** Cadeia Produtiva, Bananicultura, Desenvolvimento local, São João do Polêsine/RS.



## **ABSTRACT**

Dissertation of Mastership  
Post-Grad Program in Geography and Geosciences  
Federal University of Santa Maria

### **LOCAL DEVELOPMENT: THE PRODUCTIVE CHAIN OF BANANA IN SÃO JÃO DO POLÊSINE/RS**

**AUTHOR: BEATRIZ DEPRÁ ROSSO**

**ADVISOR: MERI LOURDES BEZZI**

**Date and Place of Defense: Santa Maria, April 10<sup>th</sup>, 2013**

The dynamics of space today, shows the competition between the different territorial units mediated by capital. This, in a way, confirms the importance of location and stimulus their crops in the process of regional participation making the living space attractive, by emphasizing their capabilities. In this perspective we intend to evaluate the cultivation of banana as an economic alternative to the local economy. In this perspective it is intended to evaluate the cultivation of banana as an economic alternative to the local economy. Thereby the general objective of the research focuses on characterizing and analyzing the the productive chain of banana in São João Do Polêsine/RS emphasizing their transformations (socio-economic, technological and cultural) responsible for (re) spatial organization and its insertion in the local / regional. Specifically, the research aims to: (a) identify the spatial transformations of banana production chain in São João Do Polêsine, (b) analyze the production chain that is organized for the development of banana, considering all its stages to the local market / regional and expanding agribusinesses and (c) verify that the banana is a local agricultural practice or whether it can be introduced in other municipalities that make up the MRG Restinga Seca. The investigative path to achieve the proposed objectives will rely on the dialectic method of investigation. The decision to work with this method is justified by the understanding of reality as a constantly changing process which is inserted in an environment of contrasts, contradictions and changes, where it is observed that different actors dialectical (re) configure the local space. In this way is intended to understand the dynamics of banana production chain and its influence on this territorial unit. It is understood, then, that the understanding of productive space pervades the practices of local society, which are directly linked through their work, in search of higher returns ie the insertion of new forms of agriculture in the local / regional economy. With this purpose looking up new alternatives in rural areas, to produce using all their potential locations.

**Key Words:** Production Chain, Banana crop, Local development, São João do Polêsine/RS

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1-</b> Localização do Município de São João do Polêsine/RS.....	14
<b>Figura 1-</b> Fluxograma de representação das etapas da pesquisa.....	65
<b>Gráfico 1-</b> Desempenho da Produção de banana no Brasil no período de 1970-2010.....	70
<b>Quadro 1-</b> Contraste de número de propriedades de 0 a 1 ha e 100 a 200 ha.....	71
<b>Quadro 2-</b> Total de propriedades no Brasil por área plantada.....	72
<b>Gráfico 2-</b> Número de estabelecimentos comparado a área plantada.....	73
<b>Figura 2-</b> Estados produtores de banana.....	74
<b>Mapa 2-</b> Média da produção de banana no Rio Grande do Sul.....	75
<b>Quadro 3-</b> Total de propriedades no Rio Grande do Sul por área plantada de 2 a 5 ha.....	75
<b>Tabela 1-</b> Produção em Toneladas na Microrregião Geográfica de Restinga Seca/RS.....	76
<b>Gráfico 3-</b> Porcentagem da produção na Microrregião Geográfica de Restinga Seca/RS.....	77
<b>Mapa 3-</b> Mapa da Microrregião Geográfica Restinga Seca/RS.....	79
<b>Quadro 4-</b> População e densidade demográfica de São João do Polêsine/RS.....	80
<b>Figura 3-</b> Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2009.....	82
<b>Figura 4-</b> Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2009.....	82
<b>Figura 5-</b> Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2009.....	83
<b>Figura 6-</b> Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2009.....	83
<b>Figura 7-</b> Ermida religiosa em homenagem aos produtores rurais da Localidade Linha Bom Fim.....	86
<b>Figura 8-</b> Agricultor Celeste Bisognim, desfilando na sua charrete “aranha’....	87
<b>Figura 9-</b> Agricultor Simão Brondani no tradicional desfile da festa regional do arroz.....	87
<b>Figura 10-</b> Reportagem no Jornal Regional Cidades do Vale, no ano de 1998, sobre o cultivo da banana.....	90
<b>Figura 11-</b> Agroindústria “Delicias da Terra”, localizada na malha urbana do município de São João do Polêsine/RS.....	93
<b>Figura 12-</b> Demonstração da fabricação de embutidos da produtora 3.....	95
<b>Figura 13-</b> Demonstração da fabricação de embutidos da produtora 3.....	95
<b>Figura 14-</b> Plantação em meio área de morro na UPA da produtora 3.....	95
<b>Gráfico 4-</b> Número de produtores de banana em relação ao tipo de comércio que realizam no município de São João do Polêsine/RS.....	96
<b>Quadro 5-</b> Relação do produtor com a multifuncionalidade e a pluriatividade..	99
<b>Figura 15-</b> Propriedade 1 que realiza venda de banana e tomate, destaque na produção.....	100
<b>Figura 16-</b> Propriedade 1 que realiza venda de banana e tomate, destaque na produção.....	100

<b>Figura 17-</b> Plantação de bananal dividindo espaço com a plantação de milho da Propriedade 2.....	101
<b>Figura 18-</b> Croqui da propriedade 1 que realiza a venda e produção de diversos cultivos.....	101
<b>Figura 19-</b> Produtor demonstrando com satisfação sua produção de banana na propriedade e a produção colhida.....	102
<b>Figura 20-</b> Produtor demonstrando com satisfação sua produção de banana na propriedade e a produção colhida.....	102
<b>Figura 21-</b> Apresentação da experiência da fruticultura no município de São João do Polêsine/RS.....	104
<b>Figura 22-</b> Exposição de produtos agrícolas no Seminário.....	104
<b>Figura 23-</b> Troca de sementes dos municípios integrantes do Seminário.....	104
<b>Figura 24-</b> Foto do Seminário Municipal sobre a cultura da banana.....	105
<b>Figura 25-</b> Foto do trabalho de campo realizado no seminário Municipal sobre a cultura da banana.....	105
<b>Figura 26-</b> Etapas da oficina de transformação da fibra da bananeira realizadas pela EMATER municipal.....	106
<b>Figura 27-</b> Etapas da oficina de transformação da fibra da bananeira realizadas pela EMATER municipal.....	106
<b>Figura 28-</b> Etapas da oficina de transformação da fibra da bananeira realizadas pela EMATER municipal.....	106
<b>Figura 29-</b> Galpão de estocagem da produção de banana do produtor 6.....	108
<b>Figura 30-</b> Galpão de estocagem da produção de banana do produtor 5.....	108
<b>Figura 31-</b> Configuração da cadeia produtiva da banana no município de São João do Polêsine/RS.....	110
<b>Quadro 6-</b> Produtividade da banana em relação a outras culturas que o município apresenta.....	111
<b>Quadro 7-</b> Número de famílias produtoras de banana frente outras culturas...	111
<b>Gráfico 5-</b> Representação gráfica da proporção e importância da bananicultura no meio rural do município de São João do Polêsine/RS.....	112
<b>Quadro 8-</b> Produção de banana no município de São João do Polêsine/RS...	112
<b>Gráfico 6-</b> Representação gráfica da quantidade produzida de bananicultura município de São João do Polêsine/RS.....	113

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
1.1 Agricultura Familiar.....	18
1.2 Desenvolvimento Rural no Brasil.....	33
1.3 Desenvolvimento Local.....	44
1.3.1 Agroindústrias Familiares Rurais como promotoras de desenvolvimento rural na Unidade Territorial em estudo.....	45
1.3.1.1 Contextualizando o cenário das Agroindústrias Familiares Rurais da MRG de Restinga Seca.....	47
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	50
2.1 As Políticas Públicas na Agricultura Familiar.....	50
2.2 Bases Teóricas das Políticas Públicas.....	51
2.3 Atualidade: Políticas Públicas e o Setor Agrícola Brasileiro.....	53
2.4 PRONAF como meio de Efetivação de Políticas Públicas no Brasil Rural.....	57
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	64
<b>4 AS DIFERENTES ESCALAS DE PRODUÇÃO DA BANANA</b> .....	68
<b>5 SÃO JOÃO DO POLÊSINE E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL COM ÊNFASE NA CADEIA PRODUTIVA DA BANANA</b> .....	78
<b>6 A CADEIA PRODUTIVA DA BANANA EM SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS</b> .....	85
6.1 Configuração Atual da Cadeia Produtiva da Banana frente aos Produtores de Banana.....	92
6.2 A Relação da Universidade Federal de Santa Maria e a Extensão Rural aos Produtores de Banana de São João do Polêsine/RS.....	103
6.3 Principais entraves da produção de banana em São João do Polêsine/RS.....	107
6.4- Dados Gerais Coletados em Campo sobre a Cadeia Produtiva no Município.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	118
<b>APÊNDICES</b> .....	126
<b>ANEXOS</b> .....	133

## INTRODUÇÃO

---

*Como materialidade, a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada. (CORRÊA, 2003, p. 56).*

A dinâmica do espaço, na atualidade, evidencia a competição entre as distintas unidades territoriais mediadas pelo capital. Tal fato, de certa forma, ratifica a importância do local e o estímulo as suas culturas no processo de participação regional, tornando o espaço vivido atrativo, mediante a valorização de suas potencialidades.

Esta valorização está alicerçada diretamente ao desenvolvimento endógeno e exógeno, pois o local se (re)configura por diversos setores sociais envolvidos no processo de construção do espaço geográfico. Este desenvolvimento pode ocorrer em diferentes graus no espaço, uma vez que o espaço rural da unidade territorial da pesquisa, base do estudo, está diretamente ligado aos setores que buscam o desenvolvimento rural e que às vezes se contrapõe o desenvolvimento da agricultura familiar dando importância apenas ao grande produtor. Essas contradições merecem uma reflexão geográfica do próprio espaço, pois este se organiza diretamente a partir da dialética social em que se constitui o meio rural atualmente.

Brose (1999) afirma que a estrutura fundiária de um país, região ou local, se espelha diretamente a sua estrutura social e que a concentração da terra é a expressão mais específica do quanto um local é desenvolvido ou não.

Assim, muitos recortes espaciais buscam pelo desenvolvimento da agricultura familiar coesa e que receba o devido valor do Estado, pois ainda há razões básicas que acabam por dificultar, até hoje, a emergência de estratégias do desenvolvimento rural baseado na pequena propriedade. Estas razões para Veiga (1998) definem um complexo de fatores interligados, que iniciam com um forte viés urbano de uma sociedade que nas últimas cinco décadas, cresceu significativamente fazendo com que o êxodo rural se expandisse pressionando o meio urbano.

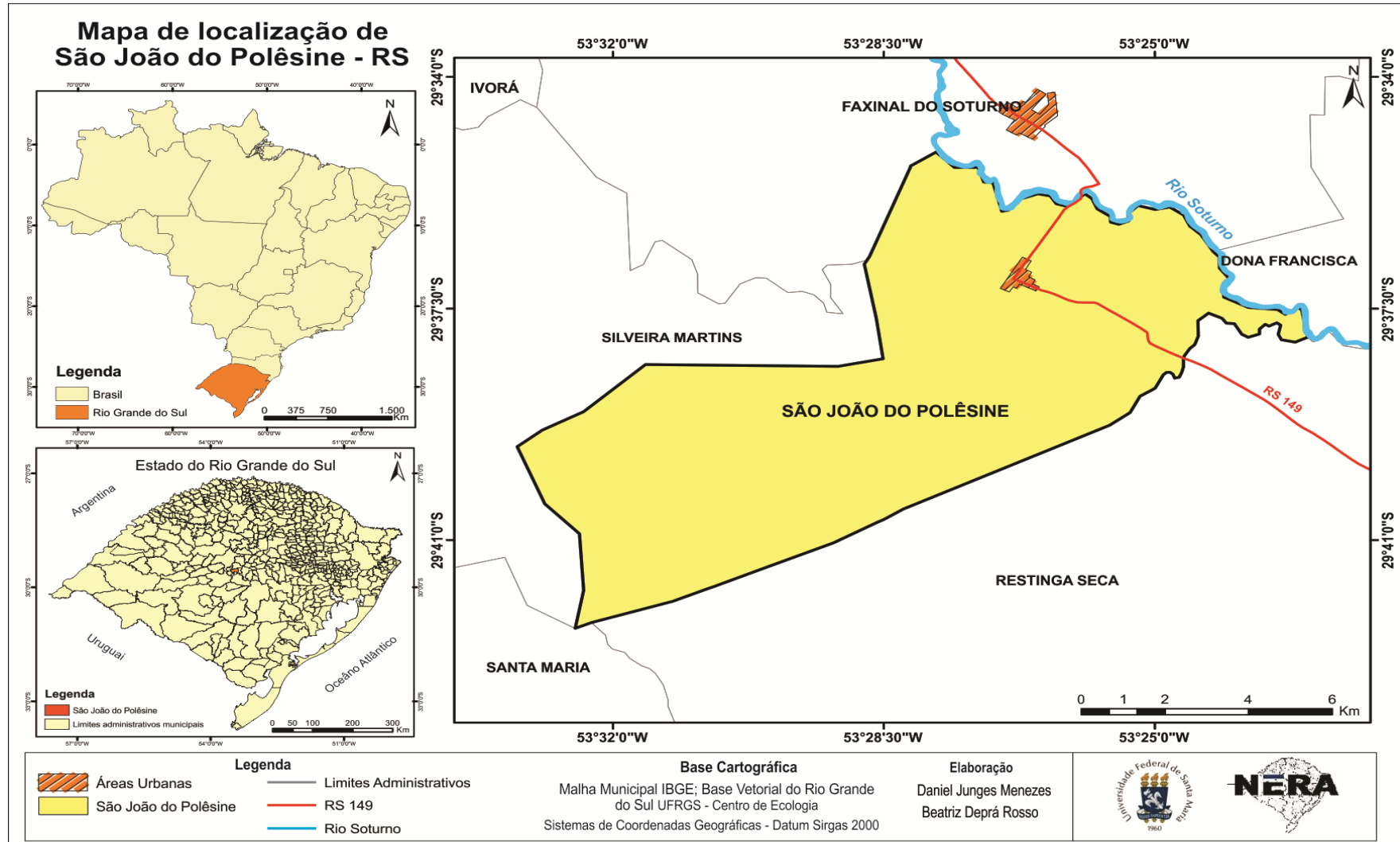
O autor também defende que a agricultura familiar é plausível de estudo, pois permeia o meio rural e pode ser considerada como um setor importante da economia, embora os planos de governo não o fizeram em décadas passadas. Entretanto, na atualidade, no contexto das políticas públicas, está sendo reavaliado este tipo de agricultura, pois existem diversas políticas que atendem o local baseado no estudo de realidades concretas, visando “mudar” o local e alicerçar o desenvolvimento social e econômico.

Brose (1999) afirma que para fortalecer a agricultura familiar são necessárias políticas públicas correspondentes que possibilitem aos agricultores familiares, se inserirem efetivamente e ativamente nos espaços econômicos dos quais, muitas vezes, estiveram historicamente excluídos. Também destaca-se que políticas diferenciadas, podem promover as unidades familiares já inseridas no mercado e minimizar a exclusão dos que se encontram em situações problemáticas.

Nesse sentido, são muitas as dificuldades que a agricultura familiar enfrenta atualmente, entretanto estudos mais recentes vêm incentivando esta modalidade, bem como programas governamentais que auxiliam no desenvolvimento econômico e social deste modo de produção no meio rural. A tentativa reside em caracterizar que políticas são estas e se as mesmas atendem realmente aos interesses dos pequenos agricultores, ou apenas se inserem mais uma vez na lógica do capital que exclui o agricultor familiar através das articulações que o sistema propicia.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento, nesta dissertação, deve ser entendido como um conceito superado na sua lógica desenvolvimentista que ainda persiste no sistema monocultor e que deteriora o meio rural. Ou seja, este desenvolvimento deve ser tratado com uma força social e econômica que busca um meio rural integrado ao sistema, de forma sistemática e participativa.

Dentre as reflexões desta pesquisa, cabe destacar que a proposta de estudo tem como foco norteador analisar a influência do cultivo da banana na economia de São João do Polêsine/RS (Mapa 1), integrante da Microrregião Geográfica de Restinga Seca a qual compreende os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine e Silveira Martins situados na porção central do Rio Grande do Sul.



Mapa 1: Localização do Município de São João do Polêsine/RS.  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).  
 Org: JUNGES, D.M; ROSSO. B. D, 2012.

A relevância da temática reside no caráter inovador da cultura da banana no contexto local/regional em que a mesma se insere, ou seja, em uma região tipicamente orizícola. Desse modo, pode-se considerar que a cadeia produtiva da fruticultura através da banana torna-se uma alternativa para os agricultores locais, pois a mesma permite diversificar sua base produtiva e agregar renda pautada na comercialização da fruta ou dos produtos originados via agroindústria. Nesse sentido, pretende-se avaliar o cultivo da banana como alternativa para a economia local e em segundo plano, a influência da fruticultura na economia regional.

Salienta-se que essa cadeia produtiva delimita uma nova estrutura na organização/reorganização espacial da economia local. Assim, a análise da bananicultura, em São João do Polêsine, centra-se, também, na relevância da atividade voltada à fruticultura, tendo em vista as políticas públicas de incentivo a agricultura familiar.

Ressalta-se que, o cultivo da banana não está ligado somente a prática do plantio e comercialização *in natura* do produto, mas também, na implantação de outras atividades que a ela estão vinculadas, como a criação de agroindústrias para o beneficiamento da fruta (produção de doces e artesanatos), ou seja, a sua utilização, de diversas formas, são comercializadas nas festas regionais e, ainda, exportadas.

É importante ressaltar que, na medida em que o espaço local se (re)configura em torno dessa atividade, justifica a necessidade de um estudo aprofundado para verificar o impacto e influência da fruticultura no espaço produtivo e na economia local. Esta prática alicerçada na bananicultura estrutura a economia em torno da agricultura familiar. Desta forma, pretende-se verificar se realmente a cadeia produtiva da banana vem cumprindo seu papel e alicerçando-se efetivamente como uma atividade significativa para a agricultura familiar. Busca-se, também, analisar a viabilização do desenvolvimento local, com vistas à expansão do cultivo da banana para o município, no intuito de potencializá-lo, dinamizá-lo econômica e socialmente.

Tais proposições pressupõem uma reconfiguração do espaço produtivo em âmbito local, necessitando um estudo prévio, que considere os aspectos físico-naturais (potencialidades), os socioeconômicos e os culturais, com o intuito de se obter uma visão sistêmica do espaço local, para verificar a possibilidade da reprodução acentuada de tal atividade. Paralelamente, poder-se-á obter informações



para se verificar as potencialidades e/ou limitações que abrangem o processo de desenvolvimento local dessa cultura.

De modo geral, o estudo procura identificar as principais atividades envolvidas com a prática da bananicultura, sua comercialização, importância para o município e, também, sua subutilização a partir das agroindústrias locais e do artesanato.

Frente a essas proposições, justifica-se a relevância da temática a ser desenvolvida, a qual permitirá o diagnóstico e prognóstico, com ênfase para o cultivo da banana. A pesquisa procurará fornecer subsídios para que os órgãos gestores possam utilizar de seu espaço produtivo na busca de melhoria das condições socioeconômicas da sua população em âmbito local. Dessa forma, os órgãos governamentais municipais e estaduais poderão conhecer a realidade produtiva dessa porção do estado gaúcho, destacando as alternativas de desenvolvimento pautadas na fruticultura. Nesse sentido, poder-se-á estabelecer políticas de subsídios de fomento para a conversão de “áreas estagnadas”, mas com potencial produtivo com o incremento da fruticultura, inserindo-as em novas propostas para que as mesmas possam atingir o desenvolvimento local pleno.

Como objetivo geral desta pesquisa buscou-se caracterizar e analisar a cadeia produtiva da banana em São João do Polêsine/RS destacando suas transformações (socioeconômicas, tecnológicas e culturais) responsáveis pela (re)organização espacial e sua inserção no mercado local. Como objetivos intrínsecos a pesquisa tem-se: (a) identificar as transformações espaciais da cadeia produtiva da banana em São João do Polêsine; (b) analisar a cadeia produtiva que se organiza no entorno da banana, considerando todas as suas etapas até o mercado local e as agroindústrias em expansão e (c) verificar se a bananicultura é uma prática agrícola viável e suas perspectivas para o desenvolvimento local.

A pesquisa está estruturada em seis capítulos os quais procurarão responder as principais problemáticas e objetivos supracitados. Primeiramente, as reflexões teóricas estarão fundamentadas nos conceitos a cerca da agricultura familiar, a origem deste termo, a linha teórica que a pesquisa seguiu e se encontra configurada atualmente, refletindo no estudo da conceituação aliada ao estudo da realidade do meio rural da unidade territorial em estudo.

Estas reflexões perpassarão a conceituação a cerca do desenvolvimento local trabalhados nesta dissertação de modo a referenciar a qual desenvolvimento esta pesquisa retrata. Nesta perspectiva há também uma reflexão a cerca da questão da

cadeia produtiva que se estabelece no meio rural e a questão das agroindústrias locais.

No capítulo dois, dá-se continuidade as reflexões teóricas no âmbito da complexidade da estruturação das políticas públicas no meio rural brasileiro para, posteriormente, estabelecer como estas se manifestam na unidade territorial em estudo.

O terceiro capítulo aborda questões referentes a metodologia norteadora da pesquisa, ou seja, como ela se fundamentou e suas etapas para/na pesquisa.

No capítulo quatro resgatou-se, através de fontes secundárias e bibliográficas, informações a cerca da estruturação dos espaços produtivos com ênfase no espaço local de São João do Polêsine.

O quinto capítulo analisa a produção da banana na escala nacional, estadual e em nível da Microrregião Geográfica de Restinga Seca, onde está inserido geograficamente o município em estudo.

E, no capítulo seis demonstram-se os principais resultados do estudo, analisando os dados coletados durante os trabalhos de campo, os quais possibilitaram uma análise do espaço geográfico em estudo.

Nas considerações finais são apresentados os principais êxitos e dificuldades que o estudo obteve ao longo da pesquisa, bem como, a materialidade da pesquisa, ou seja, no produto final que é a elaboração da dissertação de mestrado.

---

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

As organizações espaciais, por serem constituídas pela sociedade, caracterizam-se por um processo de mudanças nas formas de combinar os elementos sociais e naturais. A indissociabilidade espaço/tempo é uma característica importante de análise geográfica e passa pelo entendimento de como o homem reagiu e vem reagindo as influências da natureza ao longo do tempo. Por outro lado, a interpretação, pela ciência, destas diferentes formas de reação também varia ao longo do tempo, acompanhando as transformações das ideias e dos paradigmas científicos. (FERREIRA, 2001, p. 40).

Este capítulo se estrutura através de conceitos que direcionaram a base teórica do trabalho. Enfatizam-se as abordagens que nortearam a pesquisa acadêmica de forma a se buscar resultados condizentes aos objetivos propostos. Desse modo, a revisão da literatura aborda a conceituação a cerca da agricultura familiar com ênfase no quadro brasileiro e no desenvolvimento local. Resgatam-se, também, conceitos relevantes sobre as políticas públicas e a agroindústria familiar rural.

### 1.1 Agricultura Familiar

Conceituar a agricultura familiar não é tarefa simples e requer reflexões. Além de estar intimamente ligada à pequena propriedade é um contraponto da agricultura patronal (que por sua vez exige um estudo individual). Esta contradição conduz as conceituações amplas das famílias que produzem no campo. Conforme BLUM (1999, p.62), pode-se diferenciar os tipos de reprodução familiar “[...] na agricultura familiar, a gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, os fatores de produção pertencem à família (exceto, às vezes a terra)”. As propriedades rurais patronais, por sua vez, “[...] são propriedades cuja produção é voltada para o mercado, quando a mão-de-obra contratada é em número maior do que nas propriedades familiares” (BLUM, 1999, p. 71).

O censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (INCRA/FAO, 2001), apesar de não ser voltado ao estudo do tema é o que melhor permite a diferenciação de agricultura familiar e patronal por fornecer dados passíveis de comparação. Deste modo, a escolha para definir a agricultura familiar, ou definição de um critério para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar esta definição com as informações disponíveis no censo agropecuário do IBGE, cuja elaboração não é para este fim (INCRA/FAO, 2001).

Por tratar-se de um tema complexo, Lamarche (1993) considera algumas características como formadoras do conceito de agricultura familiar, do modo como é concebida:

(...) corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p.15).

Diante de tantos critérios para a identificação concreta deste tipo de agricultura, é possível encontrar correntes divididas entre aqueles que ainda são contra a reprodução da atividade da agricultura familiar e aqueles que entendem ser possível realizar este tipo de agricultura mesmo na contemporaneidade.

Existe também uma vasta classificação dos agricultores familiares em latifúndio, empresa agrícola capitalista, unidade ou empresa de produção familiar, unidade familiar camponesa e unidade neocamponesa (ALENCAR; MOURA FILHO, 1988). Nestas conceituações se destaca pelo termo recente sobre a unidade neocamponesa que vem se desenvolvendo em meio ao tecnicismo, às parcerias comerciais e cooperativas, visando a maximização dos lucros e mantendo também, parceria com agroindústrias, que em troca da captação vantajosa da produção do agricultor neocamponês, fornece insumos ou capital à ele. Sem haver definição sólida, apenas observa-se de concreto que a agricultura familiar está para os

alimentos assim como a semente está para a terra e a prevalência da necessidade dos alimentos refere-se a sobrevivência digna do ser humano.

É importante destacar que a expressão “agricultura familiar”, agrega mais conotações e embora o termo já existisse é apenas na década de 90 que ela ganha ênfase, a partir da concepção de que o rural caracteriza-se como um espaço de relações específicas, que se constrói e se reproduz, se redefinindo no mesmo espaço (WANDERLEY, 1995). Neste enfoque Carneiro (1998) destaca que existe vida social intensa no meio rural brasileiro justamente por ser ocupado pela agricultura familiar o que se torna uma contribuição na luta contra a crise produtivista. Isso porque a família, diferentemente do latifúndio, estabelece entre os seus, o sentimento de pertencimento, ou seja, de fazer parte do meio rural de tê-lo como espaço de vida, tornando-se referência de vida social rural, enquanto as terras improdutivas, ao contrário, são exemplos de áreas rurais sem vida social.

A discussão do conceito de agricultura familiar foi aprofundada na ciência geográfica a partir da década de 80 quando a expressão começa a ser utilizada para caracterizar a produção assentada no trabalho familiar e, ao mesmo tempo uma agricultura moderna e integrada aos circuitos comerciais industriais. No Brasil, a conceituação a cerca do termo agricultura familiar<sup>1</sup>, tem destaque a partir da década de 90. Saliencia-se que este tipo de agricultura caracteriza-se como uma das principais fontes de produção de alimentos, de renda e emprego da população rural na atualidade e, por si só, justifica o seu estudo e sua periodização a fim de se estabelecer um marco teórico conceitual através de diferentes autores que estudam este conceito.

Segundo Schneider (2003, p. 99) “[...] a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais”. Não só os movimentos sociais, mas toda massa de agricultores tidos como sujeitos sociais operantes nesta lógica do agricultor familiar, este que por muitos autores se difere legitimamente do camponês sob diversos aspectos.

---

<sup>1</sup> Não é objetivo deste trabalho, refletir sobre as diferenças entre os conceitos de campesinato e agricultura familiar, pois este último é trabalhado como sendo uma forma de relações entre família, produção e geração de renda em pequenas propriedades, que em maior ou menor grau, se utilizam de mão de obra externa bem como a mecanização empregada na propriedade é heterogênea entre as mais diversas unidades de produção. Cabe ressaltar que atualmente o embate entre os conceitos de campesinato e agricultura familiar é muito intenso entre diversos pesquisadores, trazendo a ciência a tarefa de refletir sobre as relações do homem com a terra.

Ressalta-se que a expressão agricultura familiar após ganhar maior evidência a partir da década de 1990, foi sinalizada e incorporada por muitos setores de pequenos produtores rurais, pois:

A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Enfatiza-se que a relevância da terminologia ganha enfoque nacional, quando o estado intervém com as políticas públicas específicas como é o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e que passa a gerir principalmente recursos na área econômica, na tentativa de fortalecer e minimizar a pobreza rural no Brasil.

Nesse sentido, pensar sobre a conceituação do que é a agricultura familiar no espaço rural atual, requer analisar o espaço geográfico como um todo. É importante destacar que a agricultura familiar pode ser considerada como propulsora do desenvolvimento em escala local como destaca Saquet; Sposito (2008, p. 25) “[...] o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Também para os autores, a ideia de que a agricultura familiar pode ser um mecanismo de desenvolver diversas potencialidades, não se restringindo apenas ao âmbito de produção de mercadoria.

O desenvolvimento nessa linha está ligado tanto a exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto a conservação dos recursos naturais. Por isso, pensá-lo requer: a) valorizar os enraizamentos social, econômico e cultural da sociedade local, indo além das análises estritamente econômicas; b) priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregação de valor), mas, também, procurar contribuir para melhoria da qualidade de vida das pessoas, diminuindo a pobreza, por exemplo. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 22).

Dessa maneira, o entendimento de desenvolvimento local é abordado por Brose (1999, p. 49) afirmando que:

[...] este conceito surge do entendimento de que o meio rural, exatamente por não ser apenas agrícola, engloba também as pequenas cidades que apesar de constituírem o espaço urbano, estão, via de regra, essencialmente ligadas ao meio rural, dele dependendo para sobreviver e para ele prestando serviços.

Se por um lado tem-se a ideia de desenvolver o local, a partir de uma maior intervenção sobre o espaço rural, em que a agricultura familiar pode ser um destes mecanismos, por outro, tem-se que refletir sobre a lógica de produção da agricultura familiar para entender como o espaço geográfico se (re)organiza a partir das mesmas. Nesse sentido, Blum (1999) apresenta a questão territorial e o trabalho assalariado como forma de se pensar a agricultura familiar em sua conceituação, uma vez que:

Para se definir agricultura familiar, além dos requisitos gerência e unidade produtiva pela família, renda agrícola proveniente, no mínimo, de 80% da atividade agrícola, contratação de trabalho assalariado permanente e limitado a um empregado, ou trabalho temporário limitado a quatro empregados, dever-se ia observar a sua extensão territorial. (BLUM, 1999, p.63-64).

Nesse contexto, pode-se dizer que as propriedades agrícolas são classificadas agrupando-se diversos fatores e baseando-se na finalidade de estudo a que se destinam. Buscando contribuir com essa classificação Blum (1999) apresenta alguns atributos para serem considerados quando se aborda a estrutura fundiária. Sempre deve-se levar em conta para que condição e contexto territorial estas classificações se apresentam, visto que em diferentes espaços geográficos a mesma quantia de terra pode ter significações e condições diferentes.

Quanto ao tamanho da área: mini-menor que 10 ha; médio de 51 a 200 ha; Grande acima de 201 ha; b) Quanto ao uso de mecanização; Tração manual; Tração animal; Tração mecanizada; Automatizadas; Robotizadas; c) Quanto ao tipo de atividade: Agrícolas; Pecuária; Mistas; c) Quanto ao uso de insumos: Baixo consumo; médio consumo; alto consumo; d) Quanto

a intensidade de uso dos atores: extensivo; semi-extensivo; intensivo; e) Quanto ao número de atividades: especializado; semidiversificado; diversificado; f) Quanto à renda obtida: alta renda; média renda; baixa renda; g) Quanto ao consumo de tecnologia: Tradicionais; normativos; criativos. (BLUM, 1999, p.68-69).

Pela classificação supracitada quando se referir à estrutura agrária e extensão territorial, as propriedades classificadas como agricultura familiar se enquadram como pequenas unidades territoriais.

Considerando o capital, as unidades familiares conforme Blum (1999, p.93) são definidas como “[...] uma unidade econômica na qual o produtor rural desenvolve um sistema de produção, tendo em vista a viabilização de uma renda para sua manutenção”. Nessa linha de raciocínio deve-se considerar que:

Partindo da constatação que o modo geral da produção agrícola é, em maior ou menor grau, assegurada por unidades de produção familiar-estabelecimento onde a família desempenha papel ativo na produção - os autores rejeitam toda visão evolucionista, que considera a agricultura familiar como forma residual, transitória ou em vias de desaparecimento. Através de uma ampla investigação, demonstra-se factualmente o espaço próprio ocupado por esta forma social de agricultura nas sociedades modernas, sejam elas capitalistas ou socialistas, avançadas, em desenvolvimento ou periféricas. Este consistente esforço de pesquisa coloca uma pesada pá de cal no mito do suposto fim do rural e do agricultor familiar. (SILVA, 2009, p. 26).

Atualmente a agricultura familiar vem recebendo incentivos voltados para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Incentiva-se a produção agrícola, pois o agricultor quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda satisfatória que inclui seu autoconsumo podendo também expandir suas bases e fortalecer sua renda.

Dessa forma, a identificação no espaço rural de atividades agrícolas, somente é possível diante de políticas de fomento para o seu desenvolvimento, pois:

[...] a ênfase na agricultura ainda permanece central nas políticas de desenvolvimento rural. Nesse sentido, essas políticas necessitam abarcar não só as questões referentes à produção agrícola propriamente dita, mas também as demais atividades praticadas no espaço rural. [...] políticas direcionadas à produção agrícola e à melhoria das condições de vida da



população no campo podem reverter o processo de exclusão do trabalho e do consumo promovido pelo padrão de desenvolvimento capitalista atual, altamente concentrador. Nessas circunstâncias, a agricultura familiar poderá cumprir um papel estratégico. (DE DAVID 2008, p. 16).

Considerando a disponibilidade de capital para a agricultura, Lamarche (1993) acredita numa dependência dos agricultores familiares para com o mercado. Com esta união o autor dividiu os mesmos em três categorias: os agricultores que produzem essencialmente para o mercado; os que produzem tanto para a venda quanto para o autoconsumo e os que destinam o essencial de sua produção para o consumo familiar. Mesmo produzindo para o autoconsumo haverá momentos de relações com o mercado, sejam estas relações através de venda ou de troca. Assim, algumas necessidades da família só podem ser supridas externamente, residindo nela suas relações com o mercado.

Para Wanderley (1998) a preocupação com a integração ao mercado e a garantia do consumo indicam um agricultor familiar com estratégias econômicas articuladas na atividade mercantil, onde os agricultores familiares possuem produtos comercializáveis que são o “carro chefe” do sistema e também para o autoconsumo, pois o objetivo principal, da agricultura familiar, seria assegurar o consumo alimentar e as necessidades sociais da família. A produção destinada à venda não representa necessariamente um excedente produzido além do necessário, mas uma complementação dos meios de vida. De acordo com Wanderley (1995, P. 67), enfatiza-se que “[...] o mercado passa a constituir uma mediação indispensável a obtenção de seus meios de vida, da terra e dos instrumentos técnicos da produção e da transferência, para fora da unidade familiar, do sobre trabalho nela produzido.

Aprofundando as reflexões sobre este segmento produtivo é necessário apreender as diferentes perspectivas e lógicas da agricultura familiar. Deve-se considerar quem é o agricultor familiar brasileiro e sua “posição” na atualidade, pois o mesmo está vinculado por fortes ligações com o mercado local/regional. Nesse sentido, Wanderley (1998, p.32), destaca que “A produção familiar, independente da área e da propriedade da terra, normalmente combina dois tipos de atividades: de mercado e subsistência”.

Com bases nessas afirmações a agricultura familiar pode ser caracterizada como heterogênea, se distribuindo por diferentes espaços geográficos,

apresentando limitações físicas e produtivas. Nesse sentido se caracteriza por uma ampla diversidade de famílias envolvidas, que em maior ou menor grau, incorporam valor sentimental a terra, mas principalmente a usufruem como forma de obtenção de renda e capital.

Considerando as diversas abordagens a cerca do conceito de agricultura familiar, muitos autores nos remetem ao entendimento de que a mesma deve ser entendida como aquela que está interligada diretamente com o capital em pequena escala. Assim, a agricultura familiar moderna, acaba por se integrar de diversas formas ao mercado. Lamarche (1993, p.19), destaca que “[...] esta integração se processa no sentido absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico como no plano sócio-cultural”.

Esta afirmação nos remete a análises da construção e as transformações socioculturais pelas quais o espaço rural passou nas últimas décadas. Nessa perspectiva, deve-se enfatizar que embora a produção de uma unidade agrícola permaneça familiar, as transformações tecnológicas e o modo de vida moderno, acabam por influenciar na composição interna das famílias no meio rural, pois atualmente tem-se uma ligação estreita entre espaço/tempo e urbano/rural. Nesse sentido, concorda-se com Corrêa (2001), quando o autor afirma que até mesmo o consumo sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira desfrutar de todos os bens materiais e culturais ofertados pelo mercado.

Para o melhor entendimento do que é agricultura familiar, enfatiza-se sua definição a partir do termo na lei da Presidência da República do Brasil, nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi assim definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

É necessário refletir também, a cerca da agricultura familiar, no sentido da (re)valorização da unidade familiar considerando a diversificação da sua produção. Dessa maneira, no contexto atual, principalmente no caso brasileiro, esta diversificação ocorre, de modo que estes produtos se auto afirmam como uma lógica de mercado, produção e consumo, principalmente nos mercados de escalas locais.

No caso do Brasil, a importância da agricultura familiar pode ser analisada a partir de diversos censos<sup>2</sup> agropecuários, os quais demonstram que mais de 80% da alimentação diária dos brasileiros advém de pequenos produtores rurais e que tem sua base de produção na diversificação de seus produtos, pois esta diversificação permite obter renda contínua ao longo do ano, de forma que as monoculturas são representadas por apenas safras semestrais ou anuais. Assim o agricultor adquire capital apenas nestes períodos, já a diversificação na produção permite, por exemplo, com o caso do leite, obter renda mensalmente.

Sobre a diversidade e viabilidade da agricultura familiar, Buainain; Romeiro; Guanzioli (2003, p.20) afirmam que “A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação”. Estes autores também definem que “A viabilidade e rentabilidade da agricultura familiar passam,

---

<sup>2</sup> Segundo BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI (2003), o censo agropecuário 1995/96, demonstra que no Brasil existem 4.859.732 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Em 1996 o Valor Bruto da Produção Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões. Destes 4.139.369 são estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por 18,1 bilhões ou 37,9 % do Valor Bruto da Produção Agropecuária, apesar de receber apenas 25,3% dos financiamentos agrícolas. Os agricultores patronais, representados por 54.501 estabelecimentos ocupam 240 milhões de ha. A desigualdade na distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil.

em grande medida, pela estratégia de reduzir riscos por meio da diversificação e potencializar a produtividade da mão de obra familiar [...]", Buainain (2006, p.20).

Destaca-se, também, que a importância da diversificação da produção agrícola é entendida por Veiga *et al.* (2001, p.56) como "[...] uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura".

Outra característica da agricultura familiar é o legado da terra, ou seja, a propriedade da terra vai perpassando as gerações e tendo suas áreas agregadas ou reduzidas na mesma propriedade pela família, através da compra ou por herança. No caso do Brasil esta peculiaridade se acentua, pois segundo Lamarche (1998a, p.45) "[...] os produtores familiares brasileiros se destacaram pelo desejo de obterem/adquirirem mais terra em relação aos produtores dos demais países". O autor também enfatiza que a demanda por inserção de novas áreas e o desejo de comprar terras pode ser explicado devido ao processo de formação social e territorial do país ter sido estruturado de forma desigual, que ao longo do processo histórico brasileiro ainda não apresenta uma uniformidade, mas ao contrário, percebe-se ainda o bloqueio<sup>3</sup> fundiário.

Conforme Sant Ana; Costa (2004, apud Wanderley, 1995) destaca-se que o acesso a terra é o eixo central das estratégias dos produtores e suas famílias. Seus projetos de vida se expressam tanto na recusa de vender a terra, como no desejo de comprá-las e deixá-las aos seus sucessores.

Nessa perspectiva, o acesso a terra é de extrema importância para os agricultores familiares, pois eles vêem nela uma forma de agregar capital produtivo e obter mais renda em sua propriedade. A terra, além de ter um valor simbólico, incorpora um valor de capital reprodutivo. Mas aliado a esse desejo de conquistar novas terras, vem o contraponto da sucessão familiar. Pois hoje se configura como um dos maiores problemas da reprodução da agricultura familiar, muitos filhos destes agricultores já não permanecem campo.

De acordo com Ribeiro; Galizoni; Mendonça (2008), a terra representa o mais importante meio de produção dos(as) agricultores(as) familiares. Ela é o local de

---

<sup>3</sup> Veja sobre este assunto WANDERLEY, M. N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**, 1995, p. 37-57.

trabalho e sustento e está presente no plano de vida dos(as) agricultores(as) desde a sua adolescência.

A sucessão se configura na formação de novas gerações de agricultores, onde envolve um processo que sempre resulta em transferência de patrimônio, continuação da atividade agrícola e gestão do patrimônio pelos mais novos da família. Segundo Abramovay (2000, p.33)) destaca que na agricultura familiar a sucessão é “um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que, pelo menos, um dos sucessores possa reproduzir a situação original”.

A partir da década de 90 intensifica-se essa dificuldade em relação a sucessão familiar, aliada ao histórico do êxodo rural no campo, onde os jovens buscam novas oportunidades de ganho econômico. A discussão envolve um ponto muito importante da sucessão familiar:

[...] sabe-se que a qualificação técnica do agricultor acontece, principalmente, junto à família. É no fazer-aprender que os(as) filhos(as) de agricultores(as) familiares se qualificam para exercer as atividades relacionadas ao campo. O saber é passado de pai para filho(a), sendo esse conhecimento renovado e atualizado. São saberes profundamente ambientalizados, adaptados à minúcia do território e muito pouco replicáveis. Logo, se os(as) filhos(as) de agricultores(as) deixarem o meio rural, toda a cultura fundamental e adquirida no campo como agricultores, poderá desaparecer, e assim limitadas as possibilidades da produção. (RIBEIRO; GALIZONI; MENDONÇA, 2008, p.6)

Nesse sentido, a preocupação com este tema vem ganhando os olhares do poder público, pois é onde pode-se definir programas que alentem para a permanência do jovem no campo.

Aliado a isso incorpora-se novas formas de reprodução da agricultura familiar no meio rural, onde cabe ressaltar nesta pesquisa que, na atualidade, a agricultura familiar pode ser entendida, não apenas com aspectos da família ligada diretamente a terra e aos meios de produção, mas na atualidade este termo incorpora a questão da pluriatividade na unidade familiar e agrícola. Este conceito é definido:

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno

através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente o elo de exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p.112).

A pluriatividade é manifestada em famílias rurais que conseguem conciliar entre seus membros, atividades agrícolas e não agrícolas, tanto dentro quanto fora do seu estabelecimento rural. Segundo Nascimento (2007), a pluriatividade significaria, principalmente para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados as cadeias agroindustriais, uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a esse contingente uma maior estabilidade e renda.

Desse modo, ao se pensar a pluriatividade como alternativa para o meio rural, pode-se dizer que a mesma pode ser entendida como uma forma de minimizar os efeitos provocados pela política agrícola de modernização da agricultura brasileira pós década de 1960, a qual acabou por segregar milhões de pequenas unidades familiares. Ressalta-se que somente nas últimas décadas começou-se a pensar em políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Com esta preocupação, na década de 1990, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) <sup>4</sup>. Com este apoio financeiro, foi possível ampliar a pluriatividade para uma parcela de agricultores. Sobre o processo de intensificação da pluriatividade em âmbito nacional destaca-se que:

[...] o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira - assentado na busca desenfreada de elevação da produtividade - ter criado, como uma das consequências, certas condições (elevação da produtividade das explorações, liberando mão de obra familiar para se ocupar em outros setores) para a proliferação da pluriatividade [...]. (NASCIMENTO, 2007, P. 32).

Pode-se dizer também que a pluriatividade é um modo de mascarar a questão de que a agricultura, no Brasil, e em outras partes do mundo, jamais foi vista pelas

---

<sup>4</sup> Abramoway; Piketty (2005, p.53) destaca que “O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1994, é um exemplo de política pública voltada a promoção de capacidades de produção de populações pobres. Ele é constituído de três tipos de intervenção: melhoramento das infra-estruturas rurais, apoio ao crédito para a agricultura familiar e formação dos agricultores”.

políticas públicas destinadas a ela como um espaço também dos produtores, que não se moldaram frente as exigências da produtividade. Assim, este segmento de produtores que não conseguem atingir o perfil do “verdadeiro agricultor”<sup>5</sup>, resta ocupá-lo em atividades rurais não agrícolas, ou vão continuar marginalizados na sua relação com a terra.

Outra característica significativa da agricultura familiar é a produção para o autoconsumo. Nela a unidade de produção reserva uma parte de seu espaço para plantar produtos básicos para alimentação. Nesse sentido, Grisa; Schneider (2008) definem que o autoconsumo<sup>6</sup> permanece como uma estratégia recorrente entre agricultores familiares revestindo-se de fundamental importância para a reprodução social dessas famílias, bem como, demonstram um modo de organizar as unidades produtivas com suas características próprias baseadas em seus aspectos culturais, que caracterizam a sociabilidade e a identidade desses agricultores.

Esse modo característico familiar de produção resulta, muitas vezes, por revelar tradições culturais que são passadas de gerações para gerações e acabam sociabilizadas com a vizinhança do meio rural, criando um elo de significados peculiares a identidade deste grupo. Paralelamente, o autoconsumo proporciona, muitas vezes, a melhoria nas condições de vida dos agricultores. Os autores supracitados citam, por exemplo, que as donas de casa do meio rural podem obter uma renda extra na venda de produtos coloniais e artesanais para a vizinhança. Os retornos econômicos resultantes destas atividades proporcionam aumento da renda familiar refletindo na segurança alimentar com produtos de boa qualidade e tornando-se um meio de combate a pobreza no meio rural.

A importância do autoconsumo ocorre também na esfera social e cultural da unidade familiar, pois esta unidade de produção é uma identidade do agricultor familiar e o autoconsumo é uma das marcas dessa identidade. Nesse contexto, Woortmann; Woortmann (1997, p.25) enfatizam que “[...] garantir a satisfação alimentar do grupo familiar com mínima dependência externa significa que o pai e a mãe desempenharam com sucesso suas funções”. Pode-se dizer, então, que de

---

<sup>5</sup> Ver, NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade e política pública: o caso do Sul do Brasil. **Revista de Economia Política**, 2007, p.452-471.

<sup>6</sup> Grisa; Schneider (2008) ainda destacam que existe uma diferença significativa entre produção para subsistência e produção para autoconsumo, sendo que no primeiro as famílias também podem produzir para as trocas, já o autoconsumo pressupõe somente o que é consumido pela família.

certa maneira, ao produzir o autoconsumo às famílias se auto-reconhecem e são reconhecidas na sociedade local que as envolvem.

Destaca-se que as unidades de produção na agricultura familiar que praticam o plantar para o autoconsumo, não o fazem em primeiro plano, pois priorizam os cultivos comerciais e que possam gerar, em primeiro lugar, renda para a família.

A produção para o autoconsumo passa de uma condição prioritária para complementar. O tempo de trabalho, a mão de obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e estes disputam espaços com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade. Além disso, a facilidade e a disponibilidade variada de alimentos nos mercados (inclusive de alimentos fora da estação) são fatores que potencializam esta reorganização da unidade familiar (GRISA; SCHENEIDER, 2008, p.488).

Desse modo, a unidade familiar se organiza e se reorganiza a partir de suas necessidades de geração de renda e, principalmente, para sua sobrevivência, pois se precisar dobrar seu tempo nas atividades produtivas comerciais, o autoconsumo, inevitavelmente, é deixado em segundo plano e, até mesmo, extinto da unidade produtiva. Assim, a família passa a comprar o necessário para o seu cotidiano preocupando-se inteiramente com a rentabilidade da propriedade. Muitas vezes acaba reorganizando o entorno da propriedade e da residência, uma vez que não se cultiva mais a horta e nem o pomar.

Enfatiza-se que mesmo com as limitações impostas, principalmente pelo capital, o autoconsumo segundo Grisa; Scheneider (2008) continua sendo uma estratégia recorrida pela maioria das explorações familiares que cumpre papéis importantes na agricultura familiar. Entre eles, o mais relevante situa-se no econômico, uma vez que a família economiza ao plantar na sua unidade, pois como retrata os autores, produzindo o seu próprio alimento, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente em recursos monetários com a compra de alimentos no supermercado.

É importante acrescentar que para a agricultura familiar os projetos e as políticas públicas têm papel fundamental, pois este é um sistema que o poder público governamental se utiliza para chegar até o meio rural e ao agricultor. Desse



modo, estas políticas têm por objetivo o desenvolvimento principalmente em escala local.

O desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar, depende fundamentalmente da intervenção estatal, regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Se deixada a própria sorte frente as forças de mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção. (BROSE, 1999, p.58).

Pode-se dizer, então, que o estado assume papel efetivo na elaboração e aplicação destas políticas de incentivo à agricultura familiar, de modo que:

O desempenho da agricultura familiar deve refletir um conjunto amplo de condicionantes, desde a disponibilidade de recursos, a inserção socioeconômica, a localização geográfica, as oportunidades e a conjuntura econômica, as instituições e valores culturais da família, do grupo social e até mesmo do país. Apesar da importância desses fatores, pode-se considerar em certo grau de simplificação, que quatro principais condicionantes do desenvolvimento rural são os incentivos que os produtores têm para investir e produzir, a disponibilidade de recursos, particularmente terras, água, mão de obra, capital e tecnologia, que determinam o potencial de produção, o acesso aos mercados, informações e serviços que influem de forma decisiva na capacidade efetiva de produção e, finalmente, as instituições, que influenciam as decisões dos agentes e inclusive sua capacidade, possibilidades e disposição para produzir (BUAINAN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p.339-340).

Segundo estes autores, qualquer política pública implantada na perspectiva de desenvolvimento da agricultura familiar deve considerar a situação desses fatores e sua influência na dinâmica da unidade familiar. Enfatiza-se, também que a participação da sociedade nesse processo de implementação de políticas que visam o desenvolvimento integral do agricultor familiar é de extrema importância. Dessa forma, faz-se necessário uma maior cobrança para com o Estado, pois ele tem o papel principal de regulador nesse processo.

É importante ressaltar que em políticas públicas a participação não é um presente que alguma liderança política concede. É um espaço a ser ocupado ativamente pela sociedade civil. A participação é resultado de um

longo processo de democratização e construção da cidadania que transforma aos poucos a sociedade e o espaço público. Para que haja desenvolvimento é necessária a participação, participação política em termos de reflexão, diálogo e - é claro também - de divergências de conflitos (BROSE, 2003, p.65).

As políticas públicas devem ser consideradas, no sentido de que as mesmas se efetivam, no momento em que o Estado passa a pensar de forma a incentivar o agricultor a ter sua própria dinâmica, sem o tornar dependente deste processo, pois estas não devem passar de incentivadora para assistencialistas, assim acabarão tornando-se um ciclo sem fim. Chama-se a atenção para que as políticas públicas devem ser pensadas em escala local e por unidade familiar, pois a realidade é distinta para cada família de agricultores, que tem necessidades diversas e estão sobre diferentes espaços geográficos.

## **1.2 Desenvolvimento Rural no Brasil**

Para entender o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, é necessário entender o desenvolvimento rural em si. Há indícios de que este tipo de agricultura começou no período colonial, no século XVIII, mais precisamente no Nordeste do país e aos poucos foi se espalhando em diferentes núcleos de ocupação territorial, apresentando caráter regional desde então.

Os colonos, agricultores familiares, viviam sob extrema pobreza, às margens das propriedades monocultoras e dos rios, cultivando alimentos para sua subsistência. Por isso, sempre tiveram o conhecimento de produção de diversos tipos de alimentos retirando da terra seu sustento. Mesmo assim, não chamavam a atenção da grande propriedade. Na verdade, ainda hoje a agricultura familiar, na maior parte, produz alimentos enquanto as grandes propriedades produzem culturas voltadas para exportação. Naquela época, quando a grande propriedade entrava em crise com suas terras, os pequenos agricultores cultivavam-na, ganhando proteção até que não fossem mais úteis ao atendimento da terra, já que, recuperada e super produtiva, não necessitaria mais de sua intervenção.

O período colonial teve fim em meados do século XIX, em função das políticas migratórias, da abolição da escravatura, da instabilidade socioeconômica do país e a precariedade camponesa.

A agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção. (LAMARCHE, 1993, p.180).

Desde essa época as Associações de Crédito e Extensão Rural, objetivavam ligar a pesquisa extensionista aos agricultores, onde o Estado desenvolvimentista pretendia organizar uma instituição centralizadora em termos administrativos e decisórios. Entretanto na década de 60, as políticas da modernização conservadora, implantadas durante o regime militar, provocaram grandes mudanças, entre elas a modernização da agricultura no país. Esta que foi considerada conservadora, “parcial e incompleta” gerando grandes fluxos migratórios, pois:

[...] para uma grande parte das culturas praticadas – inclusive as que são consideradas modernas – a colheita não é mecanizada. Isso só é possível, na medida em que, uma vez, a propriedade fundiária mantém seu controle sobre a força de trabalho rural e engendra um contingente humano que se reproduz de forma miserável. (LAMARCHE, 1993, p.183).

Neste contexto, o Estado, priorizou o setor da indústria. Objetivando substituir as importações nacionais de produtos rurais para produtos industrializados:

Postulava-se, aí, que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberiam os papéis de “financiar” o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), “promover” matérias-primas para a indústria nacional nascente e “alimentar” a crescente população urbana do país. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.87).

Considerando o desenvolvimento rural no Brasil, percebe-se que as políticas públicas sempre foram mais voltadas para a agricultura patronal,

[...] enfatizando-se que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário, subalterno na sociedade brasileira, sendo historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, pois quem se impôs como modelo dominante foi a grande propriedade. (WANDERLEY, 1999, p.52).

Assim, diversos órgãos foram sendo criados a fim de viabilizar a modernização da agricultura baseada em princípios da Revolução Verde<sup>7</sup>. Na década de 70 criou-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) provida de centros regionais especializados. Sua linha de pesquisa baseava-se na prioridade de dar validade à tecnologias da Revolução Verde. Também nesta década foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) objetivando a unificação das Associações de Créditos e Extensão Rural (ASCARs) e a implementação dos pacotes tecnológicos da (para a) Revolução Verde.

Os primeiros estudos sobre a agricultura familiar surgiram na mesma época da revolução verde, “[...] embora esses trabalhos tivessem sido inovadores no sentido de transgredir as acomodadas fronteiras do marxismo clássico, sobretudo na vertente leninista, não romperam inteiramente com essa tradição” (SCHNEIDER, 1999, p.54). Objetivavam compreender de maneira lógica os camponeses e pequenos agricultores, na mesma época em que os governos militares promoviam uma forte revolução tecnológica e reprodutiva, revolucionando verdadeiramente a produção, e instituindo novos padrões de racionalidade, modificando os comportamentos sociais de maneira gradativa e disseminatória em diferentes regiões rurais do país. Foi então que:

[...] a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agro-industrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-

---

<sup>7</sup> Ver Costabeber (2007). Transição Agroecológica: Do Produtivismo a Ecologização.

primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção. (MARTINE, 1991, p.54).

A década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, na qual altas taxas inflacionárias marcaram a economia do país, gerando estagnação econômica, dando ao Brasil o reconhecimento de líder em desigualdade social. Os componentes privados ganharam força fomentando o cooperativismo e prestando assistência técnica especializada crescendo a relevância política e social das agroindústrias na gestão das políticas agrícolas. Contudo, a extensão rural já não tinha mais razão de ser o sistema comunado com os altos custos com a manutenção das instituições e as pressões impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para a liquidação das Empresas Estatais geraram no ano 1989, o fim da EMBRATER.

Procurando amenizar a situação, a EMBRAPA passa a exercer o papel de coordenação do Sistema Brasileiro de Tecnologia e Extensão Rural (SIBRATER) através da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural. Entretanto, este órgão não saiu do papel, mas afastou-se da EMBRAPA e juntamente com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) passou a ser exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura.

A década de 1990 também foi marcada pelo ingresso brasileiro na era neoliberal. Inicia-se os processos de privatizações, a abertura de capitais internacionais e a revolução do mercado financeiro que se desvinculou do Estado buscando ganhar maior força. Neste período, o termo agricultura familiar se fortaleceu sendo criado um programa governamental denominado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este foi criado com o intuito de dar mais acesso ao crédito rural para os agricultores, visando eliminar, ou pelo menos, diminuir as dificuldades referentes à questão do crédito. Contudo, mesmo sendo um programa bastante eficiente, ainda mostra desequilíbrio entre os produtores e o constante privilégio de poucos em detrimento de muitos. No final da mesma década, em 1999, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e transferiu-se para sua tutela a Secretaria de Desenvolvimento Rural, juntamente com o PRONAF.

Não há dúvidas que a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida e valorizada pelo governo do país e também pela população, através do PRONAF que

deu aos agricultores alternativas ao desenvolvimento em resposta ao latifúndio. O Programa considera agricultura familiar, aquela que obtenha renda bruta que provenha pelo menos 80% da exploração agrícola, e atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura, possuir no máximo dois empregados permanentes, entre outros requisitos (BLUM, 1999).

Dentre as diversas linhas de pensamento, existe aquela que entende ser melhor a competitividade juntamente com a interligação nos mercados agrícolas, objetivando uma extrema mudança no modelo tecnológico com novo enfoque no modelo agroecológico, organizando a produção e mudando também a organização social atual. Alguns autores defendem o desaparecimento da versão fiel da agricultura familiar sob os princípios, rígidos, passados de geração para geração e outros autores defendendo a versão alterada pela ideia de dependência hierárquica, pois ambas teorias veem o agricultor familiar perdido e frágil diante do desenvolvimento exacerbado do capital no meio rural.

Observa-se, portanto, que ultimamente tem-se buscado abstrair a ideia do inevitável desaparecimento da agricultura familiar bem como a visão de que o agricultor, desta categoria, é submisso, inferior e atrasado. Ao contrário, se vê nos dias atuais a importância deste agricultor e demonstra-se que o mesmo não está designado ao desaparecimento. Por isso, apoiar a agricultura familiar é reorganizar o meio rural e seus recursos (GUANZIROLI, 2001). Além disso, muito se tem a aprender com o modelo e o exemplo social da agricultura familiar, que se renova, envelhece, transmuta e retorna.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 1999, p.21)

Pode-se considerar que com renovação na agricultura familiar, ela deixa de ser uma política social compensatória e se transforma. Em certa medida identificam os agricultores familiares como peças chave pelo (e para) o desenvolvimento rural. Entretanto, o setor ainda carece de apoio e políticas públicas, no qual o Estado realiza um pacto social positivo com a sociedade familiar rural.

Mesmo diante de tantas divergências, o único consenso que permeia atualmente o campo da agricultura familiar brasileira diz respeito a construção da agricultura verdadeiramente sustentável que tenha como prioridade aspectos ambientais ligados com os sociais. Como não poderia ser diferente, ainda há divergências sobre as estratégias mais apropriadas para que a agricultura familiar atinja tais objetivos.

Portanto, existe a tentativa de tornar a agricultura familiar conceituada com novas visões, ou seja, ressignificando velhos conceitos. Mesmo que sempre ela tenha sido vista como problema, o meio rural passou a ser visto como solução para a empregabilidade e também para questões ligadas à qualidade de vida (WANDERLEY, 1999). Além disso, os empreendimentos da agricultura familiar são, em sua essência, economicamente viáveis.

Nesse sentido, observa-se uma crise dos velhos conceitos acerca da agricultura familiar e a tomada do novo enfoque voltado ao permanecimento e ao fortalecimento desta categoria. Ressalta-se que o implemento de políticas públicas voltadas a este segmento se faz fundamental, justamente porque o modelo familiar está próximo da sustentabilidade e da consciência ambiental e porque é a forma de atingir a igualdade e o desenvolvimento, tanto no quesito campo, quanto na cidade, pois um depende do outro.

Percebe-se também que o ambiente rural brasileiro vem mudando nas últimas décadas, principalmente, quanto às relações sociais e de trabalho, isso “transforma as noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente”. (CARNEIRO, 1999, p.11).

É possível perceber, conhecendo a história do segmento rural brasileiro, que a agricultura familiar ganhou relevante importância e conquistou gradativamente credibilidade, mostrando através de significativa produção de alimentos, que se trata de um setor comprometido e bem articulado. Assim, identificam-se de fato crescentes esforços sociopolíticos no sentido de incremento de políticas públicas de valorização das atividades produtivas da sociedade rural.

Com relação ao desenvolvimento rural e a busca pela autossuficiência na alimentação do país, a agricultura familiar se mostrou eficiente para conquistar seus objetivos e se inserir estrategicamente nos novos moldes sociais. Também a agricultura patronal tem se mostrado dinâmica e capaz de aumentar suas

exportações e sua consolidação nas cadeias agroindustriais, ou seja, hodiernamente quase não existe mais a separação de agricultura familiar para suprir o abastecimento do mercado interno e de setores empresariais capitalistas voltados para abastecerem o mercado externo.

Além disso, a cultura e a economia social da agricultura familiar brasileira são características relativas a cada região do país. No sul e no sudeste, por exemplo, os agricultores são mais desenvolvidos e modernizados, com sistemas produtivos bastante técnicos e há intensa articulação com as agroindústrias que processam produtos agrícolas e alimentícios. Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995-96, a agricultura familiar significava 90,5% dos estabelecimentos na região sul, por questões de formação histórica e desenvolvimento este tipo de agricultura insere-se em ambiente socioeconômico favorável, e os agricultores na época ocupavam 43,8% da área, produzindo 57% do valor bruto da produção (GUANZIROLI et al., 2001). Por outro lado, no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste, a agricultura familiar é associada à baixa produção, desempenho tecnológico fraco ou inexistente e mínima geração de renda. Especificamente, o Centro-Oeste obteve programas oficiais de desenvolvimento regional e mesmo assim os agricultores familiares representavam apenas 16,2% do valor bruto da produção agropecuária regional, o menor percentual entre as regiões (GUANZIROLI et al., 2001).

A maleabilidade da agricultura familiar e a flexibilidade dos agricultores facilitam a reconfiguração dos sistemas produtivos e marcam a participação destes estabelecimentos na produção agropecuária do Brasil. Este segmento rural define objetivos e atinge-os com facilidade, adaptando-se aos mais variados ambientes econômicos. Nas últimas décadas a agricultura empresarial capitalista ganhou maiores proporções e os agricultores familiares, mesmo às margens do processo de exclusão da terra representam 37,9% da produção agrícola nacional.

Assim, ao se abordar sobre o desenvolvimento rural na agricultura familiar cumulativamente, deve-se esclarecer, conforme já mencionado, que o regime militar impôs uma política agrícola com concessão de fartos subsídios, visando a modernização da agricultura e financiando o aumento das exportações agrícolas do país, havendo uma conseqüente transformação do latifúndio em empresas rurais a construir a industrialização brasileira. Esta intervenção consolidava tal modelo desenvolvimentista socialmente excludente e ecologicamente predatório que ao



mesmo tempo em que representou um aumento na produção agrícola, também marginalizou o homem do campo, contribuindo para o êxodo rural.

Esta modernização conservadora imposta pelo Estado gerou a expropriação de pequenos agricultores não contemplados pelas políticas de crédito e atingidos pela tecnização dos novos processos produtivos. Empresários com interesse na especulação fundiária apropriaram-se das regiões de fronteira agrícola. Fazendo com que o modelo de desenvolvimento agrícola implicasse na busca pela efetivação do desenvolvimento rural, já que a distribuição da terra foi acentuada no país. Além destes fatores, os trabalhos temporários no campo, que geraram a designação de boia-fria ao trabalhador andarilho, generalizou as relações de trabalho ajudando a formar um cenário de pobreza e de miséria no meio rural.

Com a falta de políticas de segurança alimentar e em alguns casos o desinteresse público em assegurar primeiramente a autossuficiência em produção alimentar no Brasil, acompanhado do êxodo rural, muitos trabalhadores rurais erradicaram-se do campo e procuraram os centros urbanos e inadaptados, retornaram ao campo, passando a fazer parte de assentamentos. Estes assentamentos, são em sua maioria compostos, por ex-assalariados do campo ou expulsos deste, famílias de diversas regiões que não conhecem outra forma de vida que não seja no campo e com ele integram-se em sua plenitude, buscando juntos o desenvolvimento rural. Do ponto de vista psicológico e social, a reconstrução de suas vidas ocorre com o retorno ao meio rural.

De acordo com Carneiro (1999) com relação a vida social no campo, os assentados estabelecem entre si e com os assentados de outras localidades diversas, uma vida social intensa. Da mesma forma, estabelecem relações sociais com o centro urbano mais próximo, que é para onde escoa a maior parte da produção. Além disso, os assentamentos se classificam como movimentos sociais. E, “[...] dada a conjuntura atual, está nas mãos dos movimentos sociais a função de pressionar o governo” (RIBEIRO, 2007, p.11).

Alentejano (1999) identifica que na década de 1990 o desenvolvimento rural era visto de três maneiras: como política social compensatória, como política distributiva e como política voltada à transformar o modelo de desenvolvimento brasileiro atual. Graziano da Silva (1996, p.83-84) aborda que “[...] os problemas fundamentais e dos preços podem ser resolvidos por nossos complexos agroindustriais”. Defende ainda a possibilidade de realização de um regime de

comodato entre os proprietários de terras e os agricultores familiares desprovidos de terra.

No entanto, é grande a oposição ao desenvolvimento rural a partir da pequena produção familiar, principalmente à agricultura provinda de assentamentos ligados à reforma agrária. Os opositores alegam que este tipo de agricultura é lenta, atrasada, e que inclusive, para seguir os padrões conceituais devem ser desprovidas de muita tecnologia. Para o desenvolvimento rural é necessário que o desenvolvimento econômico do país seja acompanhado por uma distribuição de renda. As discussões sobre território não poderão tratar do desenvolvimento sem o estudo aprofundado do tema agricultura familiar, pois esta última é o meio mais fiel para atingir o primeiro, podendo possibilitar a aplicação de modelos tecnológicos em harmonia com a natureza, bem como práticas comerciais favorecendo a inclusão social.

O modelo de políticas públicas aplicadas ao setor agrícola brasileiro significa grande neocorporativismo sustentando-se através das Câmaras Setoriais, garantindo aos representantes do agronegócio, lugar cativo nas veias das discussões do tema. Nesse sentido, o modelo do agrobusiness brasileiro permite distinção entre o discurso e as ações políticas relacionadas à agricultura familiar e a patronal.

Com a criação das câmaras setoriais houve maior repercussão do tema agricultura familiar, remontando a década de 1980 que em função das políticas de controle do governo perdeu o foco e cedeu espaço para os interesses do setor privado. Tratando-se, portanto, de uma conquista que mesmo carente de ajustes, busca a democratização do espaço e a organização das políticas públicas voltadas ao setor agrícola.

A agricultura familiar passou a ser tema de relevante importância no Brasil em meios econômicos e sociais, ganhando espaço crescente na literatura, principalmente a partir de 1990, década em que seu conceito ganhou maior destaque e foi aceito acadêmica e socialmente. Aliado a essa mobilização das organizações de representação dos setores do campo, surgiram diversas políticas públicas e programas governamentais voltados especificamente à agricultura familiar. No documento desenvolvido pela FAO/INCRA (1995) intitulado *“Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável”*, nossa produção agrícola foi classificada em dois únicos modelos, familiar e patronal. Segundo Marafon (2006)

esta classificação é para estabelecer diretrizes e ações de políticas públicas que levem ao desenvolvimento rural e à inserção dos produtores familiares ao mercado.

Os estabelecimentos agropecuários apresentam um regime de trabalho prevalente, ou seja, ou o trabalhador rural é assalariado ou é trabalhador familiar, e com relação à produção, a agricultura familiar assume papel importante no desenvolvimento do país. Segundo dados do IBGE, cerca de 90% dos municípios brasileiros possuem atividade agrícola como base de sua economia. Para Abramovay (2005) três planos afirmaram a agricultura familiar no país, o *plano intelectual* que deriva do surgimento de pesquisas que permitiram um maior conhecimento do tema e uma melhor análise de sua base socioeconômica, o *plano das políticas públicas* que se fortaleceu após o PRONAF e o plano social que significa um conjunto de organizações que lutam pela afirmação econômica da família do campo, bem como sua consolidação como seguimento fundamental à economia nacional.

O debate a respeito da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, também foi destacado por Buaiainin *et al.* (2003), que enfatiza a preocupação recente e frequente com a questão ambiental, sobre a qual o Brasil tem extensa importância e responsabilidade. O tema da sustentabilidade e do melhor aproveitamento dos recursos naturais é uma exigência obrigatória aos planos de desenvolvimento por envolver a temática da (in)disponibilidade da água, da (des)contaminação de terras, das devastações florestais, da redução da biodiversidade, entre outras. A atual consciência ambiental é considerada uma “Revolução Verde” e mantém o debate sobre as relações entre o meio ambiente e o padrão de produção agrícola.

A nova lei sobre agricultura familiar com a homologação da Lei 11.326 de 2006, já supracitada cria um marco legal para o universo da agricultura familiar brasileira caracterizando-a para fins de definição de política pública. Além dos agricultores rurais, os pescadores e extrativistas, se obedecerem as condições expostas nas entrelinhas, também se valem da Lei da Agricultura Familiar. Dentre os assuntos atuais, a agricultura familiar reconhecida como merecedora de mecanismos institucionais propícios e efetivos, e marcada como seguimento produtivo e desenvolvido sendo referência para o novo modelo de sustentabilidade. Alguns autores, como Veiga (2001) e Sachs (2000), apontam-na como modelo de desenvolvimento rural atual com base sustentável e em harmonia com as novas demandas ambientais impostas ao planeta.

Como referência da participação da agricultura familiar na economia do país, os trabalhos de Guilhoto et. al. (2007) demonstram a produção familiar como fator importante de retrocesso ao êxodo rural e de captação de recursos para as famílias com renda menores, contribuindo também para a geração de riquezas. Ou seja, a agricultura familiar constitui-se em uma importante parcela mesmo com toda sua heterogeneidade, de todo o produto agropecuário brasileiro, além disso relaciona-se com importantes segmentos econômicos do país. Os autores GUILHOTO *et. al.*, (2007) acompanharam a porcentagem do PIB brasileiro de responsabilidade do setor ao longo de 10 anos, de 1995 à 2005, período em que a variação foi de 8,8% a 10,1%, terminando com 9% em 2005 o que representou R\$170 bilhões de reais. Deve ser levado também em consideração que a produção destinada ao consumo interno, doméstico não entra neste cômputo. Destaca-se ainda, que a agricultura familiar representa um terço de todo o PIB agropecuário do país e nos anos em análise, houve uma taxa variável superior à média nacional, entre 2001 e 2003, a taxa de variação do produto agrícola familiar superou a nacional, a partir de 2004, e em 2005 aproveitou um refluxo da produção do país. Para os autores, “[...] em razão da apreciação do câmbio, dos problemas climáticos em importantes regiões produtoras e dos problemas sanitários ocorridos na pecuária.” GUILHOTO *et. al.*, (2007, p.7) ocorreu a queda produtiva no setor agropecuário em geral.

Em relação à participação do setor na produção agropecuária nacional, a agricultura familiar, em comparação com a patronal, se sobressai principalmente na produção do fumo, da mandioca, do feijão, de suínos e de leite. Por isso, observar o universo atual da agricultura familiar brasileira possibilita diagnosticar com maior precisão as necessidades e as ações fundamentais para fortalecer o setor no tocante ao implemento de políticas públicas efetivas na busca do desenvolvimento rural nacional. Ou seja, levantar constantemente informações é um dos requisitos fundamentais para atingir os subsídios (econômicos e sociais) dos agentes governamentais em prol da agricultura familiar brasileira objetivando a ampliação da renda, acesso a novas tecnologias e serviços e, principalmente, a busca de melhores condições de trabalho aos trabalhadores do campo brasileiro.

### 1.3 O Desenvolvimento Local

O espaço agrário atual tem sido palco de diversos atores e agentes espaciais que (re)configuram o espaço geográfico de maneira dinâmica e impulsionam o desenvolvimento rural de forma ampla. Este, por sua vez, tende a uma perspectiva de diferentes linhas e segmentos espaciais a diversos sujeitos envolvidos.

Cabe ao geógrafo pensar alternativas de reestruturação deste termo e uma nova concepção de desenvolvimento igualitário social. Sabe-se que o desenvolvimento enquanto estruturado no atual sistema capitalista reafirma-se de diferentes formas, e que as comunidades locais o utilizam, muitas vezes, para sobrevivência e reprodução econômica, principalmente.

Desse modo, renegar o desenvolvimento seria uma falácia, frente à realidade que se encontra atualmente. Assim, cabe ser discutido como esse desenvolvimento em escalas locais/regionais pode reafirmar o sujeito do meio rural e na participação social.

Também se pressupõe que o desenvolvimento em escalas micro pode assumir um caráter não tão desigual, e que, por muitas vezes, se bem pensados pelos poderes públicos, podem se tornar políticas desenvolvimentistas que confrontam a igualdade entre o sujeito e até a submersão de sujeitos antes excluído para agora sujeitos participantes do processo.

Não está se renegando todo discurso de o quanto o desenvolvimento da forma que foi colocado, contribuiu para a falácia social atual, para as desigualdades econômicas presentes, mas sim, está se repensando formas de desenvolvimento para o local, este que, pode ser aliado com a realidade presente e próxima. Pois talvez esteja nesse contexto um dos grandes problemas do desenvolvimento: sempre ser pensado longe da realidade, com políticas macros sem se conhecer a realidade local.

Dessa forma, quando se trata de se desenvolver o local, pode-se ter esta alternativa de aliar a realidade, o sujeito, a necessidade e uma política de estado bem pensada e alicerçada numa vigência efetiva.

### 1.3.1 Agroindústrias Familiares Rurais como promotoras de desenvolvimento rural na Unidade Territorial em estudo.

Para compreensão da inserção das Agroindústrias familiares rurais (AFRs) no desenvolvimento local é preciso entender o que é e quais as diretrizes do desenvolvimento rural. Ploeg (2000) trata este conceito como um “processo multinível, multiatores e multifacetado”. É considerado multinível porque consideram-se diversos níveis na escala de desenvolvimento indo do local ao global, trata das relações sociedade/agricultura, e outro intermediário como novo modelo para o setor agrícola, dando mais atenção para os ecossistemas locais e regionais; e ainda o da firma individual, evidenciando a pluriatividade<sup>8</sup>.

Quanto à questão dos multiatores, forma de relacionamento das instituições e seus múltiplos atores envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global, permeando as redes, é que faz emergir o processo de multiatores. Por fim, processo multifacetado, entende que o processo compreende a administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, a construção social dos mercados, entre outros, onde as unidades de produção que estavam à margem no paradigma da modernização possuem a possibilidade de estabelecer novas relações sociais com instituições públicas e privadas e os setores urbanos.

Partindo da ideia de Graziano da Silva (2002) que trata do desenvolvimento como “um processo de reconstrução social”, que deve ocorrer “de baixo para cima” e com a participação efetiva dos atores sociais, o estudo da Quarta Colônia de Imigração Italiana na qual está inserida a unidade territorial em estudo se faz importante na busca pelo entendimento da inserção das AFRs neste processo.

A matriz produtiva de São João do Polêsine, segundo escritório municipal da EMATER é baseada nas culturas anuais de arroz e, na última década a fruticultura surge como alternativa para a diversificação dos agricultores familiares. No setor

---

<sup>8</sup> [...] a situações sociais em que os indivíduos [...] que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SCHNEIDER, 2003, p.115).

fruticultor do município a banana é umas das frutas que vem se destacando em função das condições edafoclimáticas existentes.

Entende-se como cadeia produtiva uma rede de atividades em cadeia, desde a extração e manuseio da matéria-prima até a distribuição do produto. Portanto, ela envolve um conjunto de agentes econômicos ligados à produção, distribuição e consumo (MIELKE, 2002).

A agroindústria inserida no contexto da agricultura familiar<sup>9</sup> proporciona, ao agricultor, a verticalização da cadeia de produção extraindo do processo a presença do atravessador, viabilizando a reprodução familiar no meio rural e desenvolvimento destas famílias. Assim, as AFRs inseridas na cadeia produtiva da banana, ainda recentes, necessitam mais estudos para compreender sua inserção na perspectiva da agricultura familiar. Esta cadeia apresenta uma lógica de trabalho que se confunde com o modo de vida destes atores, influenciado principalmente pela cultura, religiosidade, gastronomia e paisagismo peculiar da região.

Embora as políticas públicas considerem homogêneos estes empreendimentos rurais como AFRs, elas estão inseridas em um universo heterogêneo. Segundo Abramovay (2000) mesmo que existam traços semelhantes da ruralidade, o espaço rural caracteriza-se por sua imensa diversidade, assim a importância de estabelecer tipologias capazes de retratar esta diversidade. Alguns autores, como Guimarães; Silveira (2007), a partir da experiência do programa Sabor Gaúcho de 1995, voltado à organização das agroindústrias do estado propuseram uma tipologia como forma de orientação para assistência técnica com base nas AFRs da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Os autores distinguem três tipos de agroindústrias: as caseiras, as artesanais e as de pequeno porte.

As Agroindústrias caseiras, são aquelas onde a agroindústria não é atividade principal e sim um complemento na renda familiar pelo aproveitamento do excedente, estão inseridas fortemente na agricultura familiar, outros autores como Ventrini; Silveira (2011a) trabalham com a nomenclatura de agroindústrias genuínas, por entender que existe originalidade do saber fazer, onde o ato de processar é um saber fazer natural, original da família que não explora o

---

<sup>9</sup> Para Mior (2005, p.191) “a agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo”.

processamento somente para fins comerciais, mas mercantiliza um produto da lógica de produção que, historicamente, é de subsistência, relacionada ao esforço de transformação de alimentos como forma de conservação e também uma forma de diversificar a dieta alimentar durante períodos de entre safra.

Na tipologia das agroindústrias artesanais, cuja lógica de trabalho está muito ligada ao “saber fazer” hereditário e que por tal, certas tecnologias em equipamentos e utensílios exigidos pelos órgãos fiscalizados lhes são inviáveis, tanto pelo tipo do processo, quanto pela escala de produção e incapacidade de pagamento de investimentos. E por fim agroindústrias de pequeno porte que possuem características semelhantes às agroindústrias convencionais, mas apenas em um porte menor, nesse caso, o produto não possui nenhum diferencial das grandes indústrias, não compete nichos de mercado.

A agroindústria familiar<sup>10</sup> se enquadra como sendo de pequeno porte, pois a produção da matéria-prima e processamento embora realizada por familiares foi especializada e qualificada para processamento em escala maior, obedecendo as regras padronizadoras da legislação, ainda que tentando vender um produto diferenciado pelo fato da existência de histórico tradicional de receitas com saber fazer familiar e estando dentro do território<sup>11</sup> da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

#### 1.3.1.1 Contextualizando o cenário das Agroindústrias Familiares Rurais da MRG de Restinga Seca.

As atuais políticas públicas, a partir da década de 1990, têm procurado fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar através de estratégias. Cita-se como exemplo, o fomento à verticalização da cadeia produtiva. No setor de

---

<sup>10</sup> Destacando que recorte analítico deste trabalho está voltado para a cadeia produtiva da banana e a inserção da agroindústria como forma de alavanca de desenvolvimento rural, no município de estudo, o recorte analisará a agroindústria familiar “Banana da Terra” dentro da cadeia vertical de produção de banana em São João do Polêsine

<sup>11</sup> O território surge, portanto, como “resultado de uma ação social, que de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente) e é por isso denominado de construção social” (FLORES; MACEDO, 1999, p.4). Neste sentido, se percebe o território construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento de seus atores ao espaço de ação coletiva, criando-se laços de solidariedade entre estes por meio de identidades partilhadas (BRUNET, 1990).



fruticultura, no seguimento da agricultura familiar<sup>12</sup>, a verticalização torna-se mais concreta através das agroindústrias familiares rurais. A agroindustrialização das matérias-primas agropecuárias é uma prática que fornecia valor de uso aos produtos processados em épocas de sazonalidade por uma questão de conservação dos alimentos, e passa ser vislumbrada como uma estratégia de agregação de valor de troca dos produtos para as famílias rurais, e os circuitos curtos de mercado favorecem a tendência de verticalização desta cadeia produtiva. (WILKINSON, 2000).

Ressalta-se que os agricultores familiares do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana, são favorecidos ao ocupar um nicho mercado socialmente construído em função de um histórico cultural, onde os agentes locais buscam direcionar as atividades econômicas para o mercado do turismo gastronômico, do paisagístico e do religioso (GUIMARÃES, 2011).

Na intenção de fornecer visibilidade ao território através dos atrativos turísticos, emergem novas oportunidades produtivas, o que se traduz em transformações nas dinâmicas produtivas dos atores locais, como o caso da produção e da comercialização de produtos coloniais<sup>13</sup>. (GUIMARÃES, 2001, GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Uma questão que preocupa os agricultores é a legalização da cadeia de produção através da implantação das agroindústrias nas unidades de produção, pois a mesma necessita de infraestrutura com diversas barreiras sanitárias, tributárias e ambientais. Wilkinson (2000) ilustra que o maior salto está em função do desenvolvimento de iniciativas autônomas de agroindustrialização e inserção mercantil, necessitando da aplicação de teorias de construção social dos mercados. (WILKINSON, 2000).

---

<sup>12</sup> Para Carneiro (1999) agricultura familiar é entendida como uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados. Já para Abramovay (2000), a agricultura familiar não emprega trabalhadores permanentes, podendo, porém, contar com até cinco empregados temporários. Já a agricultura patronal pode contar com empregados permanentes e/ou temporários.

<sup>13</sup> “[...] Produto colonial é um produto com algum grau de processamento, realizado no interior das propriedades rurais geralmente pelo agricultor e/ou sua família, através de um processo artesanal de produção.” (Neumann; Souza, 2006, *apud* Guimarães e Silveira, 2007, p.9). A origem deste termo no Sul do Brasil está vinculado ao processo de colonização por imigrantes europeus que ao chegar ao Brasil recebiam uma fração de terra denominada colônia e desenvolveram uma tradição de processamento de produtos de origem animal e vegetal como forma de conservação dos alimentos em época que não havia sistemas de refrigeração no meio rural. (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Para Mior (2005) a agroindústria familiar é uma estratégia para a geração de trabalho e renda nas unidades de produção rural. Entretanto, existe uma lógica de produção que é alterada no momento em que a família adere a atividade agroindustrial. O autor complementa enfatizando que esta lógica de trabalho da família rural é uma das causas para o sucesso da agroindústria familiar.

Guimarães (2011, p.10), realizou estudos sobre a identidade dos produtos coloniais da Quarta Colônia de Imigração Italiana pertencente a Microrregião Geográfica em estudo demonstrando que as agroindústrias possuem os seus sistemas de produção ligados à agricultura: “[...] organizando as suas atividades produtivas para o mercado local sem especificidades técnicas e preocupações com escalas, evidenciando, por meio dos produtos elaborados, suas formas de vida”. No mercado do turismo ocorre o contrário a esta racionalidade, pois o mesmo visa um padrão de produto para atender as determinações legais de processamento de alimentos (GUIMARÃES, 2011).

O agricultor familiar vive na atualidade, um dilema com a produção e processamento dos produtos que deve inserir nas agroindústrias locais.

Dessa maneira, o agricultor familiar que visa a verticalização da cadeia produtiva mantém a produção e ainda o processamento desta matéria-prima o que exige a gestão dos fatores de produção, como mão de obra, umas das problemáticas atuais do meio rural (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007). Este tipo de situação promove a desarticulação destas famílias rurais que produzem e processam perdendo o caráter de agricultores, passando à empresários do meio rural, configurando novos enquadramentos socioprofissionais. (GUIMARÃES, GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

---

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR**

Este capítulo se estrutura através de conceitos que direcionaram a segunda parte da base teórica do trabalho, enfatizando as abordagens de conceitos relevantes sobre as políticas públicas e suas bases estruturais.

### **2.1 As Políticas Públicas na Agricultura Familiar**

O Brasil se apresenta hoje como uma grande potência mundial graças ao mercado interno e externo. A produção agrícola do país sempre foi um dos trampolins utilizados para o salto internacional gerando diversas discussões acadêmicas e doutrinárias sobre as políticas públicas (e sua falta) no que diz respeito ao agronegócio. Em outras palavras, ainda hoje, busca-se maneiras de melhorar a apresentação do agronegócio brasileiro internacionalmente, e um dos fatores geradores de mudança é a implementação de políticas públicas voltadas ao setor.

O desenvolvimento rural deve ser pautado em padrões renovados para que se tenha repercussão direta na vida e no desempenho dos agricultores familiares. As demandas sociais ligadas à agricultura familiar veem de encontro a esta ideia, reforçando a necessidade de utilização de políticas públicas para fortalecer o campo, mesmo que ainda hoje, haja o falso argumento de que os diretamente envolvidos no campo já estejam preparados ou com certa facilidade de preparação quando o assunto é a realização de ações localizadas voltadas ao desenvolvimento rural. O argumento de facilidade de organização não necessita de um estudo aprofundado no tema para saber que os homens do campo brasileiro são desamparados, bastando uma breve observação da vida das entidades como os agricultores familiares, os trabalhadores assalariados do campo e dos sem terra para concluir o fato de tal premissa.

Além disso, as entidades do campo brasileiro não são suficientes e se apresentam com pouca representatividade no que diz respeito à mobilização social o

que se reverte em limitações de iniciativas locais. Opondo-se aos esforços já realizados e aos novos formatos organizacionais em vias de implementação para o benefício do setor. Corroborando com essas ideias, em países como Estados Unidos ficam indiferentes aos menos articulados como os latino-americanos, o que gera uma competição desleal ou mesmo inexistente.

Enfatiza-se também que no Brasil, as concorrências são em muitas vezes inexistente, tamanha discrepância entre determinadas produções agrícolas. Por mais que o modo de produção seja o mesmo, levando em consideração os quesitos de residência e mão de obra familiar, por exemplo, existem diferenças no que se refere a produtividade, a integração ao mercado, a rentabilidade, a modernização, bem como as condições de vida dos produtores. Inclusive, DINIZ (1996), estudando o camponês sergipano, classificou-o em duas categorias, aquela composta por agricultores com condições de vida melhores e a categoria composta por agricultores em piores condições de vida, denominou ambas como categorias de exceção, por estarem em área reduzida, porém distribuídas por todo o Sergipe.

A FAO/INCRA, por sua vez, classificou a própria agricultura familiar nas seguintes categorias: A, B, C e D, sendo elas em valoração decrescente, a última composta por agriculturas em piores condições sociais.

## **2.2 Bases Teóricas das Políticas Públicas**

Uma conceituação prática e adotada por muitos setores governamentais, tem-se referência a uma conceituação de que políticas públicas se definem por:

Um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. (MEIOAMBIENTE.GOV.BR, 2012)

No que diz respeito às políticas públicas enfatiza-se que as mesmas constituem-se em meios para a manutenção da agricultura familiar. Sobre as bases teóricas de tais políticas, destaca-se as maneiras que o Estado se utiliza para estar em contato com a população rural.

Frey (2000) já havia defendido, através da estrutura dos ensinamentos de Ciências Políticas, o conceito da análise de políticas públicas no Brasil. Observando a relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de políticas, identificou problemas na análise das políticas municipais como o desconhecimento científico a cerca da configuração e dos arranjos institucionais, bem como das características dos processos políticos. Outro problema identificado por Frey (2000) é a autonomia administrativa e político-financeira dos municípios, as mudanças intermináveis na atuação da política municipal e também a carência de ideologia tanto da população como dos políticos.

Há ainda o argumento de Taglialegna (2005) para explicar o processo de formulação de políticas públicas, o autor defende quatro teorias: o “Pluralismo” onde a permissibilidade dos diversos grupos de pressão às agencias governamentais autorizam a entrada de novos concorrentes aos mercados competitivos; o “Elitismo”, onde predomina o domínio de uma minoria que “ao contrário do Pluralismo, propõe a existência de uma “elite”, que concentra o poder nas esferas política, militar e econômica” (TAGLIALEGNA, 2005, p.22).

O “Neocorporativismo” que surge junto com os estudos sobre o meio agrário e sua diversidade e da integração agropecuária com a indústria e os mercados, também refere-se à intermediação entre o Estado (que age tanto autocrática como democraticamente) e sociedade (onde seus representantes negociam em fóruns institucionalizados, legitimamente). E por último, o “Neoinstitucionalismo”, que explica o papel do Estado e das Instituições na formulação de políticas públicas. Entretanto, sabe-se que “[...] os teóricos do institucionalismo histórico não pontuam as instituições como único fator que influencia a vida política, mas procuram situá-las numa cadeia causal que deixe espaço para outros fatores” (TAGLIALEGNA, 2005, p.25).

Segundo Taglialegna (2005) deve-se considerar que as instituições são instrumentos de estabilização dos processos políticos, onde os diferentes interesses dos atores participantes são apresentados. Contudo, mesmo que as entidades representativas sejam fortes, organizadas e tenham lideranças influentes, há

imposição de limites à atuação de tais grupos e seu grau de acesso ao governo é definido pelo arcabouço institucional. Enfatiza-se que os atores envolvidos só serão favorecidos de acordo com o respectivo conhecimento institucional das regras sobre a questão ou mesmo sobre a competência legislativa, garantindo, desta forma, maior conhecimento do tema analisado.

### **2.3 Atualidade: Políticas Públicas e o Setor Agrícola Brasileiro**

Conforme já observado nos títulos anteriores, no Brasil, até bem pouco tempo antes da década de 1990, a prática do governo federal era uma política agrícola baseada na intervenção, objetivando a garantia de segurança alimentar. Todavia, devido a crise, a dívida pública e as aberturas do mercado, o governo optou por reduzir os gastos relativos às políticas públicas. Segundo Chaddad (2006) aconteceu uma mudança de prioridades, onde houve a redução de gastos com os instrumentos de política agrícola tradicionais, e uma consequente ampliação de gastos com políticas de desenvolvimento e agricultura familiar.

Na segunda metade da década de 1990, houve a estabilização da economia fornecendo ao setor privado um papel ativo na oferta de crédito, comercialização e inclusive estocagem de produtos agrícolas uma vez que houve a retirada do Estado de seu papel de administração (como tabelar preços e gerenciar a produção). Segundo Helfand (2001) tais reformas políticas melhoraram a alocação de recursos aumentando a produtividade, aperfeiçoando os produtos e reduzindo seus preços. Mesmo diante de tantos avanços e da amplitude de concorrência diminuindo a hegemonia comercial, a expansão do setor agrícola brasileiro não se concretiza até os dias atuais, por ter ficado prejudicada em função da inadequação da infraestrutura, da ineficiência do sistema tributário e das elevadas taxas de juros.

A crise infligiu ao Estado a necessidade e obrigação de prover mais governança, de ser mais eficiente ao atender as demandas do cidadão e do homem do campo e de “complementar o mercado na tarefa de coordenar a economia e promover uma distribuição de renda mais justa [...] garantir os direitos de cidadania e promover o desenvolvimento econômico com um mínimo de equidade” (PEREIRA, 1998).

Com a criação do PRONAF, é como se as políticas públicas se corporificassem, de modo que, parte do crédito se direcionou à agricultura familiar. Juntamente com o programa, na mesma época ganhou força a busca pela sustentabilidade e o tema se fez (faz) presente nas discussões a respeito da agricultura familiar. Na atualidade percebe-se a carência de realizações pró-ativas em prol da natureza e dos processos produtivos utilizados no país. Também durante a década de 1990 dois projetos se solidificaram (VEIGA, 2001). Um buscava maximizar a competitividade do negócio rural (*agribusiness*) e o outro de maximizar o desenvolvimento humano nas mesorregiões e microrregiões rurais do território brasileiro.

Chaddad (2006) realizou estudos que mostram os gastos com políticas agrícolas e agrárias. Salienta-se que de 1985 até 1989 foram aplicados R\$ 20,9 bilhões enquanto de 2003 à 2005 apenas R\$ 10,7 bilhões. O mesmo estudo aponta que houve um redirecionamento dos gastos, pois enquanto no governo Sarney os investimentos na organização agrária e na agricultura familiar, foram de 6%, no governo Lula passaram a 45%. Além disso, o Brasil é o único país a contar com um ministério dos “Produtores Patronais e Agronegócio” e também com o ministério dos “Agricultores Familiares e da Reforma Agrária”, que mesmo dispendo do mesmo fator de produção (terra), representam setores opostos, conforme Chaddad (2006, p. 2), há uma “[...] falsa premissa que a ‘agricultura familiar’ é fundamentalmente diferente (e mais desejável) que a ‘agricultura patronal’, e que o ‘agronegócio’ é inimigo do pequeno produtor agropecuário e do desenvolvimento do País”. Por isso, ambos ministérios competem por verbas escassas ou inexistentes.

Com base nas transformações agroalimentares atuais do Brasil e do mundo, Chaddad (2006, p.3), propõem um papel diferente às políticas agrícola e agrária, buscando a unificação de ambas em um só Ministério diminuindo dúvidas e deslealdades, pois é possível “[...] a inserção competitiva e sustentável do produtor nas cadeias produtivas que compõem o sistema agroindustrial, no país e no exterior”. Contudo esse modelo já se apresenta desde 2003 a partir da criação das Câmaras Setoriais e Temáticas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Isso porque, o setor agrícola no Brasil vem demandando maior atenção das políticas públicas tendo em vista as suas potencialidades e o grande envolvimento dos atores que compõem as cadeias produtivas nacionais. As Câmaras Setoriais e Temáticas, por exemplo, são estruturas

ultragovernamentalmente e são coordenadas pelo MAPA. Este visa ajustar os recursos disponíveis às demandas, mantendo o diálogo entre os envolvidos.

Segundo o regimento das Câmaras Setoriais, elas fazem parte do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e do Conselho Nacional do Agronegócio (CONSAGRO). Entre suas atribuições estão a monitoração da execução e propor ajustamentos e alterações na política agrícola, orientar na identificação das prioridades a serem estabelecidas no Plano Plurianual do Governo, orientar a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário, manter sistema de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade agrícola. (MAPA, 2008).

É importante enfatizar que estão compreendidas nas câmaras setoriais as cadeias produtivas do Açúcar e do Alcool, da Agricultura Orgânica, do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais (MAPA, 2008). Nas câmaras temáticas incluem-se os recursos renováveis:

Algodão e Derivados, Arroz, Aves e Suínos, Borracha Natural, Cachaça, Caprinos e Ovinos, Carne Bovina, Citricultura, Culturas de Inverno, Equideocultura, Feijão, Flores e Plantas Ornamentais, Fruticultura, Hortaliças, Leite e Derivados, Mandioca e Derivados, Mel e Produtos Apícolas, Milho e Sorgo, Oleaginosas e Biodiesel, Soja Tabaco e Viticultura Vinhos e Derivados. As câmaras temáticas estão relacionadas a um tema ou área de conhecimento onde se trata de grandes questionamentos que perpassam todas as cadeias produtivas. Dentre elas, tem-se: Agricultura Sustentável e Irrigação; Agricultura Orgânica; Financiamento e Seguro do Agronegócio; Infra-estrutura e Logística; Insumos Agropecuários; e Negociações Agrícolas. (MAPA, 2008, p. 05).

Dois anos após a criação das câmaras, foram estabelecidos novos critérios para sua formação, e a importância socioeconômica do tema ou setor passou a ser levada em consideração, devendo existir entidades representantes dos respectivos segmentos e de cadeias produtivas de insumos, de produtores, de indústrias, de distribuidores e consumidores, além de organizações e de instituições de pesquisa, financeiras, poderes públicos legislativo e executivo, dentre outros que apoiam tais segmentos e ser temática de abrangência nacional.

Setor privado e governo reforçaram as ações conjuntas em 2008 através da reformulação das Câmaras Setoriais e Temáticas do Conselho do Agronegócio e as modificações fortaleceram o caráter positivo das câmaras que vieram para construir políticas públicas de acordo com as necessidades básicas das cadeias produtivas.



As câmaras também contribuíram para o registro de defensivos às culturas de baixo suporte fitossanitário, aos debates sobre a revisão do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

O documento de reformulação foi aprovado no CONSAGRO, o que permitiu maior eficácia na organização das reuniões. Dentre as melhorias, verifica-se a diminuição da burocracia no que diz respeito aos processos, melhorou a interlocução entre os atores, o MAPA e outros órgão governamentais e até mesmo entre os próprios representantes das cadeias de produção, o que automaticamente motivou a participação mais ativa das entidades representativas nos encontros. Também foi obtido maior contribuição à elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 e 2009/2010. E uma das importantes conquistas foi o debate das regulamentações como as instruções normativas, os decretos, as leis, bem como as questões conjunturais específicas setoriais. Ao mesmo tempo Grupos de Trabalho foram criados e agendas estratégicas foram construídas visando a coordenação de questões peculiares das cadeias produtivas, juntamente com a criação de uma linha interlocutória direta entre a Receita Federal e os envolvidos de cada setor, fortalecendo a atuação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) nas realizações Programa de Desenvolvimento da Produção (PDP).

No ano de 2009 houve a instalação de duas novas câmaras setoriais, a da Soja, que busca a discussão e reformulação do crédito, e a da Silvicultura que pede atenção à legislação ambiental e florestal (já que o setor é diretamente atingido) e a criação da Cédula do Produtor Florestal, juntamente com a apresentação de soluções tributárias e de logística na região Centro-Oeste do País. No mesmo ano, houve a alteração nominal da Câmara Temática de Logística para Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação, transformando-a num potente fórum de discussões acerca da Irrigação brasileira buscando a criação do Plano Nacional Integrado de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. Dentre as ações realizadas neste ano, destaca-se a solução estrutural de cada cadeia produtiva, já que estas dependem de ações do MAPA.

O desafio de 2010 era dar segmento às agendas estratégicas incentivando a criação nos Estados, de câmaras setoriais integrando-se nas discussões nacionais. O objetivo é construir uma rede de informações entre as câmaras, envolvendo as Superintendências Federais de Agricultura (SFA's) e as Secretarias de Agricultura nos estados.

## 2.4 PRONAF como Meio de Efetivação de Políticas Públicas no Brasil Rural

Criado em 1995 através da Resolução nº 2.191 de 1995, e instituído em 1996 pelo Decreto nº 1.946 de 1996, o PRONAF de acordo com o artigo 1º busca “[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda”, visando estabelecer ações diversas para garantir recursos às atividades produtivas do segmento da agricultura familiar no Brasil.

O programa surgiu baseado em duas motivações principais. A primeira diz respeito ao plano político e a segunda, relativa ao plano econômico no que diz respeito aos diversos estudos que apontavam a proporção da agricultura familiar e sua participação no território nacional, de maneira que jamais poderia ser negligenciada como se fosse uma categoria irrisória.

Antes da criação do PRONAF, com a promulgação da nova Constituição Federal (1988) houve uma redemocratização nacional, onde os movimentos sociais organizados ganharam força e passaram a exercer um papel mais ativo na política e no acesso a atenção Estatal. Os setores uniram-se para se fortalecer e exigir a garantia e a efetivação dos novos direitos abarcados pela Constituição e o meio rural não poderia ser diferente, foi então que os sindicatos e os movimentos sociais começaram a lutar a favor de mais visibilidade do segmento, principalmente os agricultores familiares, que unidos, passaram a ser vistos como agentes produtivos e demandantes de políticas públicas, em busca de apoio, crédito, infraestrutura, assistência técnica, educação no campo entre outras reivindicações.

Os relatórios de pesquisa do INCRA/FAO (2001) apontavam que a agricultura familiar deveria e poderia ser um meio para reduzir a pobreza e as desigualdades no país, mesmo com sua heterogeneidade, bastando estar estruturada e munida dos meios necessários, até porque automaticamente trariam bons resultados para a economia do país.

O PRONAF propõe suas ações através de três linhas: PRONAF Crédito, a principal em termos de recursos, somando mais de 90% do total dos recursos de 2004 (FARIA SILVA *et. al.*, 2006), o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais a partir de 2003 e o PRONAF Capacitação, linha que perdeu gradativamente sua

importância. O Programa foi alterado e aperfeiçoado diversas vezes em busca de maior capacidade operacional. A principal linha é a de crédito, especialmente do crédito individual para atividades de produção agrícola familiar.

A Resolução nº 2.310 de 1996 estabeleceu critérios para definir o público alvo do programa, na verdade, desde a criação, diversas alterações marcaram as linhas institucionais do PRONAF, propiciando mais abrangência em relação ao público beneficiário, redefinindo tipologias dos agricultores, taxas de juros e encargos financeiros, criando entre outras ações, linhas especiais de crédito.

Os estudos da FAO/INCRA basearam as principais mudanças no Programa, e geraram a opção de segmentar em diferentes grupos os agricultores beneficiários. Por sua vez, a Resolução nº 2.629 de 1999 definiu os agricultores familiares em quatro grupos distintos principalmente baseados na renda bruta anual. Para Schneider (2003, p.6), a adequação proporcionou o atendimento das regras de financiamento melhor à “[...] realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates (descontos) visam auxiliar mais as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas”.

Dentre os processos de reestruturação do Programa, uma mudança importante é obrigação da emissão da Declaração de Aptidão do Produtor (DAP), que visa reduzir a burocracia existente. O INCRA deve emitir as DAP`s no caso de assentados da reforma agrária. Os demais agricultores familiares podem emití-la através dos sindicatos dos trabalhadores rurais e, também, de entidades de assistência técnica. Assim, o PRONAF avançou para incorporar, gradativamente atores diversos e cenários socioeconômicos distintos que compreendem a agricultura familiar brasileira. Desta forma, novos grupos surgiram facilitando o enquadramento do público beneficiário criando linhas de financiamento especial para mulheres, jovens, cooperativas, agroindústrias entre outras.

As fontes de recursos para o PRONAF apontadas pelo governo federal são: o Orçamento Geral da União (OGU), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bancos cooperativos e os Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO). Tais recursos são reservados pelo Tesouro Nacional, por meio do financiamento e equalização de Juros para a agricultura familiar do OGU, são recursos que servem tanto para o financiamento direto dos beneficiários como para a equalização dos juros nos financiamentos do FAT. Por exemplo, entre as safras de 2000/2001 e 2006/2007, realizaram-se 9.361.039 contratos com uma soma de recursos superior a R\$33

bilhões de reais. Apenas na safra de 2006/2007, o valor médio dos contratos foi de R\$ 4.892,65.

O Sul do país continua com porcentagem maior em relação às demais regiões, no quesito concentração regional do Programa. Entretanto, sua participação caiu de 50,7% para 39% entre 2002 e 2006. No mesmo período o Nordeste cresceu de 16,5% para 25%. Já em relação ao número de contratos, também de 2002 para 2006, a região Sul, caiu de 48% para 33% em 2006, ao contrário do Nordeste, que cresceu de 31,58% para 42,28%, firmando-se na safra 2005/2006 como a região que mais realizou contratos de crédito do PRONAF. O Centro-Oeste permaneceu com os mesmos números da safra de 2000/2001 enquanto as regiões do Norte e Sudeste alcançaram aumento significativo no programa, ainda que vagarosamente.

Assunção & Chein (2007), relatam que o mercado de crédito forma um emaranhado de práticas formais e/ou informais que servem para facilitar o financiamento de determinada atividade do agricultor familiar. Enquanto servem para auxiliar, por ser provido de informações assimétricas e de sistemas burocráticos intensos, o mercado de créditos é marcado por imperfeições e dinâmicas carentes, o que gera inúmeras restrições na oferta de crédito e faz com que os agentes financeiros exijam mais garantias em troca das operações e em prol de suas taxas de rebate. Automaticamente, este tipo de atitude dos bancos ou das entidades de crédito, faz com que os fundos migrem para regiões com maior poder econômico, em busca de capital financeiro garantido para suprir suas linhas de empréstimos ativas neste tipo de ambiente favorável, fazendo com que as regiões com dificuldades econômicas, permaneçam nessas condições com baixos investimentos financeiros.

Amado (1998) aponta que as atividades bancárias tendem a se concentrarem em regiões/localidades que possuem dinamismo nas atividades econômicas, pois assim, até o ambiente regulatório é mais favorável às suas atividades financeiras. O autor identificou também dois aspectos determinantes na decisão locacional das atividades financeiras, onde de um lado estão os elementos que influem na concentração ou dispersão espacial, e de outro, fatores próprios da localidade que transformam-se em atratividade. Na mesma linha de raciocínio, defende que em áreas de dinâmica econômica menor, o ambiente reveste-se de mais incertezas e tendem a perder liquidez para áreas mais dinâmicas. Tal situação ocorre com a oscilação da balança comercial ou por motivos financeiros. No entanto, as áreas

com desenvolvimento econômico lento ou baixo, enfrentam tal dilema na busca desse dinamismo esperado pelas entidades financeiras.

Como consequência lógica da distribuição desigual de crédito, houve o crescimento díspares, pois o investimento se convergiu em renda nos Estados, de forma que a distribuição igualitária desse crédito representa medida eficaz para o crescimento mais rápido dos estados brasileiros. Salienta-se também, que setores como o imobiliário e o agroindustrial, mesmo tendo a gama de financiamentos regulados por lei, não contribuíram para o crescimento econômico de determinadas regiões. Observa-se que, os bancos ainda têm dificuldades em tratar com os públicos demandantes de linhas de crédito e o poder público não atua de maneira igualitária nem fornece estrutura para a capacitação do público demandante (BIDERMAN et al., 2007).

Neste contexto, o microcrédito, apresenta-se como a modalidade de financiamento em condições especiais, objetivando dar acesso a linhas de crédito para pequenos investidores. Entre suas principais características está sua concessão que deve ser assistida e orientada, a desnecessidade de garantias reais, a adequação ao ciclo do negócio e produzir ação econômica de forte impacto social (BITTENCOURT, 2003, p.11). Aos poucos o microcrédito ganha espaço nos debates atuais de programas de desenvolvimento em diversos países e várias experiências em todo o mundo. Contribuíram para o fortalecimento deste tipo de programa. Na América Latina, por exemplo, o primeiro projeto, o Projeto Uno, de Recife – PE surgiu no ano de 1973, auxiliado por uma entidade privada internacional sem fins lucrativos. Contudo, alguns programas de microcrédito são fomentados por bancos públicos, como o programa Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Observa-se, portanto, que o PRONAF e sua institucionalização em todo território nacional inovou com a disseminação do microcrédito no país (BITTENCOURT, 2003). Para Rangel *et al.* (2007) sua relevância está em atenuar a desigualdade de condições no acesso ao crédito, transformando-se num fator responsável pelo crescimento econômico.

Abramovay; Veiga (1999) analisaram as principais linhas do Programa, o PRONAF Infraestrutura e PRONAF Crédito e concluíram que apesar dos limites, ambos contribuem positivamente para um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento rural e necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito. Para os autores a institucionalização de uma relação entre o sistema

bancário e a agricultura familiar, acarreta em uma “dimensão pública” inédita no país, mostrando-se como principal característica do Programa em seus pontos de vista.

Outros estudos surgiram para analisar os impactos econômicos e sociais do PRONAF e capturar sua relevância no desenvolvimento econômico e na distribuição de renda do Brasil, sobretudo na análise de sua linha de crédito para os agricultores familiares. Magalhães *et al.* (2005), apontam que nos primeiros anos do Programa, houve um impacto irrisório do programa na produtividade nacional. No mesmo sentido, Feijó (2001) também analisou os impactos do PRONAF no crescimento da produtividade, e concluiu que foram mínimos.

Gazolla & Schneider (2005) observaram que o PRONAF, visto pelo fortalecimento da produção ao autoconsumo e da segurança alimentar, de um lado estimula o padrão produtivista tradicional na região em que se inserem os agricultores na dinâmica dos grãos e das commodities agrícolas e de outro, estimula atividades produtivas alternativas a este padrão de desenvolvimento, principalmente no que se refere a segurança alimentar. Dentre as atividades que se sobressaem pelo financiamento, apontam-se a bovinocultura de leite, a fruticultura, a introdução de tecnologias e o melhoramento da infraestrutura para a produção de alimentos, entre outros.

Assunção & Chein (2007), analisando a evolução do PRONAF juntamente com suas variáveis socioeconômicas anos 2000 e 2004, encontraram uma correlação significativamente positiva entre o crédito financiado e a renda média *per capita*. O mesmo ocorre entre a média de anos de estudo e o número de agências bancárias por mil habitantes, existindo forte correlação positiva entre o total financiado e os indicadores associados a um maior nível de desenvolvimento. Mattei (2006) a tratar do mesmo assunto, propôs a análise dos indicadores de impactos do Programa nos 100 municípios que até 2004 obtiveram o maior volume de créditos do PRONAF em todo o território nacional, utilizando o volume de créditos do Programa como variável explicativa para cada variável dependente nos municípios escolhidos. Assim, concluiu, sobre o PIB local e setorial, que o PIB agropecuário teve um aumento significativo em tais municípios, ocasionando um movimento positivo nos demais setores econômicos.

Guanzioli (2007), ao estudar os anos iniciais do PRONAF, afirmou que durante os primeiros 10 anos, o programa causou impacto positivo na agricultura

familiar brasileira. Contudo, apontou entraves para o desempenho positivo do Programa, como a inexistência ou baixa qualidade da assistência técnica, a dificuldade no gerenciamento dos recursos do crédito, a falta de visão sistêmica dos técnicos que permita a indução de processos inovadores na atividade agrícola e por último, a não integração dos mercados.

Desta forma, pode-se afirmar que neste primeiro momento, as políticas públicas de incentivo aos agricultores familiares, não só são importantes como necessárias ao crescimento econômico e social do país, visto serem impactantes no desempenho dos municípios em geral. Para tanto, será necessária a unificação entre as fronteiras e será fundamental a análise correta da conjuntura agrícola para entender o desenvolvimento agrário do país, de maneira que a construção de estratégias de desenvolvimento rural sejam comunadas com a sustentabilidade do campo e das cidades. Sob tal estratégia, um conjunto de iniciativas propriamente locais faz-se imprescindível para o desenvolvimento do país como um todo.

O desenvolvimento rural é campo de produção do conhecimento e submissão à arquiteturas analíticas inspiradas por tradições teóricas divergentes. Também é campo imprevisível para a estruturação do mundo rural e bastante complexo, onde a recente discussão que agrega sistemas alimentares, desenvolvimento agrário e a “efervescente biopolítica das agrobiotecnologias” (Goodman, 2001, p.183). Ela também revoluciona lentamente a própria herança da modernidade, cuja diferenciação entre sociedade e natureza vai sendo destruída gradualmente. Tais limites, se somados aos estruturalmente existentes e de origem remota, tornam as mudanças complexas, não só quanto à sua racionalidade, mas também quanto à operacionalidade. Também, a nova ordem internacional se faz presente ao dirimir os limites entre sociedade e natureza, e o acirramento concorrencial derivado da globalização significando uma gradual diminuição das diferenças conjuntamente à abertura comercial.

Corroborando ao tema, a falta de integração econômica, mantém distante os padrões de institucionalidades satisfatórios, que Martins (1994) intitulou de o poder do atraso. Também a heterogeneidade da agricultura brasileira é uma das diferenciações exacerbadas na atualidade, pois ao mesmo tempo em que diversas regiões sofreram intensificação econômica e forte inovação tecnológica, algumas partes rurais do país parecem ter “parado no tempo” e as regiões relativamente isoladas, ainda são muito diferenciadas entre si sob vários aspectos. Em outras

palavras, a diversidade demonstra ser o primeiro limite para uma estratégia de desenvolvimento rural, já que exige iniciativas institucionais distintas. Contudo, o foco da busca de um desenvolvimento rural, recentemente mudou, e agora busca alcançar um desenvolvimento rural sustentável. Quer dizer que, mesmo havendo divergências entre os próprios doutrinadores, não poderá existir estratégias de desenvolvimento rural sem que seja pautada em bases contundentes que beneficiem o meio ambiente e o manejo de recursos naturais.

Desta forma, para que a capacidade produtiva do Brasil, seja provida de nova orientação ambiental, é necessário o implemento de diretrizes fundadas em sistemas de manejo do solo, pautadas em aprimoramentos de distribuição dos recursos naturais, baseando-se inclusive em exemplos que já deram certo, pois conforme Navarro (1999), no Paraná com o Projeto “Paraná Rural” e em Santa Catarina, com o Projeto “Microbracias”, uma nova realidade socioambiental apresenta-se ao uso da terra, produzindo cenários potencialmente promissores de desenvolvimento rural. Tais exemplos ensejam lições relevantes à construção de um conjunto de ações transformadoras do (e para o) mundo rural brasileiro.

Contudo, o desenvolvimento rural brasileiro ainda é carente de estudos, implementos, atenção e incentivos, de modo que o processo de mudanças apesar de múltiplo, interdependente, cumulativo e diversificado ainda é lento e gradativo. Portanto, ao buscar a ampliação do debate (travado principalmente em função dos preconceitos pautados em âncoras ideológicas), acerca do desenvolvimento rural do país, o maior desafio atual é a concretização de novas políticas públicas que sejam eficazes e que realmente instituem a emancipação social e rural, principalmente renovando as esperanças dos agricultores do campo, e fortalecendo o trabalho da família que cultiva para viver e vive para cultivar.



### 3 METODOLOGIA

---

"[...] o método orienta de início a delimitação do que seria o "temário" da geografia. É ele também que dirige o equacionamento dos problemas próprios de tal temário, pautando a ordenação de sua discussão. Além disso, a opção metodológica que delinea aquilo que será "o pensamento geográfico" vinculado a concepção em construção, dando também os elementos para sua leitura". (MORAES; COSTA, 1984, p.26).

Este capítulo enfoca os aspectos referentes à metodologia utilizada para realização da pesquisa, a qual está estruturada em quatro etapas principais. A primeira se constituiu na organização da matriz teórico-metodológica. A segunda se refere à coleta de dados secundários, a terceira a coleta de dados primários a campo e a quarta demonstra a análise e interpretação dos dados.

Metodologicamente a pesquisa foi estruturada em diferentes etapas (Figura 1). Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico, procurando se estabelecer o referencial teórico do trabalho, através de bibliografias específicas sobre a temática em questão. Nesse sentido, a organização da matriz teórico-metodológica, apresenta o marco conceitual, delimitado pelos conceitos norteadores. Esse resgate foi fundamental, pois através dele, se aprofundaram os conceitos e abordagens da temática investigativa. Com esse propósito e subsidiada por diversos autores é que se estabeleceu a estrutura teórica através de conceitos que enfatizam a agricultura familiar como agente estruturador e transformador do espaço geográfico, de modo a (re)configurar este espaço de acordo com interesses governamentais/estaduais/locais. Neste sentido, aborda-se também temas fundamentais como políticas públicas na agricultura familiar, desenvolvimento local e as agroindústrias como propulsoras deste desenvolvimento no meio rural. Também se fez uma releitura da estrutura produtiva de São João do Polêsine, considerando a sua matriz produtiva tradicional e as novas alternativas que visam a dinamizar o seu espaço rural, com ênfase para a bananicultura.

No que diz respeito ao método o caminho trilhado para alcançar os objetivos propostos no trabalho, se apoiou no método dialético. A decisão em se trabalhar com este método se justifica pelo entendimento da realidade como um processo em

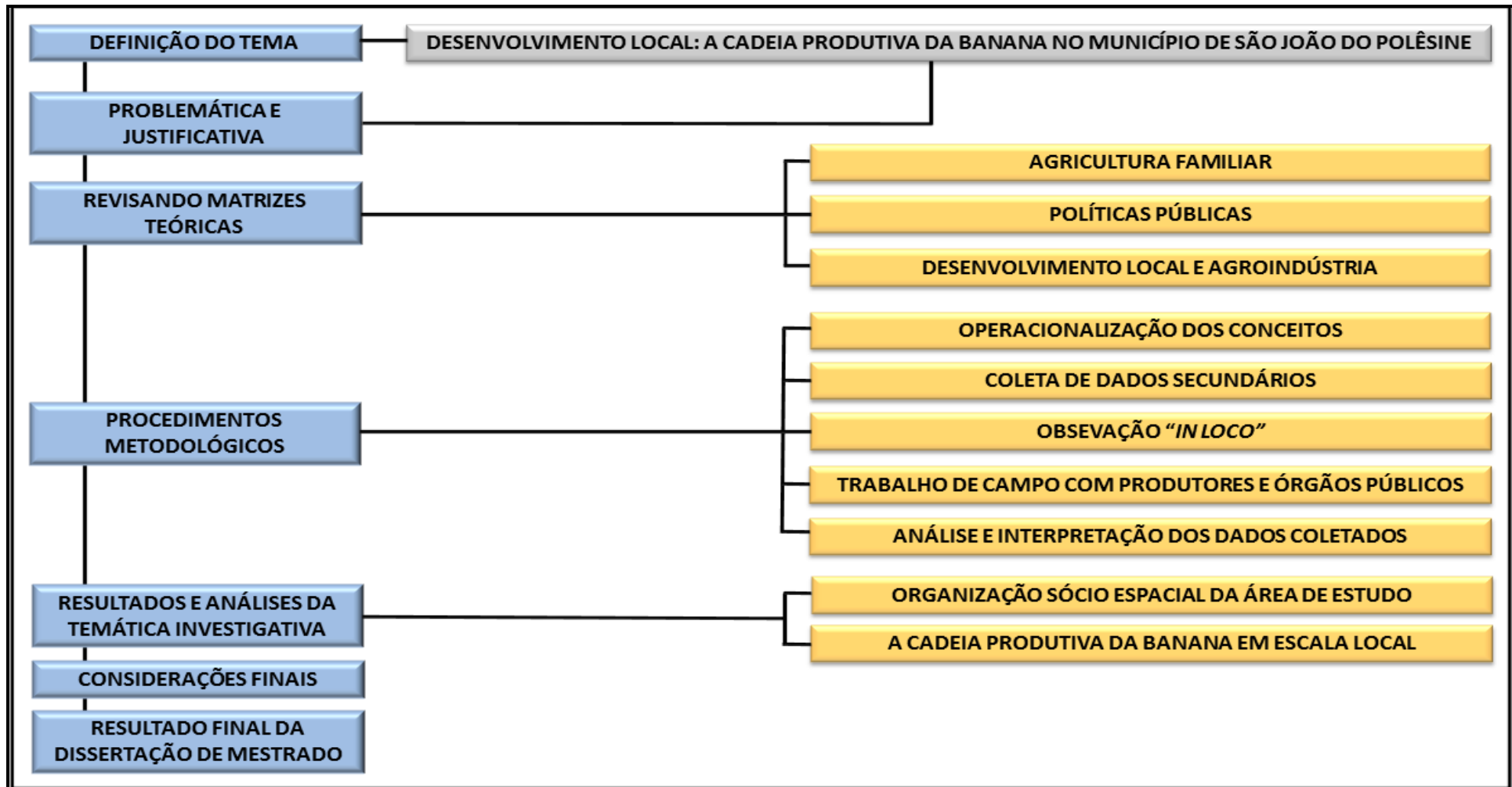


Figura 1: Fluxograma de representação das etapas da pesquisa.  
 Fonte: Trabalho de campo, 2012.  
 Org: ROSSO. B. D., 2012.

permanente transformação e que se insere em um ambiente de oposições, de contradições e de mudanças. Nessa perspectiva o meio rural sendo um espaço constante de transformações, também é passível de análise perante seus atores dialéticos que (re)configuram este recorte espacial. Assim, em uma análise mais concreta considera-se os diversos atores que alteram constantemente as unidades territoriais envolvidas na pesquisa.

Cabe salientar, que distintos atores dialéticos imprimem transformações constantes, ou seja, o espaço geográfico é dinâmico e, portanto, está em constante reorganização espacial. Dessa forma, no método dialético como relata Sposito (2004), o sujeito se constrói e se transforma *vis-a-vis* o objeto e vice-versa. Assim, tem-se a antítese e as tese em constantes contradições e movimento. Geralmente os trabalhos que se utilizam desse método se caracterizam por serem mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado.

Considerando este raciocínio destaca-se que “[...] na dialética os pesquisadores confrontam opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradição; e tentam [...] elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo.” (LEFÉBVRE 1983, p. 171).

Este caminho metodológico foi resgatado para a geografia na vertente marxista como afirma Moraes; Costa (1984), pois a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo e só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais e sua inserção no movimento propicia seu entendimento.

Metodologicamente, o estudo teve como base as pequenas propriedades familiares que desenvolvem o cultivo da banana, além de consultas junto aos programas que subsidiam e financiam tal atividade, como o Programa de Desenvolvimento da Quarta Colônia (PRODESSUS), o Programa de desenvolvimento da fruticultura (PROFRUTA) e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), sendo que tais subsídios serão relevantes para o entendimento da reorganização do espaço econômico do município.

Definidas as matrizes teóricas, a segunda etapa, consistiu em levantamentos de fontes secundárias, tais como: dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados estatísticos da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Paralelamente, buscou-se através de entrevistas a órgãos ligados

à questão agrária da MRG em análise, como Secretárias da Agricultura, Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Programas de Desenvolvimento da área em estudo, a fim de se obter subsídios que buscassem auxiliar na temática em questão.

A terceira etapa esteve relacionada ao trabalho de campo, com intuito de observar *in loco* a problemática em questão. Desta forma, visitou-se o município e alguns setores da MRG de Restinga Seca com o intuito de realizar entrevistas formais e informais as quais estavam baseadas em um questionário, instrumento de pesquisa, estruturado através de questões específicas sobre a temática investigativa. As entrevistas foram direcionadas para dois tipos de informantes. A Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de São João do Polêsine (Apêndice A) e para 13 produtores rurais que desenvolvem o cultivo da banana (Apêndice B). Procurando viabilizar a pesquisa em campo destaca-se que não foi necessário se utilizar do processo de amostragem, pois o número de produtores que se dedicavam a esta atividade ainda é restrito, ou seja, os agricultores entrevistados são os que produzem a banana no recorte espacial em estudo.

No questionário destinado aos produtores estão contidas questões que permitem adquirir conhecimentos *à priori* do assunto. Com esse propósito perguntou-se os agricultores sobre questões relacionadas às suas experiências no ramo da fruticultura e derivados, indagando-os há quanto tempo estão praticando essa atividade, se a mesma tem um retorno financeiro viável bem como, verificar *in loco* como são realizadas as práticas de plantio e manutenção das plantações e o destino das mesmas, ou seja, analisar toda cadeia produtiva da banana. Paralelamente teve-se a preocupação de se realizar apontamentos de informações que embora relevantes, não constavam no questionário, mas que foram fundamentais para análise e interpretação da temática investigativa.

Todas as questões referidas foram essenciais para construção da pesquisa. A última etapa se refere a discussão, interpretação e análise dos resultados culminando com a redação final da dissertação.

## **4 AS DIFERENTES ESCALAS DE PRODUÇÃO DA BANANA**

A discussão sobre a importância da agricultura familiar no Brasil ganhou destaque a partir do censo agropecuário brasileiro de 2006, o qual aborda uma análise econômica e social demonstrando a importância deste tipo de atividade agrícola no rural brasileiro. Este censo afere principalmente no diagnóstico do consumo familiar do brasileiro, pois segundo ele 87% da comida que é consumida diariamente provem da agricultura familiar. (CENSO AGROPECUARIO, 2006).

Nesta perspectiva o censo traz uma análise completa de todos os cultivos que o Brasil produz e dentre eles está a Banana, tida como lavoura de cultura permanente e que no ramo da fruticultura ganha destaque pela sua grande produção, área cultivada e consumo.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) é um dos principais órgãos brasileiros que realiza estudos sobre esta cadeia produtiva, uma vez que o estado de Santa Catarina é um dos principais produtores qualitativos de banana do país. Dessa maneira, a EPAGRI destaca que a banana constitui o quarto produto alimentar mais produzido no planeta, precedido pelo arroz, trigo e milho e, em muitos países, torna-se a principal fonte de arrecadação e geradora de emprego e renda para uma parte expressiva da população.

No Brasil este quadro não se altera, pois o país é um dos maiores consumidores desta fruta. Segundo dados da FAO, a banana é um produto de forte aceitação e nos últimos anos o consumo nacional de banana alcançou 29,2 kg/habitante/ano, superando todas as outras frutas, exceto a laranja (39,2 kg/habitante/ano). O consumo mundial da fruta está em torno de 9,1 kg/habitante/ano.

Em nível nacional o cultivo de banana é realizado por pequenos, médios e grandes produtores, mas o destaque é para os produtores de pequenas áreas, constituindo-se em uma importante fonte de renda para a Unidade de Produção Agrícola. Constitui-se dessa forma, uma cadeia produtiva de rápido retorno financeiro, pois sua produção se dá semanalmente, diferente de outras produções agrícolas. Também se caracteriza pelo seu potencial produtivo, que pode alcançar até 100 toneladas por hectare/ano e também por seu valor energético/nutricional,

que segundo a FAO representa o papel estratégico na segurança alimentar do mundo.

Os produtores nacionais se diversificam principalmente em seu nível tecnológico de reprodução, pois variam entre produtores altamente tecnificados, em grandes propriedades cuja finalidade é a produção para a exportação e os agricultores que tem em seu manejo técnicas mais rudimentares, mão de obra familiar e mercado local. Ressalta-se que o manejo sustentável está eminente em muitas propriedades, pois o mercado também está exigindo produtos sem insumos químicos.

Já a comercialização nacional varia, pois há a venda direta local/regional, a venda direta para a exportação, a cooperativada e também a venda por atravessadores, no primeiro e último caso é onde a maioria dos pequenos agricultores acabam se inserindo.

A produção de banana no Brasil nos últimos anos vem crescendo, isto se deve principalmente ao forte incentivo que a fruticultura para exportação vem recebendo, pelos subsídios das políticas públicas de crédito para o pequeno e o grande produtor. Também as condições edáficas do Brasil, são condições satisfatórias para esta cultura. Paralelamente, o mercado nacional e internacional se abre para este produto (Gráfico 1).

Segundo dados da EPAGRI (2011) há 30 anos, o Brasil cultivava 353,6 mil hectares de banana sendo a maior área cultivada do mundo naquela época. Se destacava como o primeiro produtor mundial de bananas com 4,52 milhões de toneladas. Atualmente, entre os cinco maiores produtores de banana do mundo, o Brasil é o quinto colocado, com uma produção anual de 7,19 milhões de toneladas. É superado por Índia (26,21 milhões de toneladas), Filipinas (9,01 milhões de toneladas), China (8,20 milhões de toneladas) e Equador (7,03 milhões de toneladas).

A produção mundial teve um acréscimo principalmente em produtividade por hectare, e também pela qualidade do produto, principal característica do mercado mundial, já o Brasil não manteve sua constante em produção.

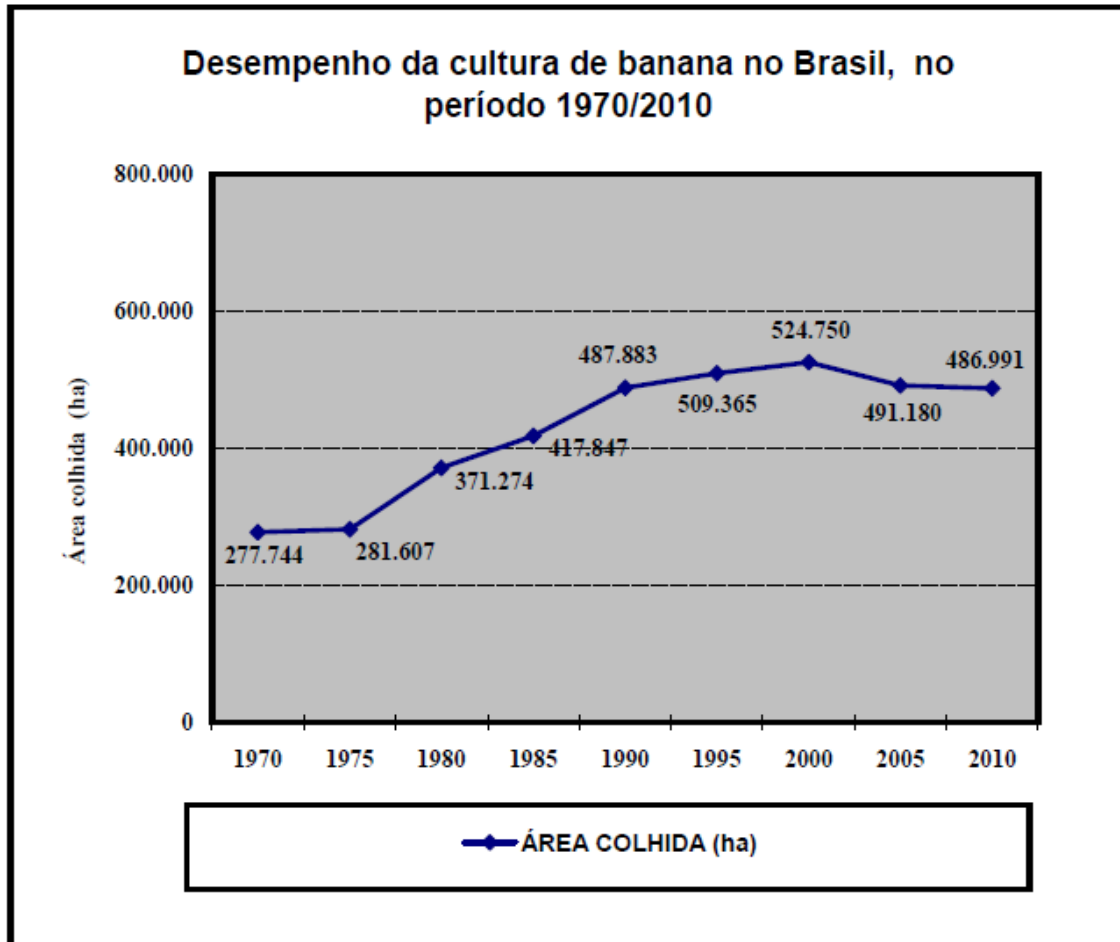


Gráfico 1: Desempenho da Produção de banana no Brasil no período de 1970-2010.  
Fonte: EPAGRI (2011).

Conforme o gráfico 1, percebe-se que em alguns anos (2000-2010) a produção não teve um aumento constante, isso deve-se ao fato de que a bananeira é uma planta muito suscetível as condições climáticas, principalmente ao frio extremo e também as doenças que afetam a planta. No ano de 2006 e 2008 a produtividade teve um decréscimo devido a uma quebra de produção. Ressalta-se também, que o Brasil teve uma decadência expressiva de produção, mesmo com sua área plantada crescendo. Segundo a pesquisadora tal fato é consequência dos baixos investimentos em pesquisas tecnológicas desde o plantio até o pós-colheita, onde é perdida muita produção, principalmente pelo não armazenamento correto do produto.

Em última análise a produção fica comprometida pelo não investimento em mercado e infraestrutura para comercialização e também pela não promoção do produto em nível mundial. Fioravanço (1998) associa o baixo rendimento médio da

banana no Brasil, entre outros fatores, ao caráter minifundista das propriedades onde a cultura é desenvolvida, cujos elementos mais caracterizadores são o emprego de mão de obra familiar, o reduzido capital disponível para investimentos e o deficiente grau de utilização das tecnologias de produção e manejo pós-colheita.

Ainda em relação ao mercado mundial e nacional, este opera em diversos níveis de comercialização em escala local, regional, nacional, exportação e importação. Cada um com suas peculiaridades, mas em certos níveis de comercialização tem-se a ação direta de empresas multinacionais que detêm o monopólio da produção e dos preços, acarretando em menores lucros aos produtores.

Almeida (1995) enfatiza que a participação nacional no comércio mundial é incerta, pois o setor não se aparelhou para exportar, vende principalmente para a Argentina e o Uruguai, e em nível doméstico os consumidores nunca foram exigentes quanto à qualidade. De certa forma, os principais condicionantes da pequena inserção brasileira no mercado internacional de frutas frescas se configura pela baixa qualidade do produto nacional, a precariedade das estruturas de produção e comercialização predominantes no país, a deficiência dos mecanismos de regulação do mercado interno, os efeitos das políticas de juros e câmbio sobre os preços e a falta de uma política nacional para a fruticultura de mesa.

Em relação à configuração das propriedades que produzem banana no Brasil o quadro 1, demonstra a forte influência da agricultura familiar. A produção de banana se concentra em áreas de 0 a 1 ha e de 2 a 5 ha, geralmente em municípios de pequeno porte e com sua matriz produtiva alicerçada no meio rural. Também pode ser verificado que na classe de 0 a 1 ha, o Brasil tem 46.181 propriedades contrastando com o quadro 2, em que na classe de 100 a 200 ha o país tem apenas 83 propriedades.

<b>Brasil - Número de Estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12 Ano=2006</b>		
Produtores de Banana	Maior de 0 a menos de 1ha	46181
Produtores de Banana	De 100 a menos de 200 ha	83

Quadro 1: Contraste de número de propriedades de 0 a 1 ha e de 100 a 200 ha.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: ROSSO, B.D. 2012.



Em uma análise completa dos dados apresentados pelo IBGE (2006), o quadro 2 e a Figura 2 demonstram o número de propriedades em relação a área produzida.

<b>Brasil</b>										
<b>Produtos da lavoura permanente = Banana</b>										
<b>Ano = 2006</b>										
<b>Total</b>	<b>Maior de 0 a 1 ha</b>	<b>De 1 a 2 ha</b>	<b>De 2 a 5 ha</b>	<b>De 5 a 10 ha</b>	<b>De 10 a 20 ha</b>	<b>De 20 a 50 ha</b>	<b>De 50 a menos de 100 ha</b>	<b>De 100 a 200 ha</b>	<b>De 200 a 500 ha</b>	<b>De 500 ha e mais</b>
97.531	46.181	16.643	16.543	5.536	2.470	1.217	226	83	19	2

Quadro 2: Total de propriedades no Brasil por área plantada.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

Os dados do censo do IBGE (2006) mostram que a maior parte dos produtores de banana possui área de cultivo inferior a 20 hectares (99%). Embora o censo não indique diretamente, é possível inferir que este universo (abaixo de 20 ha) é essencialmente de agricultores familiares. Estes dados comprovam a tese de que a banana é uma atividade do pequeno e médio agricultor (Gráfico 2).

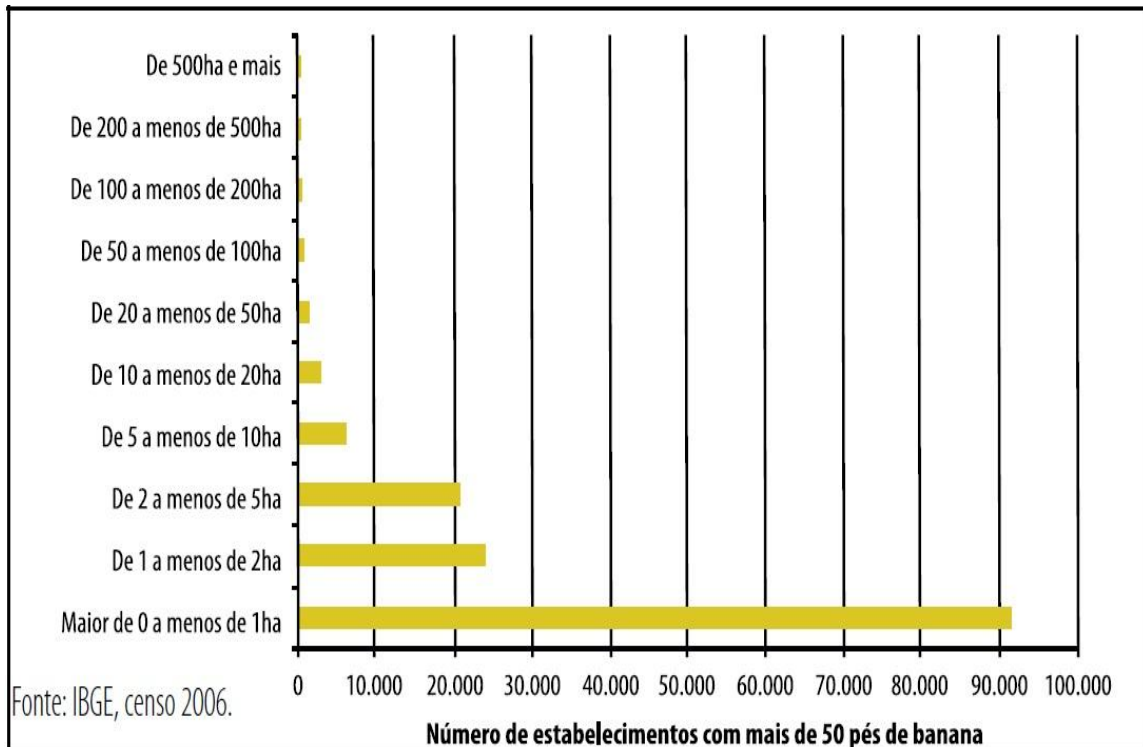


Gráfico 2: Número de estabelecimentos comparado à área plantada.  
Fonte: EPAGRI (2011).

Este comparativo pode ser explicado por ser uma atividade que exige mais tratamentos manuais do que tecnológicos e desta forma em grandes áreas a contratação de mão de obra tem de ser maior, o que por muitas vezes não se torna lucrativo. Outra questão é o incentivo que esta atividade recebe de órgãos extensionistas para a produção em pequenas áreas, principalmente por ser uma atividade complementar para a família.

Conforme a Figura 3, os principais estados produtores de banana se concentram em São Paulo e Bahia. O estado do Rio Grande do Sul aparece em 14º lugar no ranking do IBGE. Entretanto, o mesmo é considerado como promissor na banana. Segundo o CEPAL/SC (1995) a produção na Região Sul vem apresentando crescimento a cada ano, atingindo 39% no período em Santa Catarina, 19% no Paraná e 47% no Rio Grande do Sul. O rendimento médio dos bananais não apresentou alterações substanciais na última década nos três estados sulinos.

Discriminação	(hectare)				
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08 <sup>(1)</sup>	2008/09 <sup>(1)</sup>
Brasil	491.180	504.586	515.346	506.144	511.266
Bahia	70.896	80.798	89.466	91.259	92.439
São Paulo	52.700	53.346	52.379	56.051	56.846
Santa Catarina	31.164	30.672	31.090	30.931	32.379
Minas Gerais	37.670	37.614	36.745	36.372	39.482
Pará	41.833	43.049	44.552	43.213	38.975
Ceará	42.120	42.718	42.910	43.511	44.737
Pernambuco	35.882	38.015	38.919	40.543	42.759
Paraíba	16.077	17.197	16.274	16.976	17.432
Paraná	9.849	9.862	9.900	9.923	9.900
Espírito Santo	20.456	20.277	20.209	20.009	19.561
Goiás	13.238	13.191	13.624	13.706	13.400
Rio de Janeiro	24.077	23.812	23.599	23.392	22.864
Rio Grande do Sul	10.501	11.344	11.545	12.088	12.239
Rio Grande do Norte	6.652	6.580	6.843	5.174	5.304
Maranhão	11.946	11.605	11.578	11.058	10.602
Amazonas	22.456	22.577	21.793	14.321	14.650

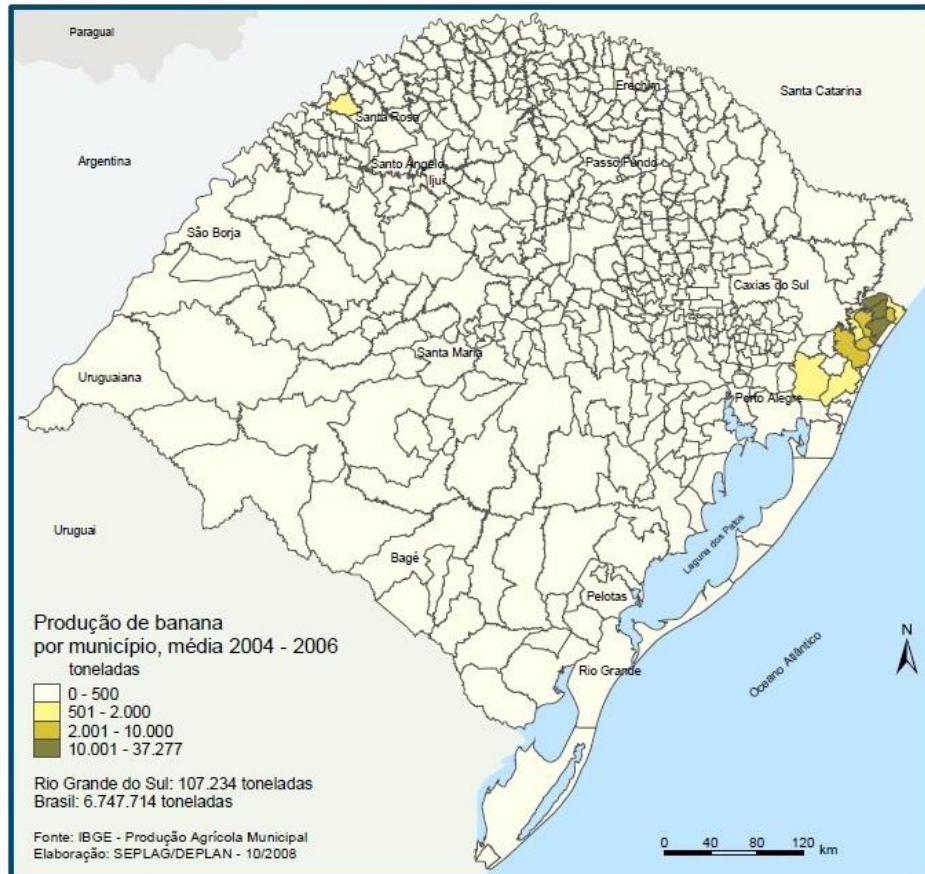
Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2005-2007) e LSPA-maio/2009.  
<sup>(1)</sup> Safras 2007/08 e 2008/09 dados preliminares sujeitos a retificação.

Figura 3: Estados Produtores de banana.

Fonte: Epagri 2011; IBGE, 2010.

O estado do Rio Grande do Sul tem sua produção associada ao quadro brasileiro de produção, com predominância de áreas de pequeno porte. Segundo WIVES (2008) no estado do Rio Grande do Sul o cultivo da banana configura-se como uma das produções de maior expressão comercial principalmente da Microrregião de Osório e na Microrregião do Litoral Norte do estado (Mapa 2).

Ainda segundo WIVES (2008) em relação ao manejo da produção o estado se apresenta em dois grupos de sistemas de produção e cultivo diferenciados, baseados em perspectivas agrícolas distintas, pois um utiliza os preceitos convencionais e outro os de cunho ecológico. A bananicultura, de uma forma não homogênea, ganhou espaço como produto comercial a partir da década de 1950, com a abertura da rodovia BR 101. Até então ela era praticada distante dos mercados consumidores como Porto Alegre, que na época, era abastecida basicamente por São Paulo.



Mapa 2: Média da produção de banana no Rio Grande do Sul.  
Fonte: IBGE, 2010.

Em relação ao grupo de propriedades entre 02 a 05 ha, classe onde se encontra o objeto de estudo desta dissertação, o Rio Grande do Sul afere 50% das áreas em relação ao total de propriedades existente (Quadro 3).

<b>Variável = Número de estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12 (Unidades)</b>	
<b>Produtos da lavoura permanente = Banana</b>	
<b>Condição do produtor = Total</b>	
<b>Grupos de atividade econômica = Lavoura permanente</b>	
<b>Ano = 2006</b>	
<b>Unidade da Federação</b>	
<b>Rio Grande do Sul- Grupo de 2 a 5 ha</b>	<b>1.019</b>
<b>Rio Grande do Sul- Total de propriedades</b>	<b>2.274</b>

Quadro 3: Total de propriedades no Rio Grande do Sul por área plantada de 2 a 5 ha.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

O município de estudo da dissertação, não se configura como um pólo produtor de banana em nível Estadual/Nacional. Mas em relação à produção e mercado local/regional pode-se aferir em uma perspectiva promissora destes fatores. A tabela 1, demonstra a evolução do ano de 2004 a 2011 sobre a produção de banana em todos municípios da MRG de Restinga Seca.

<b>Produção de Banana na Microrregião Geográfica de Restinga Seca/RS (Toneladas)</b>									
<b>Ano</b>	<b>Dona Francisca</b>	<b>Faxinal do Soturno</b>	<b>Formigueiro</b>	<b>Ivora</b>	<b>Nova Palma</b>	<b>Restinga Seca</b>	<b>São João do Polêsine</b>	<b>Silveira Martins</b>	<b>Agudo</b>
<b>2004</b>	0	198	40	0	90	50	420	15	40
<b>2005</b>	0	198	40	0	90	50	420	12	48
<b>2006</b>	0	198	40	0	90	50	345	12	48
<b>2007</b>	0	198	40	0	90	50	300	12	48
<b>2008</b>	0	198	40	0	90	50	300	12	48
<b>2009</b>	0	198	40	0	144	50	300	12	48
<b>2010</b>	0	198	40	0	144	50	300	12	32
<b>2011</b>	0	198	40	0	144	25	240	12	32

Tabela 1: Produção em Toneladas na Microrregião Geográfica de Restinga Seca.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

Percebe-se que em alguns municípios ainda não há produção da fruta. Em uma análise junto aos órgãos municipais, a principal justificativa de deu em relação ao não interesse dos produtores em plantar a banana ocorre devido ao fato de ser uma região onde se aproveita as áreas de encostas para produção da cultura de fumo (Dona Francisca e Ivorá).

Entre os municípios pertencente a MRG destaca-se São João do Polêsine<sup>14</sup>, com uma grande produção em relação aos demais. O município de Agudo teve um relativa queda em produção, isto se deve ao fato de muitas áreas serem abandonadas pela problemática da sucessão familiar. Mesmo problema que outros municípios estão enfrentando.

<sup>14</sup> Este município compõe a área de estudo da referida dissertação, o qual terá uma análise ao longo do trabalho.

No gráfico 3 apresenta-se a porcentagem de produção por município na MRG de Restinga Seca. Percebe-se a participação expressiva dos maiores produtores São João do Polêsine e Faxinal do Soturno. Tal fato se justifica pelo fato desses municípios serem os que receberam maiores investimentos de programas como o PRÓFRUTA RS<sup>15</sup> e o Condesus<sup>16</sup> na Quarta Colônia. Paralelamente, também se destacam por apresentar as melhores áreas de cultivo com microclimas específicos para a produção de banana. A MRG de Restinga Seca destaca-se pela participação direta na comercialização local, regional, estadual e também por receber fortes investimentos de órgãos municipais com ênfase na fruticultura.

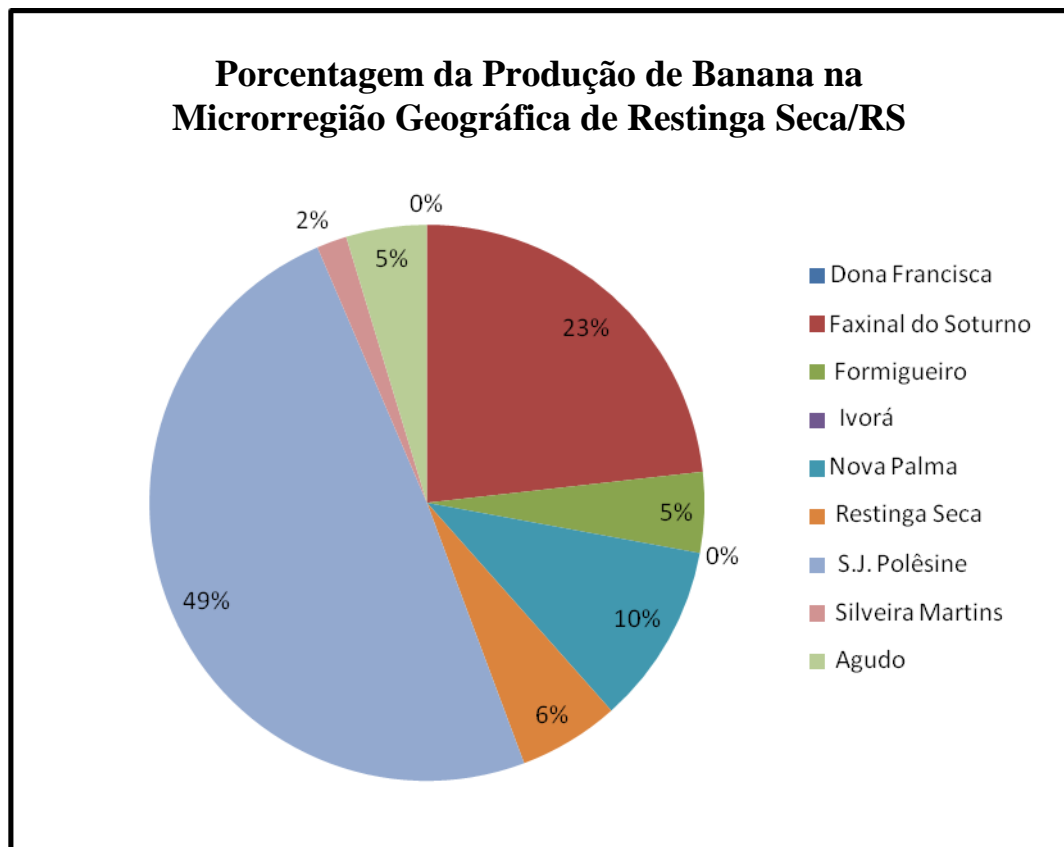


Gráfico 3: Porcentagem da produção na Microrregião Geográfica de Restinga Seca/RS.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

<sup>15</sup> Lançado no ano de 2003 o objetivo geral do Programa Estadual de Fruticultura - PROFRUTA/RS é coordenar as ações das instituições públicas e privadas, objetivando o desenvolvimento de uma fruticultura moderna, sustentável e competitiva (EMATER, RS, 2012).

<sup>16</sup> O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus/Quarta Colônia), é um consórcio de nove municípios que formam uma aliança estratégica em busca do desenvolvimento sustentável da região.

## **5 SÃO JOÃO DO POLÊSINE E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL COM ÊNFASE NA CADEIA PRODUTIVA DA BANANA**

*As questões relacionadas com a terra e a exploração de seus habitantes fazem parte da história da América Latina desde que os primeiros colonizadores aportaram no continente. Estas questões ganharam relevância e ênfases diferenciadas ao longo desta história, influenciando a própria produção teórica sobre os problemas e perspectivas do campo. Diferente de muitas interpretações da sociedade ocidental contemporânea, este desenvolvimento histórico tem mantido o rural, negando sua diluição ou urbanização. Inclusive, a resistência da população rural aos processos de modernização, expropriação e exclusão, tem mantido o meio rural, os seus problemas e suas perspectivas, na agenda política nacional, forçando reflexões e novas interpretações do real (SAUER, 2012, p. 28).*

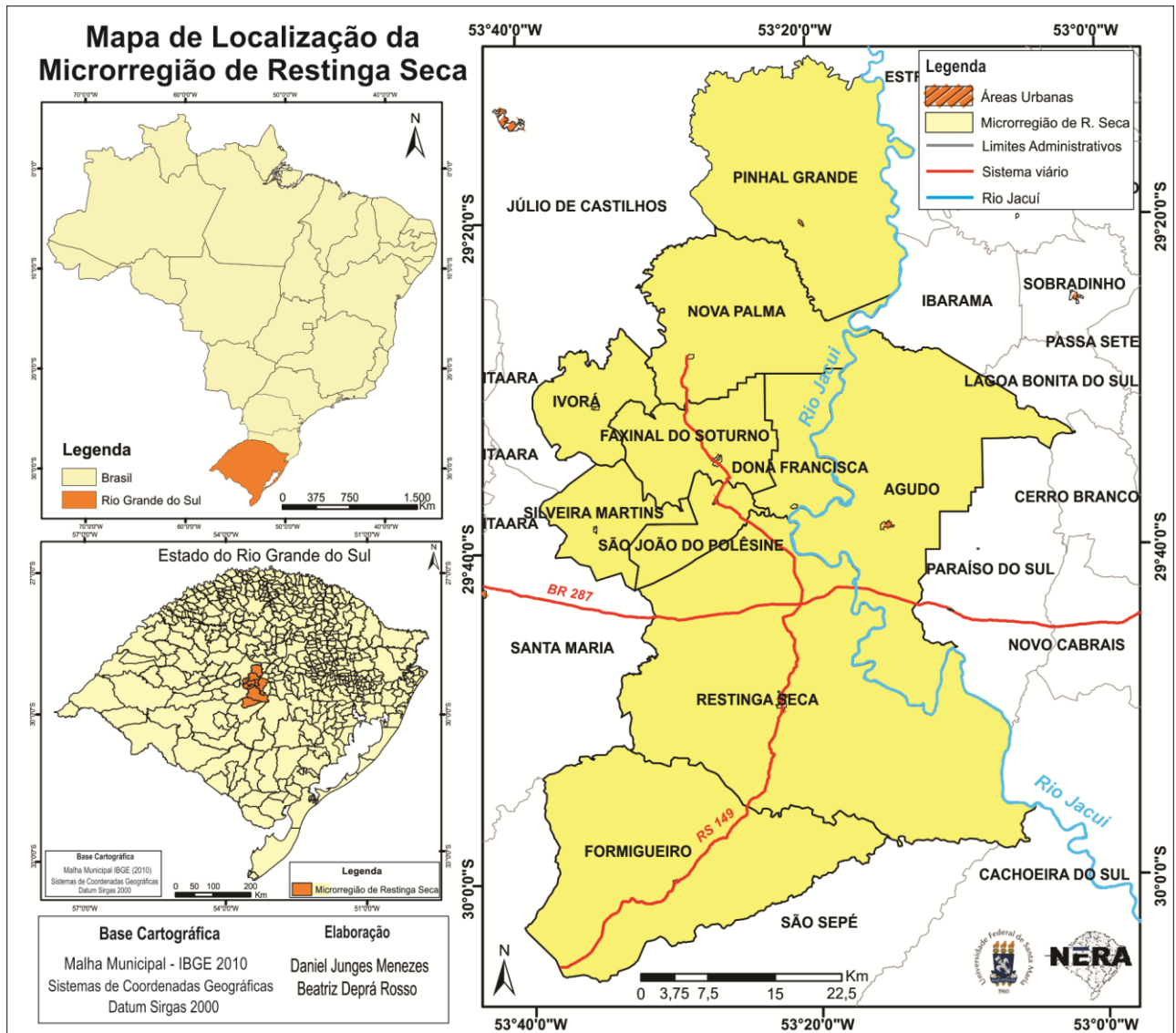
Este capítulo enfatiza o espaço geográfico do município de São João do Polêsine, destacando o espaço produtivo agrícola com ênfase na cadeia produtiva da banana. Resgata a dinâmica do município buscando compreender as bases naturais, culturais, sociais e econômicas a fim de entender a dinâmica que se reconfigura nos aspectos econômicos, sociais e culturais envolventes no principal objeto de estudo da dissertação: a cadeia produtiva da banana.

O município de São João do Polêsine localiza-se na Microrregião Geográfica de Restinga Seca e faz parte da região denominada de Quarta Colônia de Imigração Italiana a qual compreende os municípios de Faxinal do Soturno, Ivorá, Silveira Martins, Pinhal Grande, Nova Palma, Agudo, Restinga Seca e Dona Francisca. O recorte espacial em estudo tem como limites, ao norte e leste, Faxinal do Soturno, ao sul, Dona Francisca e, ao oeste, Silveira Martins (Mapa 3).

Considerando as bases físicas, o município está situado no complexo colonial de Silveira Martins entre as áreas de várzeas do rio Soturno e as encostas da Serra São Martinho (Serra Geral). A ocupação colonial dessa microrregião teve início em Vale Vêneto (1878) e Ribeirão Aquiles (1879). Com o decorrer do tempo, os imigrantes adquiriram as terras baixas com campos e brejos dos portugueses.

Posteriormente, com a divisão da colônia, a microrregião passou para o domínio de Cachoeira do Sul, tendo Dona Francisca como 5º distrito. Em 1959, emancipa-se o município de Faxinal do Soturno que correspondia às áreas de Dona

Francisca, São João do Polêsine, Vale Venêto, Trombudo, Formoso, Novo Treviso, Santos Anjos, Sítio do Melos e Val Veronês. Em 1967, o distrito de Dona Francisca é emancipado. Em 1992, emancipa-se o distrito de São João do Polêsine se tornando município.



Historicamente, as terras que compõem o atual município de São João do Polêsine, eram conhecidas como terras de Manoel Py. Com a chegada dos primeiros imigrantes italianos, o nome foi substituído por Polêsine devido a semelhança dessas terras com as das planícies férteis do vale do Rio Pôm,



localizado ao norte da Itália. Mais tarde, com a colonização estabelecida pelos imigrantes italianos foi escolhido como padroeiro do município São João Batista. Assim, justifica-se o atual nome do município São João do Polêsine (Polêsine.com.br, 2010).

Atualmente o município possui uma população de 2.635 habitantes com uma área de 85,63 Km<sup>2</sup>. No espaço urbano tem-se 1354 habitantes e, no rural, 1281 habitantes (IBGE, 2010) (Tabela 2).

<b>Setor</b>	<b>População (n° hab.)</b>	<b>Porcentagem</b>
Urbano	1354	54%
Rural	1281	46%
Total	2635	100%

Quadro 4: População e densidade demográfica de São João do Polêsine/RS.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: ROSSO, B. D, 2012.

São João do Polêsine integrado a Microrregião Geográfica de Restinga Seca, busca o desenvolvimento através do setor primário, no qual a produção do arroz e, paralelamente, como alternativa para o desenvolvimento local, estimula o turismo através da cultura italiana evidenciada pelos códigos culturais presentes.

A estrutura fundiária de São João do Polêsine se caracteriza pela predominância da pequena e média propriedade rural destacando-se as culturas de arroz, milho, soja e feijão. Salienta-se que, na última década, a fruticultura, principalmente da banana tem sido incentivada no município como uma forma do pequeno agricultor agregar valor a sua propriedade.

O município tem suas origens ligadas à imigração italiana. Entre os códigos culturais destaca-se a religiosidade. Esses imigrantes inseriram-se mediante as oportunidades criadas pelas políticas governamentais que regulamentaram a colonização no Estado. Inicialmente, se estabeleceram em Silveira Martins e, posteriormente, expandiram-se para outras áreas destinadas à colonização, as quais formaram os municípios limítrofes. O nome do município foi uma forma de agradecer ao Padroeiro São João Batista a boa acolhida na terra nova e, manter viva na lembrança a Polêsine das planícies do Rio Pôm situado no norte da Itália (POLÊSINE. COM, 2009).

Com relação à imigração italiana, Brum Neto (2007 p.147) enfatiza que:

[...] a fundação da colônia de Silveira Martins (1889), na porção central da Província, composta por vários núcleos que originaram os atuais sete municípios que a compõe. A partir de Silveira Martins, núcleo inicial, denominado de *Cittá Bianca*, surgiram mais sete povoados: Núcleo do Norte (denominado também Nova Udine e, atualmente, Ivorá), Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Pinhal Grande. Ressalta-se que, esses núcleos de colonização italiana no centro do Rio Grande do Sul, constitui-se, hoje, a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

A localização na parte central do Vale do Jacuí despertou, nos primeiros habitantes, imigrantes vindos do norte da Itália, a vontade de trabalhar a terra cultivando produtos de subsistência e, mais tarde, voltaram-se para a produção de arroz.

A organização espacial do município está vinculada ao fator cultural presente nessa unidade territorial, pois o cultivo do arroz tem relação direta com a cultura italiana, uma vez que a mesma começou a se desenvolver após a chegada dos mesmos, sendo que grande parte da população de São João do Polêsine trabalha na agricultura. A maioria das famílias retira seu sustento da terra, cultivando o arroz desde sua introdução no Município até os dias atuais. Salienta-se que a agricultura familiar, desenvolvida no município ainda utiliza-se de técnicas rudimentares, representado pelo boi e o arado. Nesse sentido:

A prosperidade dos primeiros núcleos coloniais originou as vilas e, depois as cidades, onde o imigrante italiano atuou como agente modelador da paisagem, tornando-a uma forte expressão da sua cultura, tanto na zona rural quanto urbana. (Brum Neto, 2007, p.146).

A agricultura, presente nos municípios de origem italiana, está relacionada diretamente com a terra, um elo muito forte que o imigrante trouxe da Itália juntamente com as práticas agricultáveis. Concordante com Gardelin (2002, p. 148) afirma-se que “[...] a atividade agrícola ocupava grande parte do tempo do imigrante italiano, que já se dedicava a agricultura em seu país de origem. Com o sucesso da colonização, deram continuidade a essa atividade, tendo como principais culturas a vinha, o trigo, o milho e o arroz”.

A emancipação de São João do Polêsine ocorreu em 1992 e teve como fator determinante o empenho da população, que possibilitou através do trabalho na agricultura o crescimento do espaço local, transformando-se então em município. Como toda a cidade italiana, os festejos são identificados através de suas tradições. Dessa forma, em São João do Polêsine, a Festa Regional do Arroz, realizada no terceiro domingo do mês de maio, atrai pessoas de diversas cidades que vêm para degustar os pratos típicos da gastronomia italiana.

A imigração italiana é a principal atração turística resgatada no desfile com carros alegóricos durante a festividade. Os moradores locais demonstram, no desfile, a história do município, os códigos culturais italianos e sua principal atividade agrícola, ou seja, a cultura do arroz. Assim, a cultura orizícola é representada nos carros alegóricos que demonstram dentre outras características as técnicas do plantio do arroz. Mas esta configuração ao longo das duas últimas décadas (1990-2012) foi mudando, dando espaço para que outras demonstrações fossem incorporadas ao desfile. Um desses exemplos é o empenho da EMATER Municipal em explanar a evolução e a importância da fruticultura no município. Desta maneira, alguns carros alegóricos construídos para os últimos desfiles demonstram a temática, destacando a principal fruta produzida no município, ou seja, a banana (Figuras 3, 4, 5 e 6).



Figura 3: Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2009.  
Fonte: EMATER Municipal.  
Org.: ROSSO; B. D, 2012.



Figura 4: Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2009.  
Fonte: EMATER Municipal.  
Org.: ROSSO; B. D, 2012.



Figura 5: Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2005.  
Fonte: EMATER Municipal.  
Org.: ROSSO; B. D. 2012.



Figura 6: Carro alegórico da Festa do Arroz em São João do Polêsine/RS em 2008.  
Fonte: EMATER Municipal.  
Org.: ROSSO; B. D. 2012.

Esta festividade tem origem com a cultura Italiana. Ela é também uma forma de materializá-la, pois a agricultura é uma prática idealizada e referenciada pelos colonos Italianos vindos da Itália, que receberam os primeiros lotes na região, viram nas áreas de várzea e morros uma terra propícia e prospera para o cultivo. Atualmente, a festa não retrata a agricultura de forma separada, mantém uma relação intrínseca com a figura do Italiano. Isto pode ser percebido nos carros alegóricos, nos quais, as pessoas estão vestidas com trajes típicos Italianos.

Dessa forma, os Italianos que se estabeleceram no município tiveram como principal preocupação desenvolver a agricultura. Buscaram, nas atividades agrícolas, o alicerce para o seu desenvolvimento, que permanece até a atualidade.

Neste sentido, percebe-se que o rural ainda exerce grande importância no município em estudo, apesar do setor secundário e o terciário estarem crescendo, embora em menor proporção. O setor primário predomina e é o principal agente transformador do espaço local. No município este setor é representado pela agricultura e pela pecuária de pequeno porte.

A tecnologia também atinge o meio rural, pois o seu avanço e desenvolvimento contribuíram para a melhoria na produção agrícola. A grande demanda de produtos agrícolas permite a inserção do município no mercado regional. A crescente inserção de tecnologias de ponta proporciona o desenvolvimento de vários segmentos produtivos e de cadeias produtivas que envolvem determinadas atividades agrícolas, como no caso do arroz e a soja. Estes

segmentos produtivos reorganizam e reconfiguram o espaço local e regional, mas não por si só, pois existem atividades que nos últimos tempos vem se destacando no espaço local, como é o caso da fruticultura.

Nessa perspectiva, a sociedade precisa ter um novo olhar sobre o meio rural. Ele não deve ser visto como um lugar retrógrado e atrasado, pois o desenvolvimento local/regional, em municípios caracterizados pela forte interdependência entre o urbano e o rural, como os da Quarta Colônia, deve ser entendido como um processo de valorização do potencial cultural, social e natural. Deve-se valorizar o campo, com políticas agrícolas eficientes, além da busca da diversidade das atividades econômicas através da pluriatividade, agregando valor a terra, utilizando de fontes não agrícolas (CADERNO QUARTA COLÔNIA, 2009).

Nesse sentido, este estudo buscou a análise da cadeia produtiva que está ganhando proporção em escala local/regional, a fruticultura, através da banana. A escolha se deu pelo fato da importância que esta atividade assume na agricultura familiar atualmente, como meio de reprodução social e econômico para estes agricultores.

## **6 A CADEIA PRODUTIVA DA BANANA EM SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS**

*"O que falta não é terra e nem vontade, falta quem de continuidade ao trabalho"(Produtor A)*

Este capítulo está estruturado na análise da matriz produtiva da bananicultura no município de São João do Polêsine/RS. Enfatiza-se a cadeia produtiva da banana com ênfase nas relações que se (re)configuram no entorno desta atividade.

Entender a configuração do espaço geográfico requer compreender as relações sociais, culturais e econômicas que se configuram no mesmo, sendo esta uma das consequências do processo do arranjo estrutural do meio rural, espaço de análise desta pesquisa. O espaço-tempo que se desencadeia nestas configurações necessita de uma maior compreensão, pois as mesmas estruturas atuais são resultados deste processo temporal pelo qual perpassa a sociedade.

Assim mediante a materialidade, a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada. (CORRÊA, 2003).

A organização do espaço geográfico se interliga diretamente com o estudo dos espaços locais, enfoque este que a Geografia nas últimas décadas vem majorando na medida em que o estudo da realidade se faz necessário para o entedimento da dialética. A realidade evolui e junto consigo traz uma gama do espaço concreto, as relações, os modos de vida entre outros. Neste sentido entender a evolução histórica e social que permeia determinado espaço geográfico também é entender a (re)organização do mesmo.

Nesse sentido, a história da área em estudo, já referida no capítulo anterior, nos remete a observar a cadeia produtiva da banana, tema central do estudo, como uma parte desta história na medida em que se desenvolveu nas bases do meio rural alicerçada na imigração italiana e na reprodução dos lotes destinados a estes colonos.

Muitos colonos que foram realocados a partir da imigração, tiveram seus lotes destinados em áreas geomorfológicas de encostas do município. Estas áreas inicialmente foram utilizadas como poteiros<sup>17</sup>, plantação de fumo e atividades de subsistência. A imigração italiana destas áreas em estudo trazem elementos ainda vivos na paisagem que estão aliados a agricultura, a religiosidade e a cultura italiana estando presente como forma de demonstrar a produtividade. Exemplo disto é ermida construída em uma das propriedades produtoras de banana. Nela os produtores rezam e agradecem a boa colheita (Figura 5). Segundo uma antiga moradora, agricultora e esposa de um dos primeiros produtores de banana afirma que: “Desde que a ermida foi construída, nunca mais se teve pestes ou tempestades que dizimaram a produção, meu marido sempre que podia ia até agradecer a boa colheita e acabou morrendo ao lado da ermida.” (ENTREVISTADA 01, 2012).



Figura 7: Ermida religiosa em homenagem aos produtores rurais do município.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012

O contexto histórico da produção de banana na área em estudo, segundo relatos dos produtores, começou na década de 50 com dois agricultores, o Senhor Simão Brondani (*in memoriam*) e o Senhor Celeste Bisognim. O primeiro agricultor, na época, plantava cerca de três hectares da fruta da variedade "banana-da-terra", a fruta era comercializada nos municípios vizinhos e com a população local. O meio de

<sup>17</sup> Termo regionalista significando o espaço do meio rural onde ficam os animais como bovinos, equinos e caprinos.

transporte utilizado para a comercialização era a charrete de tração animal, regionalmente denominada de “aranha”. Na fotografia 5 e 6, a representação de uma das últimas exibições do Celeste Bisognim e Simão Brondani em um desfile da tradicional festa do arroz do município.



Figura 8: Agricultor Celeste Bisognim, desfilando na sua charrete “aranha”.  
Fonte: EMATER São João do Polêsine/RS, 2012.  
Org: ROSSO, B.D, 2012.



Figura 9: Agricultor Simão Brondani no tradicional desfile da festa regional do arroz.  
Fonte: EMATER São João do Polêsine/RS, 2012.  
Org: ROSSO, B.D, 2012.

O início da atividade de plantação de banana aconteceu de forma restrita, mas gradativamente a população local passou a consumi-la. A mesma era entregue, pelos produtores, nas residências. Segundo uma moradora da localidade Linha Bom Fim, onde moravam os primeiros produtores, afirma que:

Era bonito vê o seu Celeste descendo o cerro com sua charrete, a gente sabia mais ou menos a hora e esperava na frente de casa, ou se a gente encomendava, ele deixava na porta dos fundos da casa. Na época quem ganhou fama foi a égua dele também que ficou com ele a vida toda. A gente preferia comprar dele, porque sabia da origem da fruta e da qualidade, além do sabor que era diferente.(ENTREVISTADA 02, 2012).



Inicialmente a produção de banana era pequena. A sua continuidade ocorreu por vários anos, até que, segundo dados da EMATER municipal (2012), em 1965 uma doença dizimou a produção de banana que existia e toda a plantação foi destruída. Dessa forma, as áreas foram transformadas em poteiros e neste momento a produção estagnou. Em 1980, este mesmo produtor obteve algumas mudas da banana-prata em Pantano Grande, reiniciando a plantação desta fruta no município.

Em 1995, com orientação do Escritório Municipal da EMATER/RS, foi realizada uma pesquisa de mercado sobre o consumo de frutas e hortaliças na região, com vistas à implantação de uma unidade Central de Abastecimento Estadual (CEASA) em Santa Maria. Através deste levantamento, constatou-se que em São João do Polêsine eram consumidos 273 quilos de bananas por semana (consumo hoje estimado em 400 quilos), o que garantia segurança à comercialização da produção mesmo sem considerar o mercado regional.

Em 1996, técnicos da EMATER/RS e da Secretaria Municipal da Agricultura observaram que nas encostas dos morros do município as geadas não prejudicavam as bananeiras (Anexo A)<sup>18</sup>. De posse dessas informações, confirmaram as expectativas de viabilidade do cultivo de bananeiras no município. Dessa forma, os técnicos da EMATER/RS, com o apoio da Secretaria Municipal da Agricultura, organizaram uma excursão de produtores e possíveis interessados na atividade, à região de Torres/RS. Sendo realizada com a participação de sete produtores de diversas localidades do município, considerando os precursores do cultivo da banana.

No município de Torres/RS foram visitadas diversas propriedades produtoras de banana, que utilizam diferentes níveis de tecnologia. Segundo a EMATER (2012), dos produtores que participaram da excursão, dois decidiram iniciar o plantio em 1997. Já em 1998 e 1999, realizaram-se encontros dos produtores de banana de São João do Polêsine, tendo o primeiro abordado aspectos relativos ao manejo do bananal e, o segundo, o controle ecológico de doenças e pragas,

---

<sup>18</sup> Os mapas que compõem o Anexo C são ilustrativos no aspecto de demonstrar o uso da terra na área em estudo, especializando as áreas de várzea (violeta) que se encontram em maiores proporções e que se destinam ao cultivo do arroz, atividade agrícola mais representativa do município. Outro destaque são as áreas em amarelo, que são atividades agrícolas em geral e que abrangem a bananicultura, principalmente ao redor das áreas de mato (verde). Outro mapa mostra a planialtimetria do município em estudo, fazendo o comparativo com o mapa de uso da terra.

incluindo práticas de campo, contando com a participação de mais de 200 produtores da microrregião.

Cabe ressaltar que a produção orizícola do município ainda tem grande destaque na sua matriz produtiva, mas o desenvolvimento de programas como o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia de Imigração Italiana (PRODESUS)<sup>19</sup> tem estimulado a busca de alternativas econômicas, das quais merece destaque a fruticultura através da banana. A agregação de valor aos novos produtos sempre fez parte do cotidiano do meio rural e impulsiona o desenvolvimento da fruticultura local. Assim, de forma sutil, iniciou-se o que futuramente viria a se tornar base das agroindústrias familiares rurais (AFRs) do município.

Destaca-se que a busca de novas alternativas na agricultura são uma explicação para o novo rumo das bases agrícolas do município atualmente. Segundo Schopf; Bulegon *et al* (2001) o fator da pouca disponibilidade de água<sup>20</sup> e de áreas aptas para a cultura do arroz, aliada às últimas crises ocasionadas pelos baixos preços obtidos pelo produto, gerou certa apreensão no município em relação à atividade orizícola no futuro, pois até então, esta cultura se mostrava com desempenho favorável e com boa remuneração aos produtores, o que já não vinha ocorrendo com as culturas tradicionais da pequena propriedade, como o milho, o feijão e a soja.

Tais circunstâncias estimularam a busca de novas alternativas alterando a atual matriz produtiva do município, principalmente em relação ao cultivo de frutíferas. Assim, a existência de uma topografia íngreme, com áreas de declividade acentuada e impróprias para os cultivos anuais, aliada a ocorrência de microclimas,

---

<sup>19</sup> Segundo Froehlich; Alves (2007, p. 06) “A experiência do PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS) que reuniu em consórcio nove municípios da região central do estado do RS (Silveira Martins, São João do Polêsine, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Dona Francisca, Restinga Seca e Agudo), desenvolveu-se, entre 1996 e 1998. Tal projeto abarcou atividades que envolveram cursos de formação em Educação Ambiental e Patrimonial, o resgate da memória cultural dos imigrantes italianos, técnicas e práticas de diversificação e reconversão produtiva para uma agricultura ‘ecológica’ e ‘sustentável’, e o estímulo à discussão e implementação do turismo rural, cultural e ecológico na região”.

<sup>20</sup> A questão ambiental sempre foi preocupação dos órgãos públicos municipais, principalmente na questão dos recursos hídricos afetados pelas áreas orizícolas que ocupam Áreas de Preservação Permanente (APP) e também havendo a contaminação de agrotóxicos na malha hídrica. Nesse senti há um esforço no sentido de reverter esta situação, embora que haja um contra senso por parte dos agricultores. Por outro lado às atividades ligadas ao ramo da fruticultura, a EMATER municipal, conta com ações voltadas a sustentabilidade. A bananicultura fruto deste estudo tem suas bases na produção orgânica e as áreas geomorfológicas de encostas são preocupações constate pelo fato da degradação do solo e erosão, neste sentido em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria são realizados constantes monitoramentos de solos.

apresentam-se como potencial para a exploração da fruticultura, inclusive de espécies tropicais, como a bananeira.

Paralelamente, a difusão de informações a cerca desta nova inserção agrícola no meio rural tem destaque nas mídias locais e regionais (Anexo B) e em estudos realizados por núcleos de pesquisa nas áreas das ciências agrárias da Universidade Federal de Santa Maria. Estas informações são difundidas ainda na sua fase inicial como algo promissor ao município como alternativa e diversidade na produção, bem como, a inserção de uma produção ecológica viável. Muitos produtores de banana visitados guardam estas reportagens e mostram com orgulho as mesmas (Figura 6).

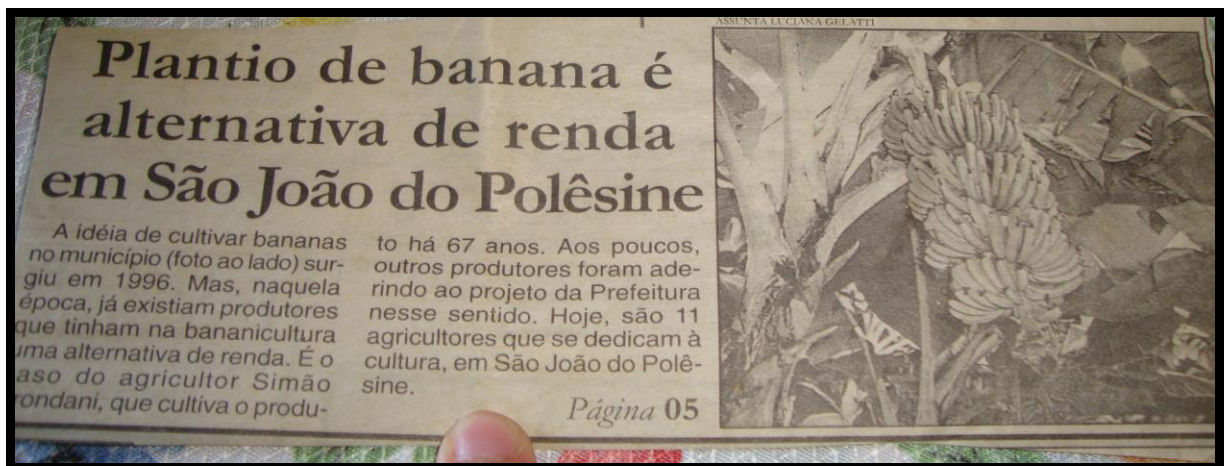


Figura 6: Reportagem no Jornal Regional Cidades do Vale, ano de 1998, sobre o cultivo de banana. Fonte: Trabalho de campo, 2012. Org: ROSSO, B.D, 2012.

Segundo a EMATER, neste mesmo período de reinício do plantio da banana, instalou-se uma unidade de observação, visando avaliar o comportamento das bananeiras com relação a diferentes tipos de adubação orgânica, especialmente através de plantas recuperadoras, com o objetivo de trazer uma tecnologia mais promissora e que pudesse aumentar a produtividades da banana em área plantada.

Em dezembro de 1998 foi implantado na região da Quarta Colônia o Programa de Desenvolvimento Sustentável, que, entre outros projetos, previa o incentivo à fruticultura regional com base ecológica, sendo que deste programa, foi financiada a aquisição de mudas, beneficiando cinco produtores que já se dedicavam à cultura, agregando-se a estes mais quatro produtores iniciantes. A iniciativa permitiu ampliar a área cultivada com bananeiras para nove hectares no

total. O PRODESUS, financiou, também, a construção de um climatizador, destinado a uniformizar a maturação das frutas, com capacidade para receber seis toneladas de produto a cada três dias. A iniciativa beneficiou quatro produtores vizinhos.

Também em 2000 ocorreu uma geada que dizimou novamente os bananais, entretanto em 2002, com insistência dos agricultores teve-se novamente 16,4 ha plantados. Neste ciclo de perdas e plantações, contando com a insistência e apoio dos órgãos públicos, essa trajetória, iniciada em 1996, evoluiu para um quadro atual de treze agricultores, cultivando uma área total de 20 hectares de banana, sendo 70% da variedade prata e 30% caturra.

Atualmente a produção de banana se desenvolve principalmente com as qualidades da banana prata, caturra e tem-se iniciado o plantio da variedade platina. O plantio é realizado de forma manual, bem como a colheita. Já os tratos manuais, como são áreas de encostas, são feitos apenas manualmente com ajuda de foices, enchadas e outros equipamentos braçais e rudimentares.

As mudas, inicialmente adquiridas de Santa Catarina e Torres, são hoje produzidas nas propriedades, onde a adubação orgânica é a principal forma de fertilização dos bananais. A colheita é realizada no ponto de maturação natural, razão pela qual se faz desnecessário o uso do climatizador, efetuando-se a seguir a reparação das pencas ou mãos e o acondicionamento em caixas padrão, de 20 quilos aproximadamente direto para venda.

A produção com base orgânica é a principal característica da produção no município, isto advém de incentivos da EMATER e pelas razões apontadas pelos agricultores de trabalhar com a bananicultura com base ecológica. Segundo entrevista ao produtor 7, o que também foi destacado por outros produtores:

Os tratos culturais das bananas exige menos mão-de-obra e maquinário, embora tenha que ter pessoas trabalhando, mas tem menor esforço por ser uma cultura constante, comparando aos tratos agrícolas das culturas anuais e também tem a possibilidade de efetuar a plantação dos bananais em áreas mais declivosas, que as culturas anuais não dão.

A EMATER aponta que a cultura da banana tem um menor custo pois, possibilita o aproveitamento dos restos culturais, o que, aliado ao uso de adubação

orgânica (verde, esterco), possibilita a recuperação dos solos, já bastante desgastados pelos sucessivos anos de cultivo.

### **6.1 Configuração Atual da Cadeia Produtiva da Banana frente aos Produtores de Banana**

O início da produção de banana representou, para os agricultores envolvidos, uma alternativa compatível com a produção vigente nessas propriedades, representada principalmente pelo milho, feijão e culturas de subsistência<sup>21</sup>, aliadas ao microclima específico da topografia do município.

Ao realizar o trabalho de campo as principais razões apontadas pelos produtores para o cultivo da banana é a vantagem da mesma utilizar pouca mão de obra, bem como poder aliar esta cultura com outras e, também, em caso de baixo retorno econômico da banana, podem se dedicar em atividades fora da propriedade, tendo assim nas propriedades, a pluriatividade e a multifuncionalidade.

No mapa do Anexo C, encontra-se a distribuição das propriedades nas quais foram realizadas o trabalho de campo. São 13 propriedades que se distribuem em diversas localidades do município.

O produtor 2, tem a maior produção de banana no município assinala que esta atividade foi passada de geração para geração. Ela atualmente permite uma estabilidade econômica proveniente do aumento da produção e a certeza de mercado para a fruta, isso resulta na melhoria da qualidade de vida do produtor.

Esta Unidade de Produção Agrícola (UPA) do produtor 2 está aliada diretamente a unidade de processamento de bananas que se encontra em São João do Polêsine, pois ela pertence a família Brondani, na qual o produto *in natura* é comercializado e a agroindústria é propriedade da família, sendo uma das agroindústrias mais expressivas local e regionalmente. Se difere por utilizar práticas ecológicas buscando realizar a sustentabilidade ambiental, que apesar da pequena escala de produção consegue atender as rígidas normas da legislação sanitária.

---

<sup>21</sup> A atividade da bananicultura inicialmente contou com o apoio das atividades já existentes na propriedade bem como a pluriatividade existente de forma mais acentuada inicialmente, até esta nova atividade agrícola ter um retorno econômico.

A referida agroindústria denomina-se Bronadani Indústria e Comércio de Derivados de Banana Ltda, que utiliza o nome popular de “Delícias da Terra” em seus produtos (Figura 11).



Figura 11: Foto da Agroindústria “Delícias da Terra”, localizada na malha urbana do município de São João do Polêsine/RS.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2012.  
Org: ROSSO, B.D, 2012.

A agroindústria Delícias da Terra é uma empresa pioneira na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, especializada em produzir, de forma artesanal, produtos derivados da banana prata, os quais são produtos naturais e orgânicos sem quaisquer conservantes químicos.

A produção é orientada pela proprietária, sendo assessorada pelo seu irmão encarregado do cultivo e manejo dos bananais. A colheita é feita no ponto de maturação natural, sendo usado o climatizador para uniformizar a maturação das frutas. Os excedentes culturais e os resíduos da industrialização recebem destino especial para evitar desperdícios, sendo reaproveitados nas atividades da UPA, reduzindo o aporte de insumos externos na lavoura e na alimentação animal.

O planejamento da produção busca cumprir os contratos pré-estabelecidos com os pontos de venda fixos e a produção é ampliada de acordo com o calendário de feiras, exposições, eventos e datas comemorativas. Além disso, é mantido um estoque de produtos prontos para venda na loja da própria agroindústria e para suprir eventuais picos de demanda.

A agroindústria Delícia da Terra é a única do ramo da fruticultura que é legalizada no município, isso deve-se ao fato de uma maior proporção de investimento e a UPA dedicar-se em sua maior parte ao cultivo de banana, bem como um histórico de produção que advém desde a década de 1950.

A produção de industrializados varia de acordo com os pedidos, sendo consumidos diariamente de 140 a 250 quilos de banana para transformação, onde a matéria-prima é adquirida da produção da UPA da família. O transporte é próprio e o pagamento é mensal ou semanal e em média são três pessoas empregadas na agroindústria.

Mas esta não é uma realidade aplicada a todos os agricultores que se interessam pela transformação da banana *in natura* em embutidos para comercialização legalizada em estabelecimentos. Neste sentido, observa-se as colocações da produtora 3, que além de enfrentar o problema da infraestrutura de acesso na propriedade, que é limitante para comercialização enfrenta o dilema de não poder vender de forma legal seus produtos:

A ideia é aumentar a produção, mas no entanto precisa de infraestrutura adequada para isso. A participação no comércio local de embutidos é muito proveitoso, mas a minha venda é informal pois não se constitui uma agroindústria legalizada. A ideia também é fazer uma agroindústria, mas os responsáveis que fiscalizam e fazem as normas não pesam na balança que o que o pequeno investe terá um retorno em longo prazo e o grande ao contrário, a lei é desproporcional aos agricultores.

O descontentamento em relação à comercialização não foi empecilho para a produção e venda informal (Figuras 12 e 13), pois é uma forma de sustento da UPA. Atualmente, a produtora encontra um mercado específico de residências que ligam para encomendar a fruta e embutidos e ela faz a entrega. Ressalta-se também que a produção de banana da UPA é para comércio com os vizinhos, subsistência e transformação da fruta. Segundo a EMATER e a Secretária da Agricultura do Município, esta é uma das propriedades com maior potencial, mas enfrenta problemas principalmente de localização, por se encontrar em áreas de difícil acesso (Figura 14).



Figura 12: Demonstração da fabricação de embutidos diversos da produtora 3.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.  
Org: ROSSO, B.D, 2012.

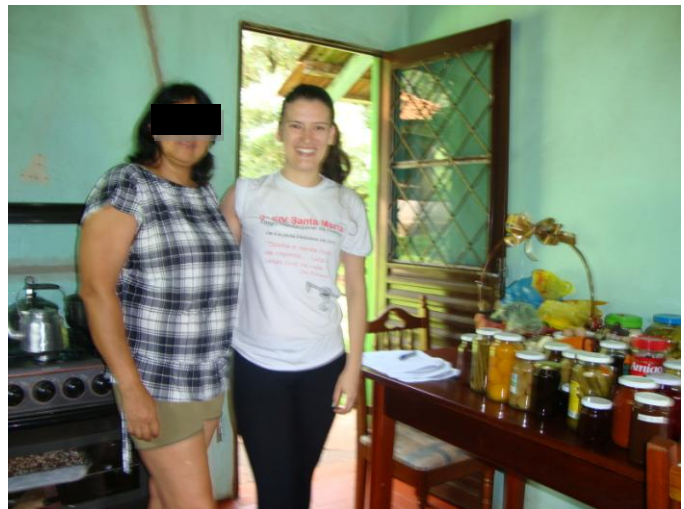


Figura 13: Demonstração da fabricação de embutidos diversos da produtora 3.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.  
Org: ROSSO, B.D, 2012.



Figura 14: Plantação de banana em áreas declivosas na UPA 3.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.  
Org: ROSSO, B.D, 2012.



O varejo de vendas informais e descentralizadas do comércio urbano se atrela a todos os produtores de banana do município, visto que a compra direta é mais barata, levando muitos consumidores a irem pessoalmente nas UPA's realizarem as compras. Fora deste nicho de mercado direto, têm-se o nicho em que os produtores vendem para os mercados locais e regionais. Outra parcela de produtores vende o produto para o Programa de Aquisição de Alimentos Escolar (PNAE) e, outra parcela, não comercializa, apenas a utiliza para consumo próprio. Dos treze produtores entrevistados a venda mais expressiva é a realizada diretamente na UPA (Gráfico 4).

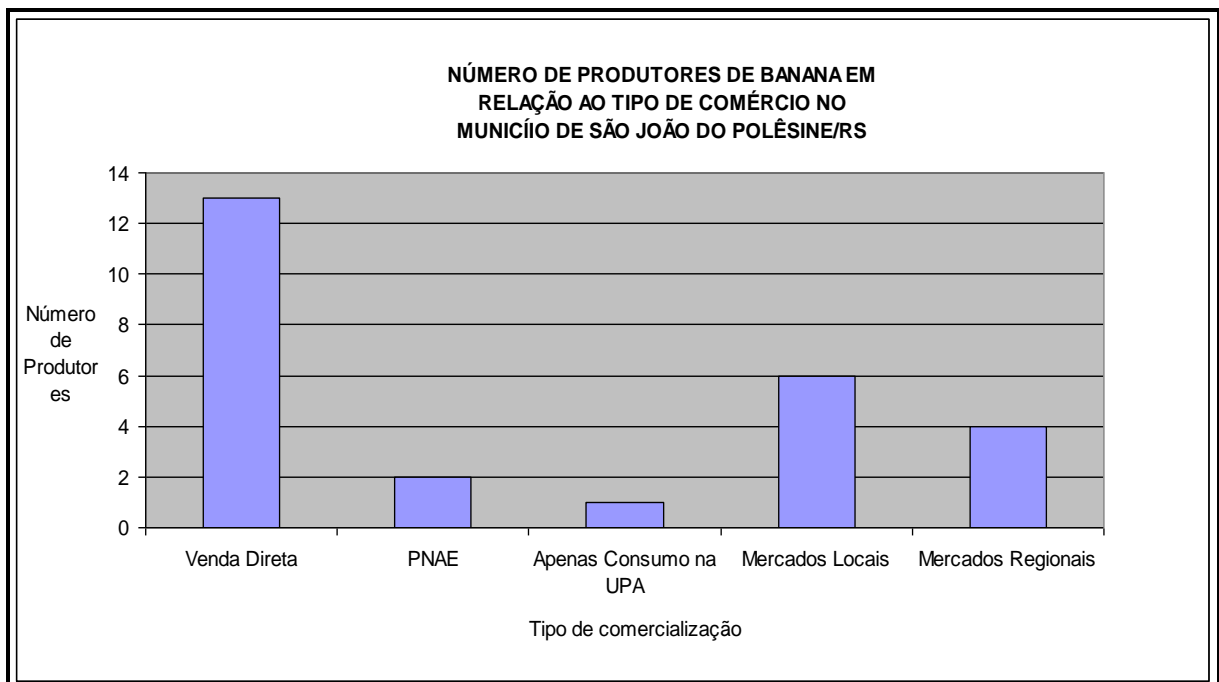


Gráfico 4: Número de produtores de banana em relação ao tipo de comércio que realizam no município de São João do Polêsine/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

A análise que os órgãos públicos municipais realizam em relação ao comércio, se transversaliza em torno da deficiente infraestrutura de armazenamento, da baixa produção em relação ao potencial e da falta de mão de obra nas propriedades. Verificou-se, também, no trabalho de campo, que muitos produtores têm poucas condições de armazenagem do fruto, o que o torna perecível mais

rápido e isso inviabiliza a estocagem, além de ocasionar, muitas vezes, prejuízo para o produtor.

Em relação ao mercado local este se configura em mercados, minimercados, “bolichos”, restaurantes, “vendinha” e feiras esporádicas no município. Já a venda em mercados regionais, é considerado o abastecimento em mercados de outros municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana em alguns mercados de Santa Maria e a Minifeira de produtores da agricultura familiar do distrito de Camobi em Santa Maria.

O comércio em ampla escala<sup>22</sup> é dificultado, pois o estado mais próximo é Santa Catarina sendo este um dos maiores produtores de banana do Brasil e o litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul também cumpre o seu papel de suprir o mercado nacional. Desta forma, o mercado regional é o que carece de abastecimento, o qual não é atendido totalmente devido à falta da fruta na região.

Atualmente, um dos meios de escoamento da produção se realiza através da comercialização da fruta ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que se realiza através de contratos com as prefeituras municipais locais e regionais, visando a compra direta de produtos da agricultura familiar que são destinados à merenda escolar.

O produtor 3, realiza parte da venda ao PNAE, afirma que:

Foi bom esse programa do governo, que a gente vende a fruta pras criança comerem na escola, é uma venda do produto certo toda semana. A gente leva direto na escola toda semana a fruta onde é dada como sobremesa. Mas também a gente tem o problema que a fruta é pouca, por isso é revezado entre outros agricultores, cada semana é um que vende pra prefeitura. (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

Os produtores que vendem a fruta ao PNAE são poucos, mas isso em parte é reflexo da burocracia que é exigida para venda. Desta forma, essas exigências acabam não inserindo todos os agricultores no processo. Assim, acabam sendo beneficiados somente os que vendem, pois tem um mercado certo e um retorno

---

<sup>22</sup> O que foi constatado a campo é a venda para outros estados e mercados mais abrangentes, da banana processada que é produzida pela agroindústria local, onde a proprietária participa de feiras, exposições em mercados, para demonstração, propaganda e venda dos produtos da agroindústria.

econômico estável. Atualmente o município e a EMATER vêm incentivando a regularização de outros produtores para esta finalidade.

As atividades desenvolvidas nas propriedades se diversificam de várias formas, das 13 propriedades visitadas, todas têm a demanda da diversificação na Unidade de Produção Agrícola, ou seja, não produzem apenas banana, mas também outras culturas de pequeno porte. Todas, de alguma forma, são em parte comercializadas. Assim, além da produção de banana desenvolve-se outras formas de reprodução econômica (Quadro 5). Também verificou-se a pluriatividade em quatro propriedades, ou seja, trabalho fora da UPA para incrementar a renda mensal.

<b>Produtor</b>	<b>Multifuncionalidade</b>	<b>Pluriatividade</b>
Produtor de Banana 1	Fabricação de Vinhos e sucos de uva para venda, agroindústria informal.	No começo da atividade trabalhava como guarda noturno, atualmente já se sustenta na UPA.
Produtor de Banana 2	Desenvolve atividades ligadas a família direto a Agroindústria "Delicias da Terra".	Dedica-se apenas a UPA.
Produtor de Banana 3	Não se configura na multifuncionalidade, pois abandonou a atividade, mas dedicava-se a criação de gado e banana nas encostas, além de diferentes atividades agrícolas em pequena escala.	Dedicava-se apenas a UPA.
Produtor de Banana 4	Desenvolve apenas a agricultura, mas a banana é a menos expressiva. A vitivinicultura destaca-se.	Dedica-se apenas na UPA.
Produtor de Banana 5	Não se configura na multifuncionalidade, pois abandonou a produção. Mas produzia banana, feijão e milho.	Dedica-se apenas na UPA.
Produtor de Banana 6	Dedica-se na produção de banana e outras culturas, mas comercializam embutidos e derivados de banana, informalmente.	Dedica-se na UPA, mas também trabalha como diarista esporádica em um hotel.
Produtor de Banana 7	Não se configura na	Trabalha como guarda

	multifuncionalidade, pois cultiva banana e hortaliças.	noturno e de dia trabalha na UPA.
Produtor de Banana 8	Abandonou a produção de banana, para dedicar-se a produção de cachaça, ramo informal da propriedade.	Dedica-se apenas na UPA.
Produtor de Banana 9	Não se configura na multifuncionalidade, pois recentemente começou a produção, neste sentido ainda está alicerçado nas outras culturas como o milho e feijão.	Dedica-se apenas na UPA.
Produtor de Banana 10	Não se configura na multifuncionalidade, pois produz apenas banana, mas pensa em parar devido a falta de mão de obra.	No começo da produção era diarista. Atualmente trabalha apenas na UPA.
Produtor de Banana 11	Não se configura na multifuncionalidade, pois alia o cultivo de banana a outros cultivos e dedica-se a produção leiteira, em parte para venda.	Trabalha apenas na UPA.
Produtor de Banana 12	Cultivo apenas de banana, mas a garantia é a aposentadoria, não representando assim a principal fonte de renda da família.	Trabalha apenas na propriedade.
Produtor de Banana 13	Está abandonando o cultivo de banana, pois se aposentou e os filhos não ficaram na UPA.	Trabalha apenas na propriedade.

Quadro 5: Relação do produtor com a multifuncionalidade e a pluriatividade.

Fonte: Trabalho de campo 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

O quadro 5 representa uma análise geral de funcionamento das propriedades, pois demonstram as relações complexas que se desenvolvem em um processo histórico contínuo. Neste sentido, é importante destacar que o observado no campo são três questões bem delimitadas. A primeira se refere a autonomia que duas propriedades adquiriram ao longo do seu processo evolutivo produtivo, ou seja, a

bananicultura já é o autossustento da família, não necessitando a mesma aliar a atividades pluriativas. Desta forma, estes produtores que trabalhavam em outras atividades no começo da produção atualmente apenas trabalham na UPA e diretamente com a bananicultura.

O Produtor 7 que pratica a pluriatividade, afirma que:

Eu sou proprietário da terra, mas tenho que desenvolver atividades fora como guarda noturno, pois apesar do potencial da propriedade na questão de produção a mão de obra é pouca e a renda é garantida fora da propriedade, que ajuda nos custos da casa. A esposa trabalha junto na propriedade, mas ainda assim falta potencializar. E tem também a mão de obra em picos de colheita, mas tem a dificuldade de encontrar.

Esta questão da pluriatividade no decorrer do trabalho de campo, avaliou-se como positiva, pois percebe-se que não há a vontade por parte dos agricultores de sair do campo, assim acabam por buscar novas alternativas de fonte de renda.

A multifuncionalidade é outro aspecto que a maioria das UPAS relacionam com as atividades mais importantes. Destaca-se o caso da transformação da banana em derivados para comercialização e incremento na renda da família. Aliado a isso se destaca a venda de outros produtos que a propriedade desenvolve. (Figuras 15, 16 e 17).



Figuras 15 e 16: Propriedade 1 que realiza a venda de banana e tomate, destaque na produção.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.



Figura 17: Plantação de banana dividindo espaço com plantação de milho da Propriedade 2:  
 Fonte: Trabalho de campo, 2012.  
 Org: ROSSO, B.D. 2012.

Em outra perspectiva da diversidade de produção dentro de uma UPA, tem-se o exemplo de um croqui da propriedade 1, que retrata a diversidade de culturas agrícolas. (Figura 18).

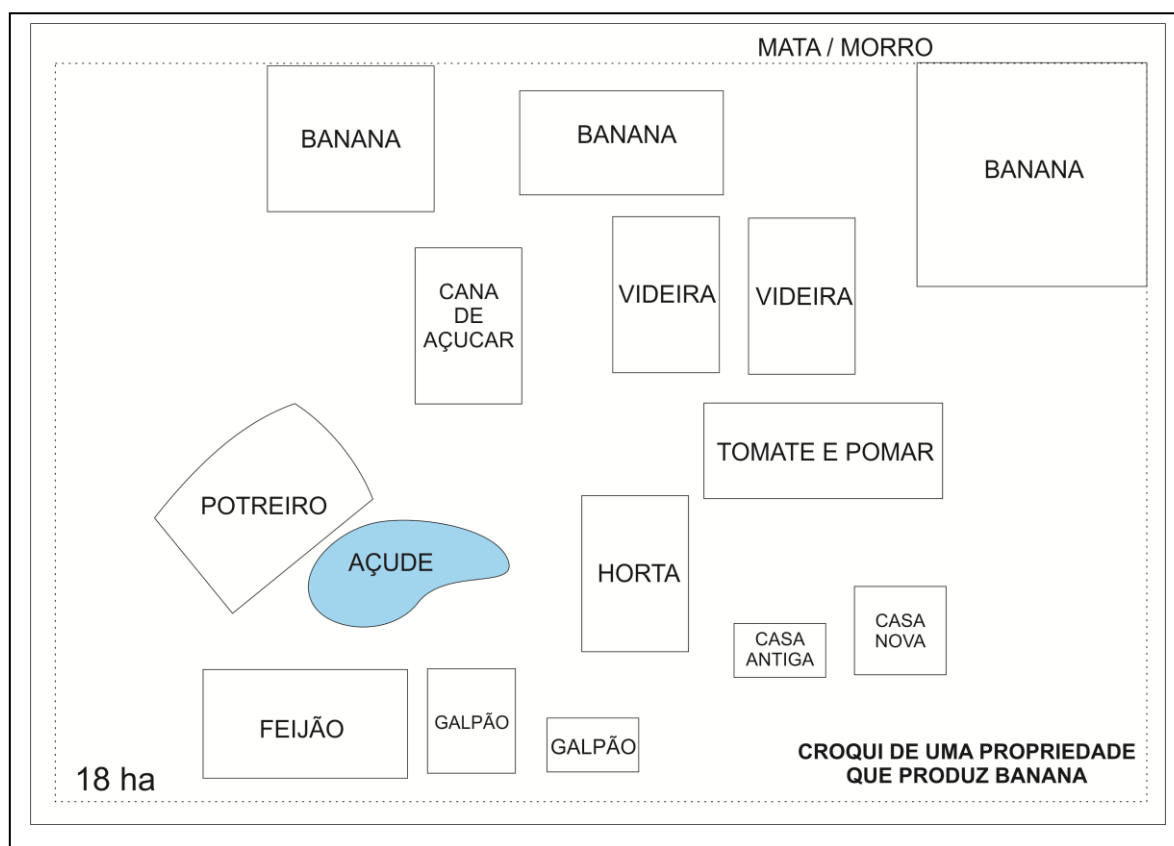


Figura 18 – Croqui da propriedade 1 que realiza a venda e produção de diversos cultivos..

O segundo ponto a ser enfatizado é o problema da sucessão familiar. Os agricultores relataram, nas entrevistas, que muitos abandonaram a produção de banana, por não ter quem continuasse na UPA. Um exemplo disto é o produtor 8, que começou a produção juntamente com a ajuda dos filhos, e estes, posteriormente saíram da propriedade e o mesmo ficou sozinho e sem mão de obra disponível.

A questão da sucessão familiar também é uma preocupação dos órgãos públicos que visualizam potencial nestas áreas, mas não há quem continue ou aumente a produção. Este fator está sendo refletido por essas entidades e há uma mobilização para resolver, em partes, estes problemas do meio rural, pois eles acabam por afetar outros setores envolvidos, como agroindústrias, abastecimento de mercados locais entre outros. A terceira percepção a campo é a facilidade de investimento nas propriedades, com relação às políticas públicas. Dos 13 produtores, todos acessaram as linhas de crédito do PRONAF.

Neste contexto, os fatores demonstrados são favoráveis para uma autonomia de produção. Aliado a isso, destaca-se a satisfação dos produtores com o cultivo da banana. Tal fato foi percebido nas entrevistas, como é o caso do produtor 2, que conta uma história de uma entrega da fruta a um restaurante: *“Gringo tuas bananas é melhor que as do litoral, o sabor é bem melhor”* (Figura 19 e 20).



Figuras 19 e 20: Produtor 2 demonstrando com satisfação sua produção de banana na propriedade e a produção colhida.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

## **6.2 A Relação da Universidade Federal de Santa Maria e a Extensão Rural aos Produtores de Banana de São João do Polêsine/RS**

A relação Universidade/sociedade se desenvolve de muitas formas, mas o principal objetivo é na área da pesquisa/ensino/extensão. Nesse sentido, a relação que a Universidade Federal de Santa Maria desenvolve no município de São João do Polêsine com os produtores de banana é atingida por intermédio da extensão rural que a EMATER realiza.

A universidade vem de encontro aos interesses de pesquisas em relação às áreas produtoras de banana. Pesquisas, principalmente ligadas a itinerários técnicos. Realizando estudos nas áreas de microbiologia dos solos, doenças dos bananais, entre outros. Também a reciprocidade, pois estas áreas servem de estudos para estudantes da universidade, onde todo ano acadêmicos de agronomia são levados para visitar estas propriedades, para analisarem seu funcionamento, as técnicas de produção e vivenciarem a realidades dos agricultores.

Essa assistência que a Universidade desenvolve em diversas áreas, também tem a parceria com a EMATER municipal. Esta foi uma das propulsoras da produção de banana no município e é a principal executora de assistência técnica a estes produtores.

Atualmente ela vem desenvolvendo atividades de incentivo e formação de agricultores e técnicos, principalmente no ramo da fruticultura. No ano de 2012 ocorreu o Seminário de fruticultura regional, onde nove municípios da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana participaram.

Neste seminário (Anexo D) foram apresentadas experiências dos produtores de frutas, proprietários de pequenas agroindústrias e de outros ramos. Estas experiências foram relatadas pelos próprios agricultores, uma maneira de fazer com que os mesmos se sintam parte do processo. Além disso, foi realizada uma palestra com um Professor da Universidade Federal de Santa Maria, que trabalha com manejo de frutas (Figuras 21, 22 e 23).





Figura 21: Apresentação da experiência da fruticultura do município de São João do Polêsine/RS  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2012.  
 Org: ROSSO, B.D. 2012



Figura 22: Exposição de produtos agrícolas no Seminário.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2012.  
 Org: ROSSO, B.D. 2012



Figura 23: Troca de sementes dos município integrantes do Seminário.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2012.  
 Org: ROSSO, B.D. 2012

Anualmente, é realizado o Seminário Municipal sobre a cultura da banana organizado pela EMATER, Prefeitura Municipal e alguns agricultores. Neste seminário também são realizadas trocas de experiências, práticas de manejo, palestras sobre a cultura entre outras atividades. Sempre são convidados pesquisadores externos e também ocorre o planejamento e ações futuras a serem

implementadas. São convidados outros municípios da região e alguns agricultores que tenham interesse em se inserir nesta atividade, e o espaço torna-se uma troca de experiências muito ricas que podem ser aproveitadas em outras situações para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O seminário anual se encontra na sua 7º edição, se configura pelas atividades práticas aliadas a trabalhos de campo que a EMATER realiza com os agricultores durante o evento, ou seja, os participantes são levados a conhecer outras experiências em outras UPA's que cultivam a bananicultura (Anexo E e figuras 24 e 25).



Figura 24: Foto do Seminário Municipal sobre a cultura da banana.  
Fonte: EMATER, 2012.  
Org: ROSSO, B.D. 2012.



Figura 25: Foto do trabalho de campo realizado no Seminário Municipal sobre a cultura da banana.  
Fonte: EMATER, 2012.  
Org: ROSSO, B.D. 2012.

Esta sistemática de encontros e ações desenvolvidas, apoiadas pela EMATER, segue uma dinâmica também de integração e troca de experiências com os produtores. Nesse sentido, se torna positiva e interessante aos agricultores que participam. Segundo o produtor 11: *“é o nosso momento de sair da lavoura e conversar com os companheiros de lavoura sobre as nossas atividades, e vê o que deu certo numa e errado na outra e assim aprende”*. Estas ações ao longo do tempo estão se expandindo como é o caso da experiência desenvolvida principalmente com as mulheres do município, sobre o processamento da fibra da bananeira para criação de artefatos e artesanatos com o material extraído.

Nas figuras 26, 27 e 28 demonstra-se uma das atividades que foram desenvolvidas juntamente com técnicos da EMATER, sobre como utilizar a fibra da banana, nesse caso, a demonstração da utilização de toda planta da bananeira, desde o fruto, a folha para adubação orgânica e a fibra e raiz para artesanato.



Figuras 26, 27 e 28: Etapas da oficina de transformação da fibra da bananeira realizada pela EMATER municipal.

Fonte: EMATER São João do Polêsine/RS, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

Em relação a esta sistemática que os órgãos públicos municipais veem desenvolvendo, segue a lógica do incentivo a reprodução e aumento da produção nas Unidades de Produção, onde os agricultores estão diretamente ligados ao planejamento das ações a serem desenvolvidas nas propriedades. Nesse caso, todos relataram sentirem-se parte do processo da cadeia produtiva e atuando como agente principal da mesma.

Pode-se observar a satisfação, por parte dos agricultores que participam nestes encontros. Entretanto, ainda há uma parcela que resiste na participação e inserção em grupos de discussão e trocas de experiências. Esta resistência se desenvolve por diversos motivos, entre eles, o de não querer deixar a lavoura para ir até a cidade considerando uma “perda de tempo” e até mesmo, a falta de confiança nesses tipos de grupos. Os órgãos públicos veem desenvolvendo ações ao longo dos anos e sabem que o processo é lento e gradativo.

É importante frisar que a EMATER atua diariamente na extensão rural aplicada aos agricultores, seja a campo ou no escritório, orientando através do manejo técnico ou repassando informações de programas específicos para a agricultura familiar (Anexo F). Em entrevista com um dos técnicos da EMATER, o mesmo afirma que “[...] precisa de técnicos mais especializados na produção de banana”.

Nesse sentido, os planos que o município tem para a cadeia produtiva da banana são diversos, e um em especial refere-se à inserção de uma rota turística da fruta no município. Tal alternativa busca desenvolver as cadeias produtivas da fruticultura existente e concretizar o turismo rural. São planos a médio/longo prazo, mas que são incentivadores e propulsores da continuidade de muitos agricultores no campo e, mais especificadamente, continuar com a cadeia produtiva da banana.

### **6.3 Principais Entraves da Produção de Banana em São João do Polêsine/RS**

A banana é uma fruta que tem alto potencial e é consumida pela maioria dos seres humanos, seja pelo seu gosto ou valor nutricional. Para os agricultores, representa um produto que proporciona uma renda regular na UPA, independente do nível tecnológico adotado, mas conseqüentemente que a proporção da produção e qualidade advém do nível tecnológico e da dependência do clima.

A cadeia produtiva da banana também pode responder rapidamente a mudanças, pois é uma cultura perene que já está desenvolvida e em maturidade produtiva em diversas escalas de produção. Também se verificou a campo, diversos contrapontos que merecem uma análise, como por exemplo, a importância do nível tecnológico. Este é de suma importância, principalmente em relação as doenças que

a planta desenvolve, o que dificulta e fragiliza a produção em diversos níveis de maturação da planta. Em relação a este problema o principal diagnóstico dos produtores é que além do incentivo e acompanhamento da Universidade Federal de Santa Maria e EMATER municipal, deveria haver um acompanhamento maior e com mais aplicações de testes. Em relação ao tratamento pós-colheita da fruta, há o momento do amadurecimento da fruta, que é feito em galpões sem a tecnologia própria (Figuras 29 e 30).



Figura 29: Galpão de estocagem da produção de banana do produtor 6.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2012.  
Org: ROSSO, B. D. 2012.



Figura 30: Galpão de estocagem da produção de banana do produtor 5.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2012.  
Org: ROSSO, B. D. 2012.

Este processo de amadurecimento da fruta requer um maior investimento dos produtores, o que muitas vezes não ocorre por falta de planejamento ou incentivos externos. Atualmente os agricultores têm disponível um climatizador comunitário financiado pelo PRODESUS. Entretanto, o mesmo não está sendo usado, pois os produtores consideram a produção ainda insuficiente para precisarem de climatizador, utilizando assim os galpões da propriedade para tal finalidade.

Outro ponto realçado pelos técnicos da EMATER e secretaria da agricultura do município é a resistência dos produtores ao associativismo (associações e cooperativas) o que acaba por dificultar a organização da cadeia produtiva. Essa

resistência no município se afirma em diversos pontos, como a falta de confiança no colega produtor, na falta de disponibilidade de tempo para reuniões, o comodismo do “está bom assim” entre outros fatores.

Atualmente, existem incentivos do município e da EMATER, para o plantio da banana havendo inclusive uma tentativa de criação de um grupo de bananicultores do município. A EMATER desenvolve ações para criar um grupo de agricultores voltados para a fruticultura e fortalecimentos dos que já estão no ramo. Com tal finalidade, ocorrem reuniões todas as primeiras terças feiras do mês, nas quais os técnicos da EMATER e representantes da prefeitura discutem técnicas de manejo, troca de experiências, vendas entre outros requisitos para a produção de banana com os agricultores.

O grupo enfrenta dificuldades pelo não comparecimento dos produtores. Entretanto, as reuniões continuam ocorrendo buscando sensibilizar os agricultores da importância desta atividade no município, bem como a viabilidade da mesma. O que se pretende conforme a EMATER é criar um grupo para trocar experiências do ramo da fruticultura e também poder dar incentivo a esses produtores e possíveis interessados em se inserir neste ramo de produção.

A manutenção da qualidade da banana em cada etapa da cadeia produtiva e estabelecimento dos mecanismos de comercialização em função do padrão do produto também é um desafio no município. Paralelamente, é destacada a importância das práticas de manejo da banana, pois elas contribuem para a manutenção da Mata Ciliar nas encostas dos morros perto das propriedades familiares.

A cadeia produtiva da banana envolve diversos agentes de transformação do espaço. Abrange desde o produtor, ou seja, aquele que transforma o produto, os atravessadores, os órgãos públicos e o consumidor final. Essa relação se tece numa teia de articulações entre estes agentes, que se esforçam para uma reprodução social e econômica no campo e na cidade. Essa interligação entre o campo e a cidade no município ocorre em laços estreitos (Figura 31).

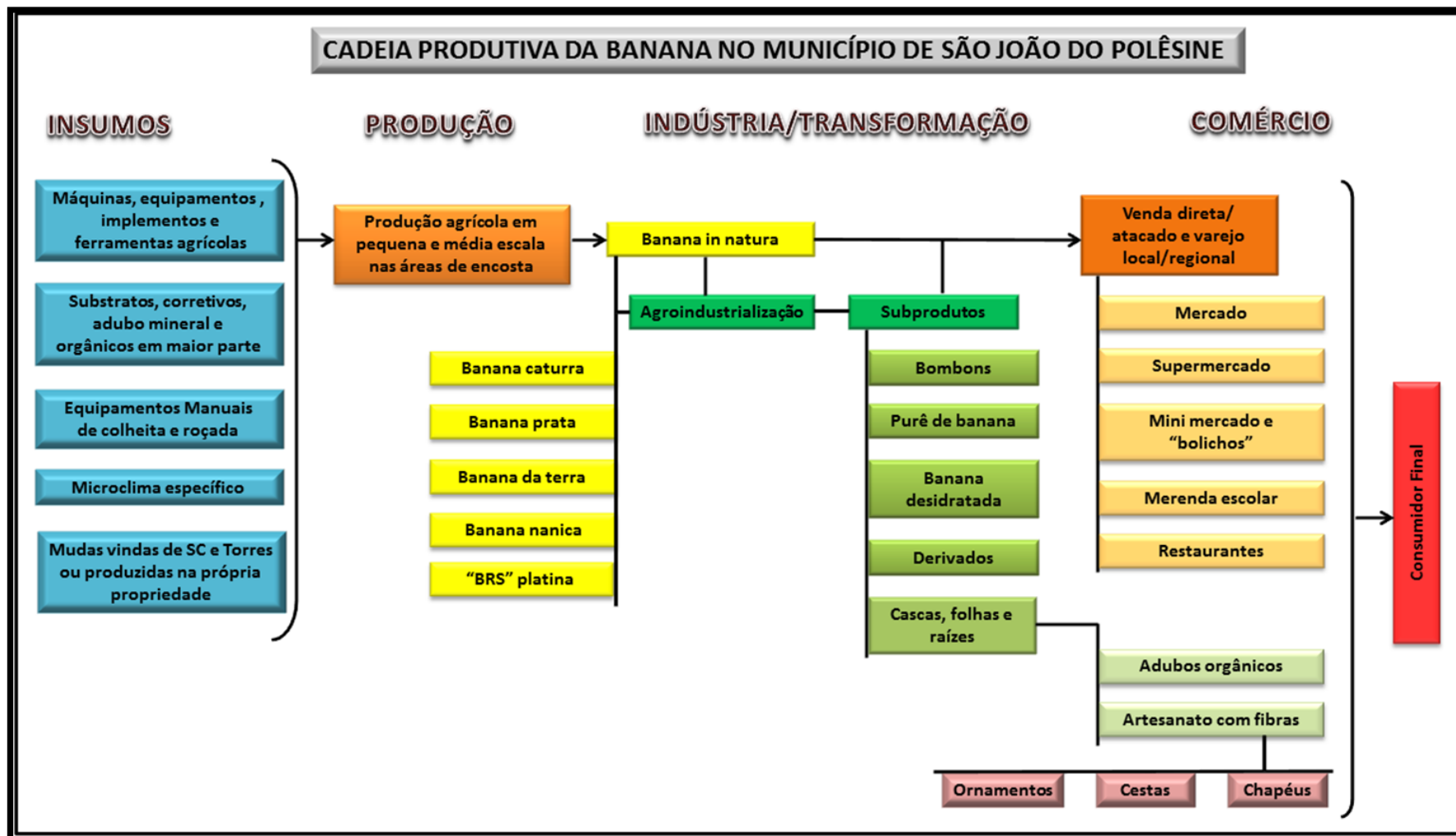


Figura 31: Configuração da cadeia produtiva da banana no Município de São João do Polêsine/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

#### 6.4 Dados Gerais Coletados em Campo sobre a Cadeia Produtiva no Município

A cadeia produtiva de banana local/regional está dinamizada principalmente com a sua inserção na merenda escolar e hospitais através de programas municipais e estaduais. Este mecanismo pode ser o embrião de um processo organizativo da cadeia produtiva. Iniciativa que pode ser adotada com outros cultivos em potenciais em áreas de agricultura familiar.

O município tem na pequena propriedade a base da agricultura familiar. Comparando-se com a proporção das culturas que ganham destaque atualmente no município, percebe-se que a cadeia da banana timidamente vem ganhando espaço, com uma produtividade elevada (Quadro 6). Na perspectiva da fruticultura, que se adequa a cadeia produtiva da banana, o número de famílias envolvidas é a mais expressiva no município (Quadro 7 e Gráfico 5).

<b>Cultura</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produtividade (Kg/ha)</b>	<b>Produção (toneladas)</b>
Arroz irrigado	1980	6.500	12.870
Milho	320	3.000	960
Soja	250	2.100	525
Feijão	70	1.200	84
Cana de açúcar	100	40.000	4000
Citros	15	14.000	210
Videira	12	10.000	120
Banana	20	15.000	270

Quadro 6: Produtividade da banana em relação a outras culturas que o município apresenta.

Fonte: IBGE, 2010.

Org: ROSSO, B. D. 2012.

<b>Cultura</b>	<b>Numero de famílias</b>	<b>Área</b>
Banana	13	18
Videira	8	15
Pêssego	6	5
Figo	3	1
Caqui	2	2
Citros	2	7
Amora	1	0,2
Limão	2	2
Laranja	6	20
Tangerina	3	1

Quadro 7: Número de famílias produtoras de banana frente a outras culturas.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Org: ROSSO, B. D. 2012.



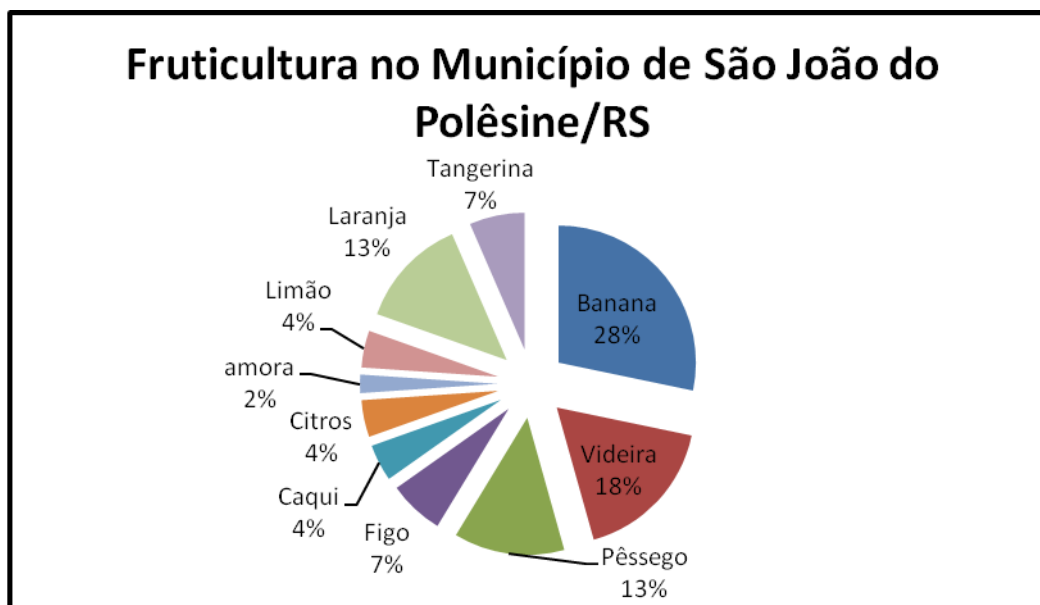


Gráfico 5: Representação gráfica da proporção e importância da bananicultura no meio rural do município de São João do Polêsine/RS.

Fonte: Trabalho de campo, EMATER, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

Os dados do gráfico 5 demonstram a relevância deste estudo para o município de São João do Polêsine, pois as alternativas que se dispõem atualmente para esta áreas com potencial de produção de banana são crescentes.

A tendência demonstrada no Quadro 8 e o Gráfico 6, sobre a evolução da área plantada e quantidade produzida oscila anualmente, pois como já foi destacado, a banana é um cultivo muito dependente do clima e da mão de obra disponível para colheita.

Ano	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas por hectares)
<b>2004</b>	420	244	20	20	21000
<b>2005</b>	420	237	20	20	21000
<b>2006</b>	345	177	23	23	15000
<b>2007</b>	300	173	23	23	15000
<b>2008</b>	300	162	20	23	15000
<b>2009</b>	300	144	20	20	15000
<b>2010</b>	300	195	20	20	15000
<b>2011</b>	240	180	20	20	12000

Quadro 8: Produção de banana no município de São João do Polêsine/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Org: ROSSO, B. D. 2012.

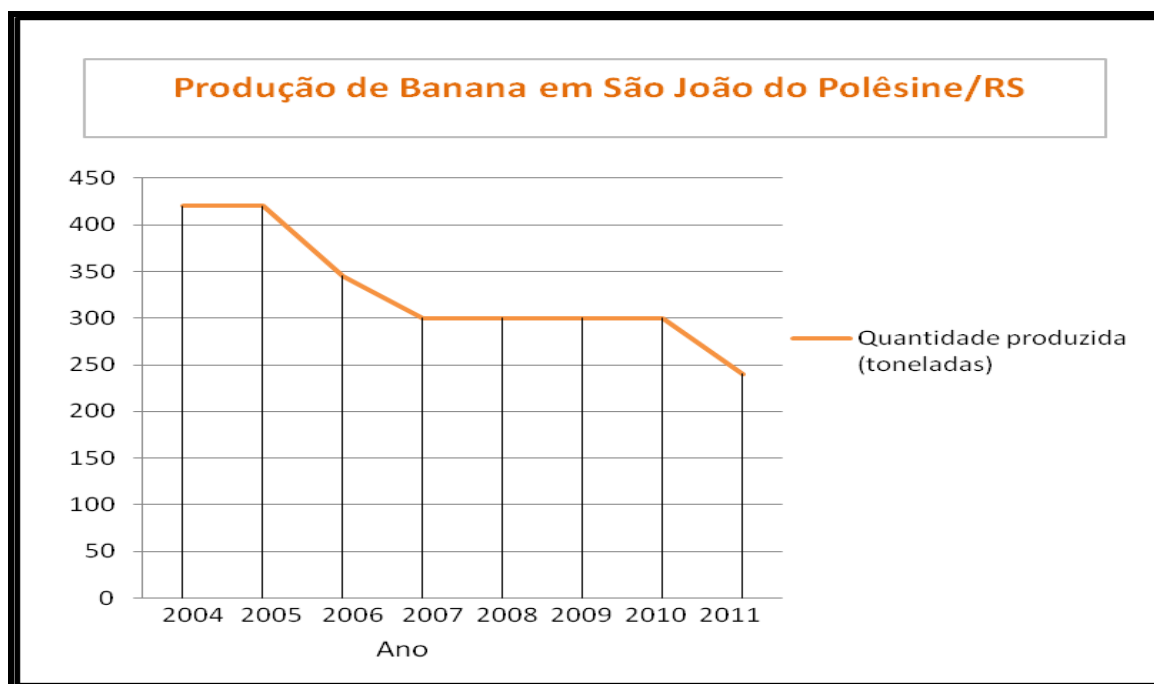


Gráfico 6: Representação gráfica da quantidade produzida da bananicultura no meio rural do município de São João do Polêsine/RS.

Fonte: Trabalho de campo, EMATER, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

Observa-se, no Gráfico 6, que houve um decréscimo na sua produção. Tal fato deve-se, principalmente, a fatores como abandono da produção de alguns agricultores, mas que continuam como se a área fosse destinada a banana. Clima não propício ao cultivo em certas épocas do ano e a ocorrência de geadas.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Tudo que se precisa é de incentivo, políticas adequadas a realidade e autoestima aos produtores, autoestima esta que muitas vezes não é levada em conta, mas que o produtor precisa ser valorizado, precisa ser mostrado a ele que seu trabalho é importante, não só para ele, mas para toda sociedade. (EMATER, SÃO JOÃO DO POLÊSINE, trabalho de campo, 2012).*

As considerações finais desta pesquisa partem da reflexão da caracterização da agricultura familiar enquanto alternativa de reprodução social e econômica das famílias que cultivam banana no município de São João do Polêsine e que vivem no meio rural. Agricultura esta que se reproduz a partir do eixo norteador da sobrevivência, que muitas vezes é conduzida ao êxodo rural por não conseguir se reproduzir no campo.

Este trabalho permitiu entender a importância que o cultivo de banana tem para o desenvolvimento local, pois o município de São João do Polêsine é pequeno e tem sua base na economia agrícola, a qual apresenta um potencial para produção de diversas culturas, potencializando assim os diversos nichos de mercados locais e regionais.

Desse modo, as famílias que extraem o seu sustento da fruticultura, mais especificadamente da bananicultura, tema desta dissertação, tem em sua lógica a permanência no campo aliada a preocupação da sucessão familiar. É importante entender e fazer a reflexão se há potencial econômico local para o cultivo da banana e porque não há sucessão familiar. Perguntas estas que ficam na reflexão sobre a continuidade deste tipo de agricultura aliada aos conceitos sobre o novo rural brasileiro. Este novo rural que se caracteriza principalmente pela reprodução que alia a pluriatividade e multifuncionalidade de permanência no campo.

Com base nas reflexões apresentadas, destaca-se que o desenvolvimento local tão fluente e buscado pelo poder público vem de encontro com a reprodução social destas famílias no campo. Brose (1999) compara que enquanto a agricultura patronal se caracteriza por contratar um número limitado de trabalhadores residentes e fomentar fortemente a concentração de renda e a exclusão social, a

agricultura familiar ao contrário, apresenta-se essencialmente distributiva e possibilita maior equidade sociocultural.

O que realmente se percebeu com esta pesquisa, é que apesar da agricultura familiar no município de estudo estar caracterizada pelo trabalho familiar na Unidade de Produção Agrícola (UPA), ainda assim em algumas épocas do ano a cultura necessita de mão de obra, a qual não é disponibilizada pela família, pois a sucessão familiar não afeta apenas a família da UPA que produz, mas também o meio urbano, onde os jovens buscam os grandes centros urbanos regionais para sua reprodução econômica, abandonando o espaço rural.

Economicamente, as famílias que não foram afetadas pela falta de sucessão familiar, destacam que a bananicultura é uma atividade viável e seu nicho de mercado é amplo, pois falta produto para supri-lo. Entretanto, falta mão de obra para aumentar a produção é uma dificuldade significativa para o incremento da produção.

O desenvolvimento local pode ser entendido, se analisado pela afirmação de Brose (1999), que se baseia na lógica de indicadores de impacto de projetos e programas de fortalecimento do local. Isso ocorre pela criação de postos de trabalho, início de novas atividades econômicas, pluriatividade na agricultura familiar, estabilidade na renda familiar, manutenção de uma paisagem rural equilibrada, ativa participação da população nas decisões nos seus espaços econômicos, entre outros fatores.

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar que esses aspectos são verificados no espaço rural do município, mais especificadamente na cadeia produtiva da banana, onde a inserção desta atividade ocorreu no âmbito de inserção de uma nova atividade agrícola para complementação e aumento de renda das famílias. Merece destaque, que a decisão em constituir este ramo da fruticultura foi das próprias famílias de agricultores locais, auxiliadas pelos órgãos públicos municipais amparados por programas regionais e governamentais e da UFSM.

Programas estes que se consolidam através de políticas públicas que nos últimos anos ganham facilidade de acesso, devido a uma política pública pensada e aliada a realidade local resultando em maiores chances de sucesso. Tal fato foi comprovado com a cadeia produtiva da banana a qual foi alicerçada na potencialidade local e com aval dos agricultores e da EMATER.

Nesse sentido, é necessário que o desenvolvimento local seja pensado como uma forma de mobilização de forças sociais, recursos e potencialidades locais

visando as alternativas que se deseja, ou seja, mudanças que devem elevar as oportunidades sociais e as condições de vida local, tendo a participação social como centro destas decisões.

Pode-se afirmar que, o desenvolvimento local baseado na agricultura familiar depende fundamentalmente da intervenção governamental, seja na esfera municipal ou mais ampla. Essa reflexão parte das políticas públicas beneficiárias que tangem o meio rural e que permeiam o trabalho desta dissertação. Todos os agricultores produtores de banana utilizam ou utilizaram de programas beneficiários de crédito para a reprodução econômica no meio. Veiga (2001) resume que o eixo prepositivo das políticas públicas de desenvolvimento local devem estar voltado para a ampliação de oportunidade de geração de renda monetária pelas famílias rurais que ainda são predominantemente agrícolas. É o que ocorre no município de estudo, pois as políticas públicas em certa forma vêm de encontro com a necessidade de inserção do produto no mercado, ampliação da produção e maior qualidade do produto. Por outro lado, apresenta-se o problema de políticas públicas, programas e legislações genéricas e uniformes.

É o caso das agroindústrias familiares que não podem ou não conseguem se regularizar pelas normas impostas na legislação que equivalem, tanto ao grande, quanto ao pequeno produtor. Na pesquisa observou-se esse fato, pois muitas famílias gostariam de vender seus produtos derivados da banana, mas são impedidos pelas normas rigorosas da fiscalização. Processo este de regularização excludente, pois o pequeno agricultor que produz em pequena quantidade não tem condições econômicas e sociais de um *feedback* em curto prazo de se inserir nesse nicho.

Ao realizar o trabalho de campo, observou-se que a pobreza rural não se caracteriza neste município, pois se verificou que a reprodução social não se dá apenas economicamente nas famílias, e sim socialmente de forma a não ocorrer a exclusão social aparente. É importante ressaltar que a inclusão destas famílias na economia local, não é totalmente dependente do mercado, pois a comercialização ocorre em diversos níveis, mas principalmente na venda direta local, sem atravessadores.

A disponibilidade de recursos naturais e humanos são diversificados nas UPA's, pois ao mesmo tempo em que se tem a atividade agrícola como reprodução, quando esta deixa a desejar, se busca alternativas na pluriatividade, pois muitas

famílias entrevistadas afirmaram ter trabalhos extras à propriedade para complementação de renda. Já outras famílias afirmam que não há a necessidade de atividades não agrícolas. A característica da pluriatividade estrutural dos agricultores familiares é uma realidade, e nesse sentido, acaba por facilitar e aumentar a gama de opções e soluções para suas dificuldades, principalmente as temporárias.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a cadeia produtiva da banana no município de São João do Polêsine recebeu estímulos para sua continuidade bem como seu potencial de crescimento. Entretanto, apresenta uma dificuldade expressiva que é o problema da sucessão familiar que tange todo campo brasileiro, principalmente, em pequenos municípios com base na agricultura familiar. Esta é uma das preocupações de todos agricultores entrevistados, pois várias UPA's já deixaram a atividade da bananicultura. Seus filhos ou jovens ligados a família não tiveram o desejo de continuar na terra trabalhando, não por falta de terras ou trabalho, mas sim por sonhos maiores que se consolidam no urbano.

CARNEIRO (1999) afirma em sua literatura que a evolução das práticas sucessórias não depende única e exclusivamente da vontade e da ação combinada dos envolvidos no processo de transmissão da propriedade familiar, mas depende igualmente do meio, envolvendo o contexto histórico, social, econômico, geográfico entre outros aspectos. Com base nas entrevistas realizadas nas propriedades rurais foi possível observar o desejo dos jovens, de ingressar numa universidade federal e seguir carreiras ligadas a outras atividades não vinculadas ao meio rural.

Problema este não só dos agricultores familiares, mas também dos órgãos públicos e sociais que desejam o desenvolvimento local, uma vez que este desenvolvimento não se faz sem agricultores no campo. Portanto, deve-se pensar em políticas públicas que possibilitem a permanência do jovem no campo não só no município de estudo, mas em todo campo brasileiro. Talvez esta seja uma reflexão que os órgãos municipais tenham que ter em seus planejamentos de desenvolvimento local, e o governo e suas diferentes esferas devam desenvolver ações que permitam aos pequenos produtores condições dignas de desenvolvimento e reprodução econômica no meio rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; Veiga, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF: IPEA, 1999. 41 p. (Texto para Discussão, 641).

ABRAMOVAY, R. **Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico**. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo, FEA-USP, 2000.

ABRAMOVAY, R; PIKETTY, M. G. **Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):** Resultados e limites da Experiência Brasileira nos anos 90. **Ciência e tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.

ALDROVANDI, A.; FRANÇA, D. G. de. **Transmissibilidade da obrigação alimentar**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 62, 1 fev. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3716>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. **Unidade de produção agrícola e administração rural**. In: Revista Informe Agropecuário, Belo Horizonte: EPAMING, n.157, p. 25-29, 1998.

ALENTEJANO, P. R.; Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira; In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**: Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999. p. 148-173.

ALMEIDA, F. R. de F. Yes, nós temos banana. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 49, n. 10, p. 54-55, out. 1995.

AMADO, A. M. Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil. In: III Encontro Nacional de Economia Política. Niterói, 1998.

ASSUNÇÃO, J. & CHEIN, F. Condições de crédito no Brasil Rural. In: Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 45, nº 02, 2007.

BRUM NETO, H. **Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. 2007. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BUAIANAIN, Antônio Márcio. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. Brasília: IICA, 2006.

BIDERMAN, Ciro, ALEXNDRE DA SILVA, Michel, LIMA, Gilberto Tadeu. Distribuição Regional do Crédito Bancário e Convergência no Crescimento. Texto para Discussão. FGVSP, 2007.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. O financiamento da agricultura familiar no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de Campinas, 2003.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: RDIUPF, 1999.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNSC, 1999.

BRUNET, R. **Lê territoire dans lês turbulences**. Paris: Reclus, 1990. Tradução. BUAINAIN, M. A.; ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Costa, L. F. C.; Bruno, R.; Moreira, R. J. (orgs); **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323 – 344.

CHADDAD, F.R. & JANK, M.S. “**The Evolution of Agricultural Policies and Agribusiness Development in Brazil**,” *Choices* 21(2): 85-90, 2nd Quarter 2006.

CORRÊA, W. K. A agricultura Familiar e Nova Modalidade de Integração ao Mercado: O caso da Cultura da Maça. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 113-130, 2001.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

COSTABEBER, J. A. **Transição Agroecológica: Do produtivismo a Ecologização**. In: CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.



DAVID, C. De. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuições a dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul. In: MARAFON, Gláucio José; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (Orgs). **Agricultura, Desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. 2. ed. Passo Fundo: RDIUPF, 1999.

FEIJÓ, Ricardo. The impact of a family farming credit programme on the rural economy of Brazil. In: Anais do Encontro Nacional de Economia, 2001.

FERREIRA, C. C. **A evolução do pensamento geográfico**. 7ª ed. Lisboa: Gradiva, 1992.

FIORAVANÇO, J. C. **El sector bananero em Brasil; algunos aspectos de su realidad**. *Agricultura*, Madri, n. 791, p. 483-487, 1998.

FLORES, M. X.; MACEDO, M. M. C. Novos Rumos do Desenvolvimento Rural. Anais do **XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Foz do Iguaçu, Paraná, 1999.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2000. P. 211-257.

GAZOLLA, M. & SCHNEIDER, S. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: Anais XVIII Congresso SOBER, Ribeirão Preto SP, 2005.

GOODMAN, David. Ontology matters: the relational materiality of nature and agro-food studies. *Sociologia Ruralis*, v. 41, n. 2, p. 182-200, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.1, 2002, p. 37-67.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS. 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1996.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro Gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BAUINAIN, A. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. FAO/MDA. Brasília. Editora Garamond Universitária, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 45, nº 02, 2007.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, J. M.; SILVEIRA, F. G.; et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007.

GUIMARÃES, G. M. e SILVEIRA, P. R. C. da. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In: **VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Anais. Fortaleza: SBSP, 2007.

GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtores de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte**. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

GUIMARÃES, G. M. **Racionalidades Identitárias na Produção e Comercialização de Alimentos Coloniais na Quarta Colônia – RS**. 2011. 208 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HELFAND, S. **A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil: Transformações, Perfil e Desafios para as Políticas Públicas**. Brasília. IICA, Relatório de Pesquisa do Projeto Novas Caras da Pobreza Rural no Brasil, 2001.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Temas: Agricultura familiar**, 2006. Online. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Fevereiro de 2001.

INCRA. **O que é Pronaf**. Disponível em: <[www.skorpionet.com.br](http://www.skorpionet.com.br)>. Acesso em 12 de abril de 2012.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. 2, 1998a.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica Formal / Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MAGALHÃES André Matos, et al. The family farm program in Brazil: the case of Parana. Anais do XVIII Congresso SOBER, Ribeirão Preto SP, 2005.

MAPA. Ministério da Agricultura. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MATTEI, Lauro. PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília: NEAD, 2006.

MARAFON, Gláucio, RUA, João & RIBEIRO, Miguel Ângelo (org.) **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro:EDUERJ, 2006.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia ?**. Revista Lua Nova, São Paulo, Nº 23, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo, Hucitec, 1994.

MIELKE, E. J. C. - **Análise da cadeia produtiva e comercialização do xaxim no estado do Paraná**. 2002. 75 f. Dissertação de mestrado em Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná .Curitiba, 2002.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MORAES, A. C. R; COSTA, V. M. **A valorização do espaço**. São Paulo. Ed. HUCITEC, 1984.

NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade e política pública: o caso do Sul do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 452-471, 2007.

NAVARRO, Zander. **Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural: um estudo comparativo em quatro estados brasileiros (lições e desafios)**. Porto Alegre, 1999 [manuscrito não publicado].

PEREIRA, L. C. B. **Reforma do Estado para a cidadania – A Reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. ENAP, Brasília, 1998.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000. Tradução.

Presidência da República do Brasil. Casa Civil. Lei N° 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Lei da Agricultura Familiar. 2006**.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Histórico**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2012.

RANGEL, Leonardo Alves; ANDRADE, Joaquim; DIVINO, José Ângelo. Crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil de 1991 a 2000 - uma análise das áreas mínimas comparáveis. Texto de Discussão, nº 1312. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

RIBEIRO, E. M. et al. Agricultura Familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto do Jequitinhonha. *Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1076-1102, 2007.

RIBEIRO, M.A; GALIZONI, M. F; MENDONÇA, C. F. K. **Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG**. 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1292.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1292.pdf)>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento do poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. Produtores Familiares e Estratégias Ligadas a Terra. **Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 663-683, 2004.

SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R. & CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade** 1999. 405 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: V. 18, n. 51, fev., 2003.

SILVA, S. P. Incidência territorial e arranjos institucionais do PRONAF: uma análise no Médio Jequitinhonha – MG. In: **Anais do 47º Congresso da Sober**, Porto Alegre, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

TAGLIALEGNA, G. H. F. Grupos de Pressão e a Tramitação do Projeto de Lei de Biossegurança no Congresso Nacional, Brasília, 2005. Textos para discussão, 28. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

VEIGA, J. E; FAVARETO, A; AZEVEDO, C. M. A; BITTENCOURT, G; VECCHIATTI, K; MAGALHÃES, R; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. 2001. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112>>. Acesso em: 19 out., 2012.

VENTORINI, F. E. O. ; SILVEIRA, P. R. C. **A diferenciação das agroindústrias familiares rurais: do real ao desejado**. In: VII Jornada Interdisciplinar Agrária e Agroindustrial, 2011, Buenos Aires. VII Jornada Interdisciplinar agrária e agroindustriais, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 37-57, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social. In: FERREIRA, A.D; BRANDENBURG, A (Org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Ed da UFPR, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João. Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. In: **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre. V. 1, n. 3, jul-set., 2000.

WIVES, G. D. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na Microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho e a terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. da UNB, 1997.

**APÊNDICE A** – Entrevista direcionada à Associação Rio-Grandense de  
Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de São João  
do Polêsine/RS

**QUESTIONÁRIO TRABALHO DE CAMPO**

**Instituição:** .....

**Município:**.....

**Nome do Informante**.....

**1 SOBRE A PRÁTICA DA BANANICULTURA NO MUNICÍPIO**

**1.1 Como se apresenta o ramo fruticultura atualmente no município?**

.....

**1.2 Especificamente sobre a bananicultura, o município apresenta produtores e quantos se constituem?**

.....

**1.3 Qual a área média plantada pelos mesmos?**

.....

**1.4 Estes produtores estão inseridos de que forma no mercado regional?**

.....

**1.5 Como se apresenta a Assistência Técnica com estes produtores?**

.....

**1.6 O município incentiva de alguma forma a fruticultura?**

.....

**1.7 A bananicultura que se apresenta no município é uma atividade economicamente viável?**

.....

**1.8 Qualidade e aceitação do Produto no município?**

.....

**1.9 Há cursos Profissionalizantes aos agricultores que auxiliam na atividade?**

.....



**1.10 Como ocorrem a comercialização e destinação da produção?**

.....

**1.11 Como ocorre o escoamento da produção?**

.....

**1.12 Perspectivas da Produção agrícola?**

.....

**1.13 Como se dá o apoio governamental a Fruticultura?**

.....

**2. Dados fornecidos pela EMATER local especificamente sobre a bananicultura.**

<b>Ano</b>	<b>Área Plantada</b>	<b>Produção Kg</b>	<b>Obs</b>
1990			
1991			
1992			
1993			
1994			
1995			
1996			
1997			
1998			
1999			
2001			
2002			
2003			
2004			
2005			
2006			
2007			
2008			
2009			
2010			
2011			

**APÊNDICE B** – Entrevista direcionada aos produtores de banana de São João do Polêsine/RS.

## Questionário destinado aos produtores de Banana

**Nome do Responsável pela UPA:**.....

**Localidade:**.....

### A – Identificação da moradia

#### 1 - Identificação do Núcleo Familiar (moradores):

Nome	Grau Parentesco	Sexo	Idade	Escola	Ocupação Principal	Tempo p/ Ativ. Agric. na UPA	Outras Ocupações

**Grau de Parentesco:** 1. Responsável; 2. Cônjuge; 3. Filhos; 4. Netos; 5. Pais; 6. Avó; 7. Sobrinho; 8. Enteadado; 9. Depend.

**Escolaridade:** 1. Analfabeto; 2. 1º Grau Incompleto; 3. 1º Grau Completo; 4. Seg. Grau Incompleto; 5. Seg. Grau Completo; 6. Superior; 7. Não Alfabetizado.

**Ocupação Principal:** 1. Agricultor; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Do Lar; 5. Estudante; 6. Aposentado; 7. Emprego Doméstico; 8. Construção Civil; 9. Professor; 10. Funcionário Público; 11. Comerciante; 12. Comerciante; 13. Feirante; 14. Motorista; 15. Artesanato; 16. Turismo; 17. Terceirização de serviços; 18. Outros.....

**Tempo dedicado para atividades agrícolas:** 1. Tempo Integral; 2. Metade do tempo; 3. Eventual; 4. Nenhum.

**Outras ocupações:** 1. Agricultor; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Do Lar; 5. Estudante; 6. Aposentado; 7. Emprego Doméstico; 8. Construção Civil; 9. Professor; 10. Funcionário Público; 11. Comerciante; 12. Comerciante; 13. Feirante; 14. Motorista; 15. Artesanato; 16. Turismo; 17. Terceirização de serviços; 18. Outros.....

#### 2 – Recebe Bolsa Família:

( ) Sim;

( ) Não.

#### Utiliza Transporte Escolar

( ) Municipal

( ) Terceirizado

( ) Não

#### 3 - Associações:

( ) Clube de Troca de experiência.....

( ) Associação/clube social/cultural.....

( ) Condomínio/associação agropecuária.....

( ) Cooperativa de produção/comercialização.....

( ) Cooperativa de Crédito;

( ) Cooperativa de Eletrificação Rural;

( ) Sind. Dos Trab. Rurais;

( ) Sind. Rural/ Associação Rural;

( ) Outros.....

**4 - Eletrificação Rural:**

- ( ) Rede Pública;  
 ( ) Monofásica;  
 ( ) Trifásica;  
 ( ) Gerador;  
 ( ) Sem eletrificação;  
 ( ) Outros.....

**6 - Telefonia Rural:**

- ( ) Linha;  
 ( ) Celular;  
 ( ) Comunitária;  
 ( ) Rádio;  
 ( ) Internet;  
 ( ) Não.

**5 - Água consumida na Moradia:**

- ( ) Rede pública (CORSAN)  
 ( ) Rede Comunitária;  
 ( ) Vertente;  
 ( ) Poço Comum;  
 ( ) Poço Artesiano;  
 ( ) Arroio;  
 ( ) Açude.

**7 - Saneamento Básico:**

- ( ) Patente (Latrina) ( ) Fossa Séptica

**Destino das Águas da Pia / cozinha:**

.....  
 .....

**10 Quadro das Terras e Produtos agrícolas que compõem a Unidade de Produção:**

Área (ha)	1-Própria 2-Arendada 3-Posse 4- Sociedade/meiouro 5-Parceria Familiar	Produtos agrícolas (Tipo)	Área Mato Nativo	Área florestada	Área de capoeira	Área de Potreiro	Áreas de Barragem / Açude	Atividades Desenvolv. Inverno	Atividades Desenvolv. Verão

**11 Agroindústria Caseira**

Tipo de Produto	Membro da família envolvido na produção	Mão de Obra contratada	Fonte da matéria-prima	Qualidades atribuídas ao produto	Origem da Receita	Quantidade de anual produzida	Quantidade anual comercializada	Tipo de Comercialização	Preço Unitário Recebido

**Tipo de Produtos:** Salames, Queijos, Vinho, Aguardente, Geléias, Cucas, etc.

**Fonte de matéria prima:** 1 = Produção própria; 2 = Compra de vizinhos; 3 = Aquisição no comércio.

**Tipo de Comercialização:** 1 = Na propriedade; 2 = Feira livre; 3 = Atravessador; 4 = Pequenos Mercados; 5 = Redes de Varejo; 6 = Setor Público (Quartéis, hospitais, prefeituras...); 7 = Outros (quais?).....

**Origem da receita:** 1 = Origem Familiar (pai p/ filho); 2 = Cursos; 3 = EMATER; 4 = Outros (qual ?).....

**12-Atrativos Turísticos/culturais na UPA**

**Na UPA:**

- Cascata;
- Balneário;
- Trilha ecológica;
- Área de preservação;
- Capela, túmulo, cemitério;
- Patrimônio Arquitetônico;
- Pista de bocha, campo de futebol;
- Aberto a visitação;
- Outros\_\_\_\_\_.

**Na vizinhança (localidade):**

- Cascata;
- Balneário;
- Trilha ecológica;
- Área de preservação;
- Capela, túmulo, cemitério;
- Patrimônio Arquitetônico;
- Pista de bocha, campo de futebol;
- Aberto a visitação;
- Outros\_\_\_\_\_.

**13- Quando ocorre o Início da Atividade da Bananicultura na propriedade?**

**14- Como se dá as práticas de manejo e produção da fruta?**

**15- De que maneira família se envolve na produção?**

**16- Está sendo uma atividade agrícola viável e economicamente satisfatória?**

**17- Pretende continuar com está atividade agrícola?**

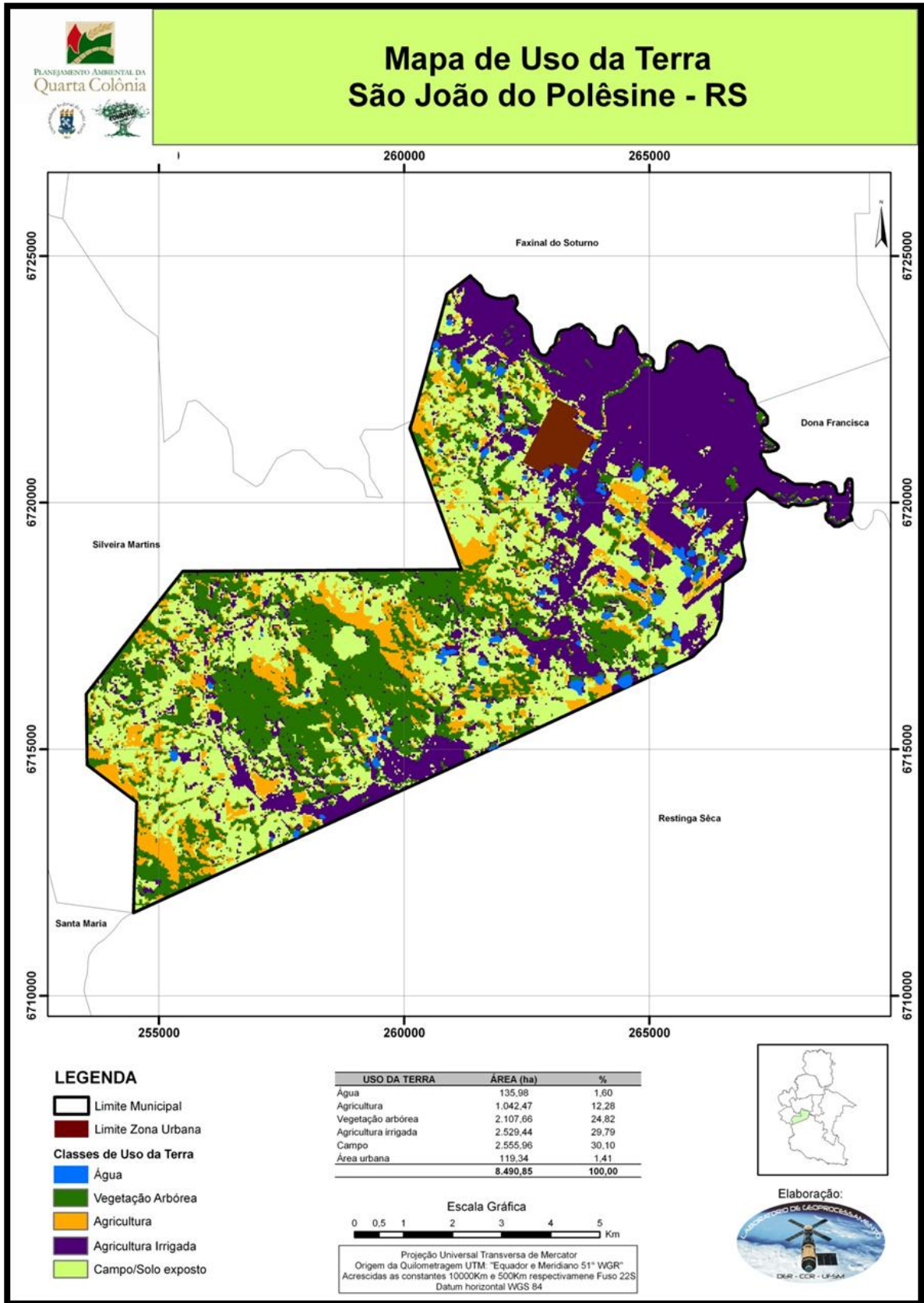
**18- Há viabilidade de comercialização?**

**18- Perspectivas de aumentar a produção?**

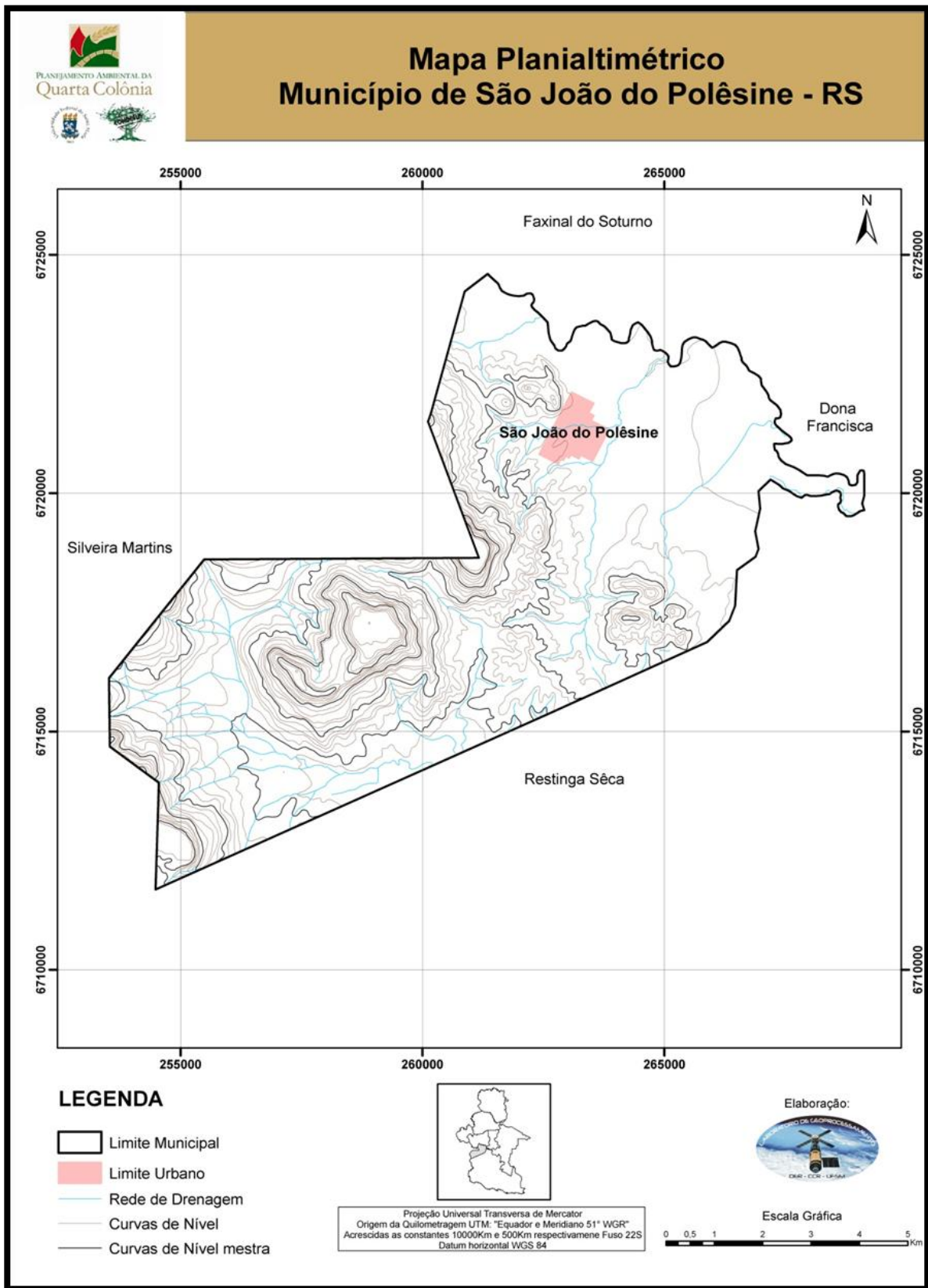
**Observações gerais:**

.....  
.....  
.....  
.....

**ANEXO A – Mapas de Declividade e planialtimetria de São João do Polêsine/RS.**



Mapa de Uso da Terra no Município de São João do Polêsine/RS.  
Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine/RS.  
Org: ROSSO, B. D, Trabalho de campo, 2012.



Mapa planialtimétrico do Município de São João do Polêsine/RS.  
Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine/RS.  
Org: ROSSO, B. D, Trabalho de campo, 2012.



**ANEXO B** – Jornal Regional com destaque para a produção de banana no município de São João do Polêsine/RS.

5  
**Geral**

**São João do Polésine**

## Produtores apostam na produção ecológica de bananas

Em 1996, técnicos da Emater e da Secretaria Municipal de Agricultura de São João do Polésine, observando que nas encostas dos morros do município as geadas não prejudicavam as bananeiras ali plantadas, passaram



Bananas são cultivadas nas encostas dos morros, como na propriedade de Neimar Dutra, onde o microclima é mais favorável.



Secretário Municipal de Agricultura Assis Cadore: "Banicultura é uma das alternativas para os produtores"



Produtor Simão Brondani cultiva bananas há 67 anos



a vislumbrar a possibilidade de estimular o plantio em escala comercial, como mais uma alternativa para os produtores da região.

Os técnicos mantiveram contatos com o produtor Simão Brondani, que informou que cultivava bananeiras desde a década de 50, quando chegou a plantar 3 hectares, com uma produção semanal de cerca de 600Kg. As informações confirmaram as expectativas de viabilidade da atividade

Municipal de Desenvolvimento Agropecuário financiou a aquisição de 3.150 mudas de bananas. A medida beneficiou 7 produtores que efetuaram o plantio de 2,5 hectares. Em 98, através do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PRO-DESUS), foi financiada a aquisição de mudas, beneficiando 9 produtores, sendo que 5 já se dedicavam à cultura, ampliando a área cultivada com bananeiras para 9 hectares.

Atualmente, onze produtores estão apostando no cultivo de bananas como alternativa de renda e diversificação da suas propriedades. A área cultivada é de cerca de 14 hectares (veja o quadro ao lado). A produção é comercializada nos municípios da região. Mas como a intenção dos produtores é de ampliar a área cultivada para 30 hectares, nos próximos

Produtores	Hectares
Simão Brondani e Vicente Brondani	de 4 a 5 ha
João Bisognin	1,5 ha
Augusto Brondani	0,5 ha
Neimar Dutra	1,5 ha
Adélio Benetti	2 ha
Reni Bortoluzzi	1 ha
Ademir Bortoluzzi	1 ha
Ademar Righi	0,5 ha
Nelmar Marim	1 ha

atual, há perspectivas favoráveis para comercialização em Santa Maria e Santa Cruz do Sul

"O plantio de bananas foi uma das alternativas encontradas pelos pequenos produtores das encostas dos morros, devido ao clima favorável e ao solo propício", enfatizou o secretário municipal de Agricultura, Assis Cadore. Devido ao peso dos cachos, de 25 a 30 quilos, os mesmos foram amarrados aos pés para não caírem.

Cadore informou também que a estimativa é de lucro de R\$ 7 mil a R\$ 8 mil por hectare, pois o custo é praticamente zero, por se tratar de uma cultura perene.

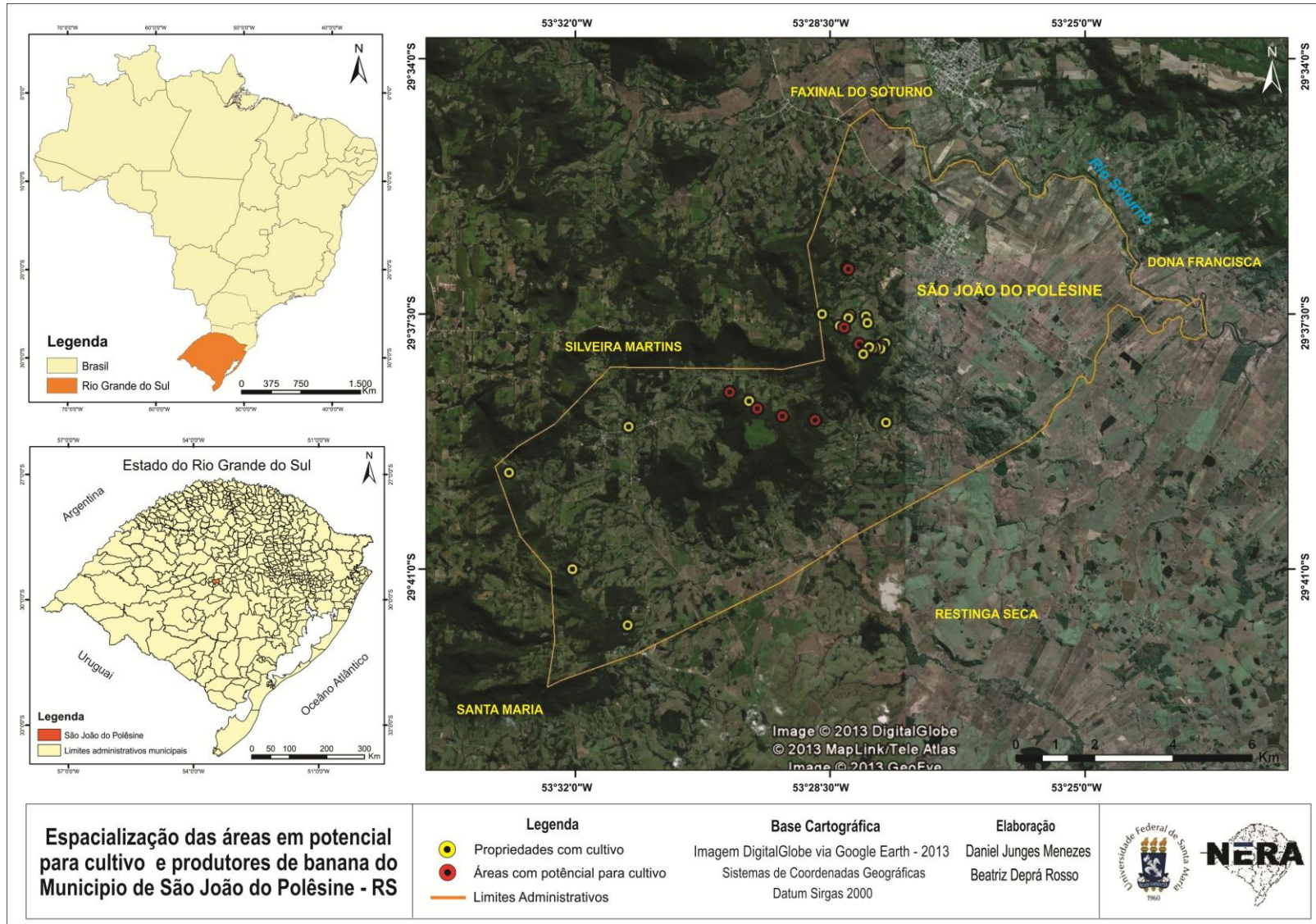
A Secretaria de Agricultura também está auxiliando na implantação de outros projetos de alternativa de renda e diversificação da propriedade, como

Reportagem do Jornal Cidades do Vale do ano de 2004, jornal local de grande repercussão em que mostra a produção ecológica da banana e a progressão da atividade no município.

Fonte: Trabalho de campo 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.

**ANEXO C** – Mapa com a distribuição das propriedades as quais foram realizadas o trabalho de campo no município de São João do Polêsine/RS.



**ANEXO D** – Folder ilustrativo do 5º Seminário da banana em São João do Polêsine/RS.

**Seminário do Cultivo da**  
**5<sup>o</sup>**  
**Banana**  
 28 de Março  
 2008  
 SACE Polesine  
 São João do Polêsine - RS

**PROGRAMAÇÃO**

08:30h - Abertura

09:00h - Manejo da Bananal  
 Palestrante: Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup> Roberto Sackien - EMATER/RS.

10:00h - Intervalo  
 - Exposição de produtos Derivados da Banana -  
 Agroindústria Delícias da Terra.

10:15h - Armazenamento de Frutas  
 Palestrante: Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup> Auri Brackman - Professor e Doutor - UFSM/RS.

11:15h - Comercialização de Frutas  
 Palestrante: Paulo Cesar de Souza Campos.

12:00h - Almoço

13:30 - Demonstração Prática nas Propriedades do Sr. Vicente Brondani e Augusto Brondani.

16:00h - Encerramento

**Informações:**  
 Escritório Municipal da EMATER/RS - ASCAR - (000) 55 - 3269 1264  
 Secretaria Municipal da Agricultura - (000) 55 - 3269 1122  
 São João do Polêsine - RS

**Promoção:**  
 Escritório Municipal da EMATER/RS - ASCAR de São João do Polêsine - RS  
 Secretaria Municipal de São João do Polêsine - RS  
 Produtores de Banana de São João do Polêsine - RS

**Apoio:**  
 Banco do Brasil SA de São João do Polêsine -RS

**EMATER/RS**

Explicação do folder do 5º Seminário municipal sobre o cultivo de banana.  
 Fonte: Trabalho de campo, 2012.  
 Org: ROSSO, B.D. 2012.

**ANEXO E – Trabalho de campo dos agricultores**



Trabalho de campo, acompanhado junto a uma turma de agricultores do município de Nova Palma que conheceram a produção de banana em São João do Polêsine/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.



**ANEXO F – Folders Informativos**

# Sabor Rendimento Qualidade Meio ambiente

O Brasil é hoje uma república bananeira, sim, com grande destaque em todo o mundo por esse feito. Somos atualmente o quinto produtor mundial dessa maravilhosa fruta, consumida por todas as camadas sociais da população brasileira. Essa particularidade faz com que o próprio mercado interno seja altamente demandante e quase a totalidade de sua produção sirva para abastecê-lo. Em grande parte desse mercado de dimensão continental, reina absoluta a variedade 'Prata Anã', uma das primeiras variedades recomendadas pela Embrapa e preferida pelos consumidores das regiões Nordeste e Norte e partes das regiões Sul e Sudeste do país. Contudo, a produção de 'Prata Anã' encontra-se ameaçada, mais recentemente, em função da elevada incidência do mal-do-Panamá, principalmente nos perímetros irrigados, tais como Bom Jesus da Lapa (BA) e Jaíba (MG). Nesse contexto, a Embrapa Mandioca e Fruticultura surge com uma novidade que faz frente a essa limitação fitossanitária, a 'BRS Platina'. Trata-se da mais nova variedade melhorada de bananeira, produzida pela Embrapa, com características agrônômicas e sensoriais muito similares às da 'Prata Anã', porém com o diferencial da resistência genética ao mal-do-Panamá e à Sigatoka-amarela. Os frutos da 'BRS Platina' são muito semelhantes aos da 'Prata Anã' tanto na forma quanto no sabor. Além disso, a nova variedade deve ser colhida mais precocemente do que a 'Prata Anã', aproximadamente 90 dias após a emissão dos cachos.

Foto: Anabela Lapa



# Resistência produtividade

**BRS Platina**  
Uma nova banana Prata

**Mais saúde para o meio ambiente e para o consumidor**

Por se tratar de um genótipo resistente à Sigatoka-amarela e ao mal-do-Panamá, dispensa as aplicações de fungicidas, sejam eles preventivos ou curativos, para o combate a essas doenças. Assim, os resultados são a redução do custo de produção e de agressão ao meio ambiente e a ausência de resíduos de veneno nos frutos comercializados. A 'BRS Platina' é tudo de bom para sua saúde e para o bolso do produtor rural. Em relação à produção, não há diferença, quando se compara à 'Prata Anã', porém o número de frutos e de pencas é ligeiramente superior na 'BRS Platina'. Além disso, o rendimento de frutas de primeira qualidade na nova variedade é de aproximadamente 90%, o que representa

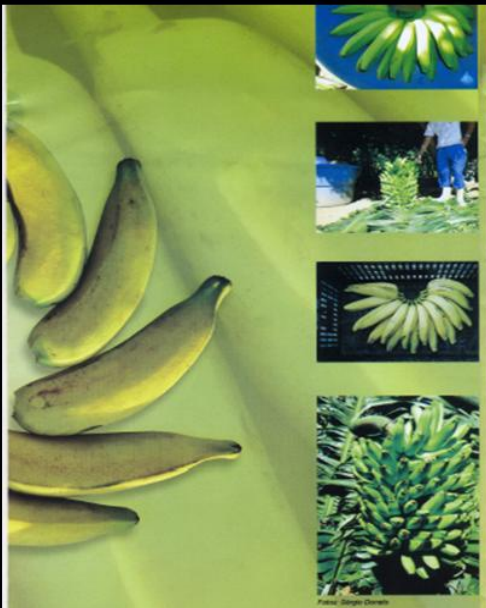
Foto: Anabela Lapa



# Qualidade sensorial

Quando comparada à 'Prata Anã', a 'BRS Platina' apresenta dimensões superiores dos frutos e é também levemente mais ácida e menos doce. Pesquisas mostram um satisfatório índice de aceitação comercial e de intenção de compra.

Foto: Sérgio Duarte



Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo

**Rio Grande do Sul**  
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca

Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR  
Departamento de Infraestrutura Rural, Irrigação e Usos Múltiplos da Água - DINFRA  
Av. Praia de Belas, 1.398 - (51) 3218-3399  
Praia de Belas - Porto Alegre - 90710-000  
www.sdr.rs.gov.br

programa  
**Irrigando a Agricultura Familiar**



Folders que se encontram na EMATER municipal e que são distribuídos aos agricultores para auxiliar no manejo técnico da propriedade e também como veículo de informação.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: ROSSO, B.D. 2012.